

**MARCELO FIRMINO DIAS**

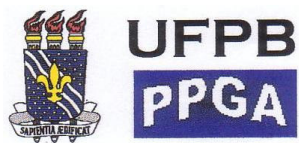
**A CAIXA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO: Estudo de  
Caso**

Universidade Federal da Paraíba  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Programa de Pós-Graduação em Administração  
Mestrado em Administração

João Pessoa – 2002

**MARCELO FIRMINO DIAS**

**A CAIXA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO: estudo de  
caso**



Dissertação apresentada ao curso de mestrado em administração da Universidade Federal da Paraíba, na área de Finanças, em cumprimento parcial das exigências para obtenção do título de mestre em administração.

Orientador: Prof. Dr. Joel Souto Maior, PhD.

João Pessoa – 2002

### Ficha Catalográfica

D541c

Dias, Marcelo Firmino

A caixa e o desenvolvimento sustentável do município: estudo de caso/Marcelo Firmino Dias. – João Pessoa, 2002.

185p.

Orientador: Joel Souto Maior. PhD

Dissertação (mestrado) – UFPB/CCSA/PPGA

Contém anexos.

1. Administração financeira 2. Desenvolvimento sustentável 3. Emprego e renda 4. Qualidade de vida 5. Investimentos.

UFPB/BC

CDU: 658 (043)

**MARCELO FIRMINO DIAS**

**A CAIXA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO: estudo de  
caso**

Dissertação Aprovada em 16 de julho de 2002

---

Joel Souto Maior Filho, PhD  
Orientador – UFPB

---

Guilherme de Albuquerque Cavalcanti, Doutor  
Examinador – UFPB



---

Geraldo Targino da Costa Moreira, Doutor  
Examinador – UFPB

João Pessoa – 2002

Pela compreensão e apoio, com reconhecimento e amor, à minha esposa Cristina Teles Firmino e às minhas filhas Marcella T. Firmino e Thaís T. Firmino, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Paraíba, particularmente ao Prof. Joel Souto Maior, pela orientação.

À Caixa Econômica Federal, através de seus gerentes gerais, técnicos da Gidur/JP e aos colegas de minha agência pelo apoio recebido.

À Comunidade da cidade de Bananeiras, pela contribuição à pesquisa deste trabalho.

E a todos que direta e/ou indiretamente tenham contribuído na elaboração desta dissertação.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- BB - Banco do Brasil
- BN - Banco do Nordeste
- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BNH - Banco Nacional de Habitação
- CEF - Caixa Econômica Federal
- CCFGTS - Carta de Crédito com Recursos do Fundo de Garantia
- CCCAIXA - Carta de Crédito Caixa – Recursos de Poupança
- CCCAIXA FAT - Carta de Crédito Caixa – Recursos do FAT
- CEPAM - Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal
- CDB - Certificado de Depósito Bancário
- CDI - Certificado de Depósito Interbancário
- CVM - Comissão de Valores Mobiliários
- CMN - Conselho Monetário Nacional
- CROT - Crédito Rotativo
- EMGEA - Empresa Gestora de Ativos
- IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal
- INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
- FUNCEF - Fundação dos Economistas Federais
- FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
- FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FAZ - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
- FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- FIF - Fundo de Investimento Financeiro
- OGU - Orçamento Geral da União
- ONG - Organização não governamental
- PEM - Previdência para Estados e Municípios
- PBE - Programa Brasil Empreendedor
- PASS - Programa de Ação Social em Saneamento
- PAR - Programa de Arrendamento Residencial
- PROPAR - Programa de Assistência Técnica à Parceria Público-Privada em

## Saneamento

- PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda
- PIS - Programa de Integração Social
- PSH - Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social
- PNAFM - Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros
- RDB - Recibo de Depósito Bancário
- STN - Secretaria do Tesouro Nacional
- SICAM - Sistema Caixa do Município
- SIDEM - Sistema de Desempenho e Metas
- SICRR - Sistema de Custos, Receitas e Resultados
- SIRIC - Sistema de Risco de Crédito
- SFH - Sistema Financeiro de Habitação
- SFI - Sistema Financeiro Imobiliário
- SFN - Sistema Financeiro Nacional
- SUS - Sistema Único de Saúde
- SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
- SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
- TBF - Taxa Básica Financeira
- TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
- TR - Taxa Referencial
- UFPB - Universidade Federal da Paraíba



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Crescimento Endógeno .....	36
Figura 2 – Função e Conhecimento .....	98
Figura 3 – Função e Adequação dos Produtos .....	99
Figura 4 – Função e Percepção da Comunidade .....	101
Figura 5 – Função e Oportunidades de Negócios .....	103
Figura 6 – Função e Desempenho da Caixa .....	105
Figura 7 – Função e Capacidade de Prestar Serviços aos Clientes .....	107
Figura 8 – Função e Contribuição para a Melhoria da Qualidade de Vida	108
Figura 9 – Estrutura Básica do Balanço Patrimonial .....	121
Figura 10 – Caixa Central .....	131

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fontes de Financiamentos (microcréditos) .....	44
Quadro 2 – Características dos Modelos de Administração Pública .....	49
Quadro 3 – Níveis de Rating e Provisão .....	60
Quadro 4 – <i>Spread</i> Bancário .....	63
Quadro 5 – Taxas de Juros e <i>Spread</i> Bancário .....	64
Quadro 6 – Microfinanças x Microcrédito .....	67
Quadro 7 – Atendimento ao Cidadão .....	73
Quadro 8 – Relação População e Amostra da Pesquisa .....	91
Quadro 9 - Distribuição e perfil das variáveis sócio-demográficas .....	96
Quadro 10 – Segmentação Pessoa Jurídica .....	114
Quadro 11 – Financiamentos Habitacionais em Bananeiras em 1999 .....	118
Quadro 12 – Financiamentos Habitacionais em Bananeiras em 2000 .....	119
Quadro 13 – Financiamentos Habitacionais na Caixa .....	120
Quadro 14 – Fontes e Aplicações do Caixa do Município .....	124
Quadro 15 – Índice de Lucratividade Caixa .....	126
Quadro 16 – Índice de Liquidez Geral Caixa .....	127
Quadro 17 – Grau de Imobilização do Capital Próprio .....	127
Quadro 18 – Evolução Econômico-Financeira: 1999 a 2000 .....	133
Quadro 19 – Lucratividade, Produtividade, Tarifas e Custo de Pessoal ....	135

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1. – Indicadores Socioeconômicos do Desenvolvimento .....	26
Tabela 1.2. – Indicadores Socioeconômicos do Desenvolvimento .....	26
Tabela 1.3. – Indicadores Socioeconômicos do Desenvolvimento .....	27
Tabela 2 – Receita Própria .....	48
Tabela 3 – Nível de conhecimento dos Produtos e Serviços da Caixa .....	97
Tabela 4 – Adequação dos produtos e Serviços da caixa .....	98
Tabela 5 – Percepção da comunidade .....	100
Tabela 6 – Oportunidade de Negócios na Agência .....	102
Tabela 7 – Desempenho da Caixa .....	104
Tabela 8 – Capacidade de Prestar Serviços aos Clientes .....	106
Tabela 9 – Contribuição para a Melhoria da Qualidade de Vida .....	108
Tabela 10 – Rentabilidade do Patrimônio Líquido .....	128
Tabela 11 – Análise conjunta das Tabelas 3 e 6 .....	153

DIAS. M. F. **A Caixa e o Desenvolvimento Sustentável dos Municípios**: Estudo de caso. 2002. 185 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2002.

## RESUMO

Com o objetivo de analisar os efeitos econômico-financeiros do relacionamento da Caixa Econômica Federal com os Municípios, este trabalho pesquisa as ações desenvolvidas pela Empresa, fundamentando-se nos conceitos de desenvolvimento local sustentável e nas suas variáveis de crescimento como fomento à atividade empresarial, desenvolvimento urbano, infraestrutura, microfinanças, financiamento habitacional e melhoria da qualidade de vida da população. A par das modernas tendências na metodologia de pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa aliada à abordagem quantitativa, que permitiu identificar as ações estratégicas adotadas pela Caixa. A análise dos resultados revelou os principais efeitos dos investimentos financeiros em habitação; crédito pessoal; crédito empresarial; na melhoria da qualidade de vida da população; na geração de emprego e renda, além de novas oportunidades de negócios no Município. Conclui-se, por fim, pela efetividade da contribuição da Caixa, recomendando-se a simplificação dos processos que envolvem a estratégia de relacionamento da Caixa com os Municípios e pelo aprofundamento do relacionamento com os atores locais, na captação e financiamento de investimentos produtivos, que construam um relacionamento de parceria pelo desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: administração financeira; desenvolvimento sustentável; emprego e renda; qualidade de vida; investimentos.

## ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze the financial and economic effects of the actions of the Caixa Economica Federal (CEF) upon Brazilian municipalities. The analysis is carried out from the perspective of some of the variables that contributes specifically to sustainable development, namely: housing financing and urban development, infrastructure, and business financing, especially to very small businesses, as well as actions which contribute directly to improving the quality of life. A qualitative and also quantitative study allowed an in depth analysis of the strategic actions undertaken by its team. The analysis showed that the main effects of CEF's actions on that municipality were: creation of new jobs as well as new opportunities for business and income generation, and improvements in the quality of life of its inhabitants, in general. The principal conclusion is that the “Caixa do Municipio” is effective, as a model for partnership between a social bank and communities toward sustainable development, but would benefit from a simplification of its methodology and from greater participation of local leaders, particularly as far as fund raising and financing of productive investments are concerned.

Key words: financial administration; sustainable development; quality of life; jobs; investments.

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE TABELAS

RESUMO

ABSTRACT

1. INTRODUÇÃO .....	15
1.1 Apresentação .....	16
1.2 Objetivos .....	23
1.2.1 Objetivo Geral .....	23
1.2.2 Objetivos Específicos .....	23
2. REVISÃO DE LITERATURA .....	24
2.1 Crescimento Econômico .....	25
2.2 O Paradigma do Desenvolvimento Local Sustentado .....	37
2.3 Os Municípios e as Realidades Sócio-econômicas do Século XXI .....	46
2.4 A Questão do Crédito .....	51
2.5. Microfinanças .....	65
2.6. A Caixa Econômica Federal .....	68
3. METODOLOGIA DA PESQUISA .....	80
3.1. Método de Pesquisa .....	80
3.2. Definição de Termos .....	82
3.2.1. Sujeitos no Município de Bananeiras .....	82
3.2.2. Outros Sujeitos no Estado da Paraíba .....	83
3.2.3. Material .....	84
3.2.4. Procedimentos .....	86
3.3. Delimitação da Pesquisa .....	88
3.4. Coleta de Dados .....	89

3.5. Organização e Análise dos Dados .....	90
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	95
4.1. Os Aspectos Econômico-sociais do Caixa do Município .....	110
4.1.1. Os Principais Segmentos Sociais Contemplados .....	111
4.1.2. Os Principais Segmentos Empresariais Contemplados .....	114
4.2. Os Aspectos Financeiros do Caixa do Município .....	117
4.2.1. Investimentos Habitacionais realizados pela Agência Bananeiras nos anos de 1999 e 2000 .....	118
4.2.2. As Fontes e Aplicações dos Financiamentos e Empréstimos .....	120
4.2.3. Evolução dos principais itens financeiros da Agência da Caixa em Bananeiras, entre os anos 1999 e 2000 .....	125
4.3. A Relação entre os Retornos Financeiros, os Efeitos Sociais alcançados e a Missão da Caixa Econômica Federal .....	137
5. CONCLUSÃO .....	146
6. REFERÊNCIAS .....	157
ANEXOS .....	164
Anexo I – Questionário Equipe da Agência .....	165
Anexo II – Questionário Gerentes Gerais da Caixa na Paraíba .....	167
Anexo III – Questionário Equipe Técnica na Paraíba .....	169
Anexo IV – Roteiro de Observação Direta .....	171
Anexo V – Roteiro de Entrevista - Prefeito de Bananeiras .....	173
Anexo VI – Roteiro de Entrevista - Segmento Empresarial .....	174
Anexo VII – Roteiro de Entrevista - Beneficiários .....	175
Anexo VIII – Glossário .....	176

## **1. INTRODUÇÃO**



## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1. Apresentação**

Esta pesquisa teve o intuito de abordar os aspectos financeiros do desenvolvimento sustentável local, com ênfase na realidade dos municípios, a partir da atuação da Caixa. Naturalmente que ao tratar dos aspectos financeiros do relacionamento da Caixa com o município, tornou-se necessário evidenciar os seus desdobramentos de caráter econômico e social.

Não se pretende atribuir a um único órgão governamental, a responsabilidade absoluta pelo desenvolvimento sustentável do município. Tampouco simplificar o processo de desenvolvimento sustentável, optando pela descentralização pura e simples das ações de governo, através da municipalização dessas ações, mas sim, tornar perceptível ao observador comum, as evidências das contribuições realizadas pela Caixa, a partir dos investimentos financeiros e creditícios ofertados à comunidade.

De natureza abrangente e complexa, o desenvolvimento sustentável não se permite enfeixar em uma única mão, tornando-se indispensável uma abordagem multidisciplinar e coerente com a sua magnitude.

Esta pesquisa apresentou ações práticas, que pretendem ser um referencial operacional sobre desenvolvimento sustentável, limitado ao contexto

da atuação da Caixa, de forma a interagir com os conhecimentos e experiências produzidos sobre o assunto pela comunidade científica.

A Caixa, empresa pública de direito privado, concorre no mercado bancário em pé de igualdade com os demais bancos públicos e privados, diferindo dos mesmos por incorporar às suas atividades, a gestão de programas governamentais federais, urbanos e rurais, de amplo alcance social.

A iniciativa da Caixa em criar um conjunto de ações específicas para atender ao Município, despertou o interesse em promover uma análise sócio-financeira dessas atividades, fornecendo à Empresa informações sobre os resultados de suas ações, promovendo um *feedback* útil à confirmação e/ou reavaliação dos seus objetivos estratégicos.

A estratégia da Caixa junto aos municípios compõe um conjunto de ações da empresa no sentido de contribuir com assessoria técnica e gerencial em planejamento urbano, social e econômico, através de uma equipe de gerentes, engenheiros e técnicos sociais qualificados, colocando os seus recursos a serviço do desenvolvimento local, no cumprimento de sua missão.

O relacionamento com os municípios, analisado como uma estratégia bancária, configura-se importante sinalizador da crescente importância que vem tomando o ente público municipal nos últimos anos, particularmente após a promulgação da Carta Constitucional Brasileira, em 1988, com a conseqüente evolução das receitas tributárias municipais, embora acompanhadas

das contrapartidas de dispêndios.

O fato de o autor trabalhar na Caixa foi um aspecto importante na escolha do tema, pelas facilidades de acesso às informações. Um fator complicador da revisão de literatura nesta pesquisa foi a ausência de referências teóricas sobre o assunto, pela condição de, enquanto estratégia de banco, ser inovador e original, características que chamaram a atenção pela possibilidade de uma abordagem sistêmica das forças produtivas da comunidade, focando resultados de melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Do ponto de vista acadêmico, enquanto aluno do Mestrado na UFPB, esta dissertação se propõe a promover uma importante discussão sobre uma tendência, baseada no pensar globalmente e agir localmente, que inspira iniciativas do Governo Federal e Estadual além de decisões estruturais no Congresso Nacional como, por exemplo, as políticas de saúde fundamentadas no SUS – Sistema Único de Saúde – sob a gestão do Município, e as recentes discussões sobre o novo modelo de tributação que contemple mais recursos para os municípios, dado a proximidade de seus governantes das necessidades imediatas dos munícipes.

Sob a ótica científica, diversas entidades, inclusive órgãos municipais, têm contribuído com o desenvolvimento das teorias sobre gestão municipal, culminando com a aprovação do Estatuto da Cidade pelo Congresso Nacional em 2002, e continuando com a ampliação da dimensão de atuação desse ente público, a fim de que ele possa exercer o papel de condutor do

desenvolvimento local sustentável. Essa nova forma de atuar está ancorada na competência que tem o Município para criar condições favoráveis às atividades empresariais, oportunizando às pessoas emprego, requalificação profissional e melhoria na qualidade de vida do cidadão.

Conforme afirma Amaral (1999, p.12) *coloca-se assim para a administração municipal o seu novo papel como provedora da geração de atividades econômicas das quais derive renda para a população.*

É claro que o êxito dessas propostas passa naturalmente pela qualificação dos gestores municipais bem como de seus assessores, servidores e, em última análise, pela capacidade empreendedora do empresariado local. Exige também uma participação mais efetiva do cidadão no acompanhamento das ações de governo, particularmente na aplicação coerente e eficaz dos poucos recursos disponíveis.

É exatamente essa atuação integrada das forças o aspecto mais desafiador do Caixa do Município.

Embora sendo uma das maiores investidoras na geração de emprego e renda e no desenvolvimento urbano das comunidades, a Caixa não atua sozinha nessa área. No Brasil e no mundo muitas organizações investem com criatividade e competência. Seja no financiamento de entidades ou pessoas físicas, as iniciativas se multiplicam e muitas histórias de sucesso já podem ser contadas.

Uma delas começou com a criação do banco *Grameen*, em Bangladesh, um dos países mais pobres da Ásia, pela iniciativa do economista Yunus & Jolis (2000, p.9), com a finalidade de atender aquela parcela da sociedade desprezada pelas instituições financeiras, por não oferecerem qualquer garantia de retorno dos empréstimos. Baseado na responsabilidade mútua o empréstimo é feito a grupos de pessoas que se obrigam a devolver a quantia nos termos contratados. Na aquisição da casa própria, prioridade para a mulher. Esses detalhes foram responsáveis por uma diferença significativa nos resultados. Hoje são muitos os países que adotaram a iniciativa do *Grameen*, favorecendo milhões de pessoas.

No Brasil, Fagundes (1999, p.181) relata a experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, um dos projetos que tem por objetivo a inserção de setores marginalizados economicamente no sistema formal da economia. Seu público-alvo é um contingente de trabalhadores, desempregados e empreendedores da economia informal.

A Incubadora está localizada na Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ e se propõe ainda a promover uma grande articulação nacional das cooperativas.

Portanto, que contribuições a Caixa poderia dar ao desenvolvimento urbano? Quais mecanismos poderiam ser utilizados para incrementar a atividade comercial? Como a Caixa pode fortalecer o segmento empresarial da comunidade, gerador de emprego e renda? Quais os efeitos dessas ações na

melhoria da qualidade de vida da sociedade?

São indagações como essas que a Caixa procura responder através do Caixa do Município. Nosso interesse se detém na avaliação dos aspectos financeiros do programa, nas suas possíveis contribuições para o desenvolvimento local sustentável, enveredando pelos efeitos sociais de mais simples aferição, sem entrar em detalhes operacionais, inerentes à atividade bancária.

Não é apenas uma questão de saber qual a linha de financiamento poderia atender a cada uma das demandas acima, mas sim, como criar um ambiente propício à instalação e desenvolvimento dessas forças produtivas a partir de parcerias e compromissos firmados com os segmentos sociais influentes da comunidade. Em alguns casos até criar e/ou adequar produtos e serviços da Caixa de acordo com a realidade e demanda dessas comunidades.

Os questionamentos acima conduziram o autor ao problema desta pesquisa, assim sintetizado: *como a Caixa pode contribuir para o desenvolvimento local sustentável dos municípios?*

Esta pesquisa referiu-se ao estudo do desenvolvimento sustentável local, a partir da contribuição de uma instituição financeira, Caixa Econômica Federal, compondo-se de 7 (sete) partes, estruturadas conforme descrição a seguir.

A Introdução contempla a apresentação e os objetivos do trabalho, além da descrição dos capítulos.

O Capítulo 2 - Revisão de Literatura, apresenta as experiências e conhecimentos dos autores pesquisados, procurando seguir a tendência de se limitar à revisão da literatura às contribuições mais importantes e que estejam diretamente ligadas ao assunto, com ênfase nas fontes mais recentes.

O capítulo 3 contempla a Metodologia da Pesquisa, visando à consecução dos objetivos propostos neste trabalho.

No capítulo 4 – Apresentação e Análise dos Resultados, o autor apresentou e analisou os resultados da pesquisa, iniciando pelos aspectos econômico-sociais do Caixa do Município, tratando em seguida dos aspectos financeiros e finalizando com a análise da relação entre os aspectos financeiros, os efeitos sociais alcançados e a missão da Caixa Econômica Federal.

Por fim, o capítulo 5 trouxe a conclusão do autor, em face dos objetivos definidos e da análise dos resultados.

Em seguida consta a Bibliografia utilizada durante a construção deste trabalho.

Finalmente os anexos utilizados na pesquisa, como questionários, roteiros de entrevista, roteiro de observação direta, além do glossário.

## **1.2. Objetivos**

### **1.2.1. Objetivo Geral**

Evidenciar as contribuições da Caixa para o desenvolvimento sustentável do município, particularizando os aspectos financeiros e seus efeitos econômicos e sociais – Estudo de Caso.

### **1.2.2. Objetivos Específicos**

- a) Identificar o volume de financiamentos habitacionais realizados no Município de Bananeiras durante os anos de 1999 e 2000;
- b) Identificar os principais segmentos sociais contemplados;
- c) Identificar os principais segmentos empresariais contemplados;
- d) Identificar fontes e aplicações financeiras do Caixa do Município;
- e) Mensurar a evolução dos principais itens financeiros da Agência da Caixa em Bananeiras, entre os anos de 1999 e 2000;
- f) Relacionar os retornos financeiros, os efeitos sociais alcançados e a Missão da Caixa Econômica Federal;
- g) Identificar, comparar e analisar a percepção dos grupos de funcionários diretamente envolvidos no Caixa do Município.



## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1. Crescimento Econômico

Os conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico refletem idéias muito recentes. A chamada era agrícola prolongou-se por milênios até próximo do século dezenove e, nesse período, as sociedades ficaram praticamente estagnadas. O desenvolvimento da ciência, gerando novas descobertas e novas tecnologias de produção, como consequência da revolução industrial, proporcionou um ambiente novo aos empreendedores. A acumulação e a concentração do capital deram origem ao Capitalismo e a uma onda radical de mudanças que alteraram profundamente as estruturas da sociedade. De acordo com Dobb, *apud* Milone (1998, p.511) somente no século XX, *a produção industrial mundial cresceu entre trinta e quarenta vezes e, como a população mundial dobrou, a produção per capita cresceu entre quinze e vinte vezes.*

A partir da observação dessa realidade, verificou-se que o desenvolvimento econômico acontece desde que ocorra:

- 1) *Acumulação de capital*: através do aumento de máquinas, indústrias etc.; da realização de obras de infraestrutura: estradas, energia, etc.; e do investimento em recursos humanos;
- 2) *Crescimento da população*: um aumento da população implica um aumento da força de trabalho e da demanda interna;
- 3) *Progresso tecnológico*: pode ser neutro; poupador de capital e poupador de trabalho. Os países em desenvolvimento, como têm o fator trabalho em abundância, devem enfatizar um processo produtivo poupador de capital,

que é o fator escasso. O contrário ocorre nos países desenvolvidos.

No entanto, os benefícios dessas mudanças não alcançaram todos os povos, pelo menos na mesma intensidade, conforme se pode perceber nas tabelas 1.1. e 1.2.:

TABELA 1.1. – Indicadores Socioeconômicos do Desenvolvimento

Países Desenvolvidos	População  1993 (milhões)	Taxas médias anuais de crescimento da população (%)		Produto Nacional Bruto <i>per capita</i> PNB/P  (US\$ 1993)	Taxas médias anuais de crescimento do PNB/P (%)  1980-1993	Taxas de mortalidade infantil por 1.000 nascimentos vivos		Expectativa de vida ao nascer (anos)  1993	Área (milhares de km <sup>2</sup> )
		1970 - 1980	1980 - 1993			1970	1993		
Alemanha	81	0,1	0,2	23.560	2,1	22	6	76	357
Austrália	18	1,5	1,5	17.500	1,6	17	7	78	7.713
Canadá	29	1,4	1,2	19.970	1,4	18	7	78	9.976
Cingapura	3	1,5	1,1	19.850	6,1	21	6	75	1
Espanha	40	1,1	0,4	13.590	2,7	26	7	78	505
USA	258	1,1	1,0	24.740	1,7	20	9	76	9.373
França	58	0,6	0,5	22.490	1,6	18	7	77	552
Inglaterra	58	0,1	0,2	18.060	2,3	18	7	76	245
Itália	57	0,5	0,1	19.840	2,1	29	8	78	301
Japão	125	1,1	0,5	31.490	3,4	14	5	80	378
Suécia	9	0,3	0,3	24.740	1,3	11	5	78	450

Fonte: World Development Report, 1995. *Apud* Milone (1998, p. 516).

A simples comparação dos números apresentados na tabela 1.1. com os números da tabela 1.2. fornecem informações claras sobre os diferentes estágios de desenvolvimento encontrados nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento.

TABELA 1.2. – Indicadores Socioeconômicos do Desenvolvimento

Países em Desenvolvimento	População  1993 (milhões)	Taxas médias anuais de crescimento da população (%)		Produto Nacional Bruto <i>per capita</i> PNB/P  (US\$ 1993)	Taxas médias anuais de crescimento do PNB/P (%)  1980-1993	Taxas de mortalidade infantil por 1.000 nascimentos vivos		Expectativa de vida ao nascer (anos)  1993	Área (milhares de km <sup>2</sup> )
		1970 - 1980	1980 - 1993			1970	1993		

Argentina	34	1,6	1,3	7.220	-0,5	52	24	72	2.767
Brasil	157	2,4	2,0	2.930	0,3	95	57	67	8.512
Chile	14	1,6	1,7	3.170	3,6	77	16	74	757
China	1.178	1,8	1,4	490	8,2	69	30	69	9.561
Coréia Sul	44	1,8	1,1	7.660	8,2	46	11	71	99 <sup>(2)</sup>
Etiópia	52	2,3	2,7	100	1,9 <sup>(1)</sup>	159	117	48	1.222
Gana	16	2,2	3,3	430	0,1	111	79	56	239
Índia	898	2,2	2,0	300	3,0	137	80	61	3.288
México	90	2,8	2,3	3.610	-0,5	72	35	71	1.958
Nigéria	105	2,7	2,9	300	-0,1	114	83	51	924
Polônia	38	0,9	0,6	2.260	0,4	31	15	71	313
Tailândia	58	2,7	1,7	2.110	6,4	73	36	69	513
Venezuela	21	3,4	2,5	2.840	-0,7	53	23	72	912

Fonte: World Development Report, 1995. *Apud* Milone (1998, p. 517).

Obs.: (1) World Development Report, 1994.

(2) Com uma superfície igual a do Estado de Pernambuco que tem uma área de 98.300 km<sup>2</sup>.

Quando analisados esses mesmos indicadores, a partir da média dos índices alcançados pelos países relacionados nas tabelas 1.1. e 1.2., separando-os apenas em desenvolvidos e em desenvolvimento, obtém-se a tabela 1.3., como segue:

TABELA 1.3. – Indicadores Socioeconômicos do Desenvolvimento

Média dos Países	População  1993 (milhões)	Taxas médias anuais de crescimento da população (%)		Produto Nacional Bruto  <i>per capita</i> PNB/P  (US\$ 1993)	Taxas médias anuais de crescimento do PNB/P (%)  1980-1993	Taxas de mortalidade infantil por 1.000 nascimentos vivos		Expectativa de vida ao nascer (anos)  1993	Área (milhares de km <sup>2</sup> )
		1970	1980			1970	1993		
		- 1980	- 1993						
Média 1	66,91	0,85	0,64	21.439,09	2,39	19,4	6,73	77,27	2.713
Média 2	208,08	2,18	1,96	2.570,77	2,33	83,7	46,6	65,54	2.382

Fonte: World Development Report, 1995. *Apud* Milone (1998, p.516-517) – Adaptação própria.

Obs.: \* Média 1 = média obtida pelos países desenvolvidos.

\*\* Média 2 = média obtida pelos países em desenvolvimento.

Milone (1998, p.515-516), aponta *duas forças principais impulsionando o estudo dos problemas que afetam os países em desenvolvimento.*

*A primeira, que cresce de importância após a Segunda Guerra Mundial, é derivada da existência de tensões*

*internacionais, e a sua preocupação central é para com a necessidade de realizar alguma coisa de concreto, com a máxima urgência, em relação ao problema da pobreza existente nestes países. A outra, com tradição acadêmica, preocupa-se em entender as razões que estariam existindo por detrás das grandes diferenças que são observadas nos processos de desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento. Estaria, portanto, preocupada com a natureza e a causa da pobreza das nações.*

As tentativas de solucionar os problemas dos países em desenvolvimento levaram em consideração as teorias amplamente difundidas nos países desenvolvidos *trouxeram grandes dificuldades de ordem teórica e prática, por serem extremamente abstratas e agregadas para as necessidades desses países. (ibid).*

A seguir, são apresentados alguns desses modelos econômicos, utilizados por muitos países em desenvolvimento, iniciando pelo Modelo de Harrod-Domar.

### **2.1.1. Modelo Harrod-Domar de crescimento econômico**

Roy Harrod, da Universidade de Oxford, e Evsey Domar, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), foram os primeiros a construir modelos estruturados do crescimento econômico equilibrado. Apesar de ser conhecido por modelo de Harrod-Domar, eles elaboraram suas teorias de forma independente, mas, *devido à semelhança de suas suposições e conclusões, passaram a ser apresentados na forma de um modelo único. (Leite, 2000, p.669).*

Esse modelo sugere que o investimento (acumulação de capital) impulsiona o crescimento econômico, *tendo a propriedade de contribuir, simultaneamente, para as expansões do dispêndio nacional (demanda) e da capacidade produtiva do país (oferta)*. Leite aponta, como ponto crucial do modelo, a *determinação das condições que, partindo de uma situação de equilíbrio inicial, promovem expansões da demanda e da oferta, que assegurem um crescimento equilibrado, evitando a ocorrência de excesso ou escassez de produção. (ibid)*.

De acordo com Milone (1998, p.526) esse modelo foi intensamente utilizado nos planejamentos adotados por muitos países em desenvolvimento. A *razão principal deste fato prende-se à simplicidade de funcionamento deste modelo que define a taxa de crescimento do produto  $C_p$  como sendo determinada por:*

$$C_p = s/k$$

Onde:

$s = S/Y$ ;  $k = K/Y$ ;  $S = I$  em equilíbrio

#### Notação:

S = poupança num particular instante do tempo  
 K = estoque de capital num dado instante do tempo  
 I = investimento num dado instante do tempo  
 Y = Produto num dado instante do tempo  
 s = relação poupança/produto  
 k = relação capital/produto  
 $C_p$  = taxa de crescimento do produto

Exemplificando: suponhamos que um país X, com conhecimento da relação capital/produto em  $k = 3,0$ , esteja interessado em obter uma taxa de crescimento para o seu produto, da ordem de  $C_p = 5,0$ . Então, o valor necessário para a relação poupança/produto será:

$$s = C_p \cdot k = 5,0 \cdot 3,0 \Rightarrow s = 15,0 \text{ (ibid)}$$

Em suas conclusões sobre o modelo Harrod-Domar, Leite (2000, p.672-673), observa que, *como a taxa de investimento, a propensão a poupar e a relação técnica capital-produto são estabelecidas de forma independente, tendo determinantes diferentes, a condição de crescimento equilibrado somente se realizaria através de grande e improvável coincidência*. Joan Robinson, da Universidade de Cambridge, denominou a condição de crescimento equilibrado do modelo Harrod-Domar de “idade dourada”. Para Robert Solow, do MIT, seria o “fio da navalha”, em virtude de sua instabilidade, caso pudesse ser atingido.

### **2.1.2. Modelo Neoclássico do Crescimento Econômico**

Esse modelo foi desenvolvido por Robert Solow, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), que lhe rendeu, juntamente com outros trabalhos, o Prêmio Nobel de Economia em 1987. Para Leite (2000, p.673), *o modelo de Solow descreve o processo de crescimento equilibrado da economia onde um aumento da demanda por bens e serviços é acompanhado de igual incremento da capacidade produtiva*.

Para Solow, o “equilíbrio de estado estável”, dado a suposição do livre acesso à tecnologia, à função de produção, taxas iguais de poupança e crescimento populacional, conduziria todos os países ao mesmo nível de capital-produto e renda *per capita*, apesar das situações e momentos iniciais diferentes.

Contudo, não foi a essa conclusão que chegou William Baumol, da Universidade de Princeton. Baumol realizou um estudo envolvendo 172 países, no período de 1850-1985. O estudo revelou que não houve convergência, ou seja, os países tenderam a permanecer ricos ou pobres. Leite aponta as causas dessa divergência nos fundamentos internos do próprio modelo, *pois os diferentes níveis de renda e capital per capita resultariam de diferentes taxas de poupança e natalidade*. Logo depois, N. Mankiw, D. Romer e D. Weil realizaram estudos com 98 países, cobrindo o período de 1960-1985, e confirmaram essas conclusões. (Leite, 2000)

O modelo neoclássico do crescimento, enfatizando a acumulação do capital, a taxa de poupança e o controle populacional, como propulsores do crescimento, dominou o pensamento econômico mundial por pelo menos três décadas.

Continuando, Leite resume as principais críticas a esse modelo, considerando:

- a) *a realidade demonstra que a tecnologia não está livremente acessível a todos os países, pelo contrário, exige investimentos em pesquisa , desenvolvimento e*



- educação e a sua absorção está diretamente relacionada com o estágio de desenvolvimento de cada povo;*
- b) os postulados do modelo, especialmente a produtividade marginal decrescente dos fatores, levam à conclusão de que as rendas per capita dos diferentes países tendem a convergir, para o mesmo nível, à medida que os países mais pobres crescem mais rápido que os mais ricos, admitindo-se o livre acesso à tecnologia e taxas semelhantes de investimento e poupança. Entretanto, as crescentes disparidades entre países ricos e pobres tem contestado essa conclusão;*
  - c) o modelo não é compatível com o estudo realizado por Lloyd Reynolds, da Universidade de Yale, o qual demonstrou que o crescimento econômico é “dependente da trilha” (path dependent), pois os países que atingem altas taxas de crescimento tendem a mantê-las, pois a riqueza gera crescimento, criando um “círculo virtuoso”, em que o crescimento eleva o padrão de vida, produz maiores taxas de poupança e maiores níveis de educação, que tornam a economia mais eficiente, criando melhores condições de crescimento. De outro modo, os países pobres vivem em “círculos viciosos”, pois a pobreza implica em baixa capacidade de poupança e investimento que conduzem a baixos níveis de cultura, saúde e de educação, que produzem baixas taxas de crescimento econômico.*

Milone (1998, p.528) considera que o debate sobre o desenvolvimento econômico tem avançado vigorosamente nas últimas duas a três décadas. Novos temas, como concentração de renda, saúde, expectativa de vida, educação e nutrição, se tornaram áreas de estudos e pesquisas freqüentes e isto representa o surgimento de interesses outros além do conhecimento sobre o comportamento da poupança, do consumo, do investimento e da renda.

Romer, *apud* Milone (1998, p.528) explica que, ao se alargar a definição de capital para levar em consideração o capital humano, pode deixar de ocorrer a lei dos retornos decrescentes. Assim, essas novas teorias conseguem explicar o crescimento mesmo na ausência do progresso tecnológico.

Para Leite (2000, p.681) *a falha do modelo de Solow em explicar satisfatoriamente o processo de desenvolvimento de muitos países, além de provocar insatisfação, terminou por possibilitar o surgimento de uma nova teoria do crescimento, na década de 1980, denominada “teoria do crescimento endógeno”.*

### **2.1.3. A teoria do crescimento endógeno**

A partir dos questionamentos ao modelo neoclássico do crescimento, que previa a convergência para o nível de bem-estar (renda *per capita*), como tendência natural de diversos países, a partir de suposições de homogeneidade das taxas de poupança e crescimento populacional, perfeita disponibilidade da tecnologia e rendimentos decrescentes dos fatores de produção, o início da década de 80 assistiu a uma verdadeira revolução na teoria do crescimento.

Paul Romer, *apud* Leite (2000, p.682) demonstrou que, *em vez de exógeno e disponível livremente, o conhecimento tecnológico é uma variável endógena, dependendo do investimento em educação, treinamento e pesquisa, sendo regido por economias externas que produzem rendimentos crescentes para os fatores capital e trabalho, a longo prazo.*

Para Romer *as diferenças internacionais de taxas de crescimento e de padrão de vida não convergem, sendo resultantes das características iniciais de cada país (dotação de fatores) e do funcionamento de suas economias*

(*investimento em conhecimento via pesquisa, desenvolvimento, educação e treinamento*). Ou seja, a melhoria dos níveis de produção, renda, consumo e desenvolvimento resultam de ações de capacitação de pessoal, funcionamento da economia e progresso tecnológico implementados pelos países.

As conclusões de Romer, hoje, nos parecem tão óbvias que soa estranho imaginar que alguém tenha pensado diferente.

Robert Lucas, *apud* Leite (2000, p.682) da Universidade de Chicago, e outros defensores da teoria do crescimento endógeno, apresentaram as causas das *externalidades* (rendimentos crescentes) dos fatores capital e trabalho como sendo:

- a) **efeitos de transbordamento** (*spillover effects*), segundo o qual os conhecimentos adquiridos pelos trabalhadores treinados, ou pelos negócios que adotam novas tecnologias, não somente produzem efeitos internos aos próprios trabalhadores e negócios em consideração, mas são absorvidos por seus colegas de trabalho ou concorrentes próximos, através da observação e imitação;
- b) **efeito auto-aprendizagem** (*learning by doing*), através do qual os trabalhadores educados e treinados são capazes de aumentar seu nível de eficiência e adequação ao trabalho, além dos limites do treinamento recebido (efeitos internos), pois expandem sua capacitação, mediante auto-aprendizagem, isto é, através da leitura de manuais ou mediante observação de procedimentos por sua própria conta (efeitos externos).

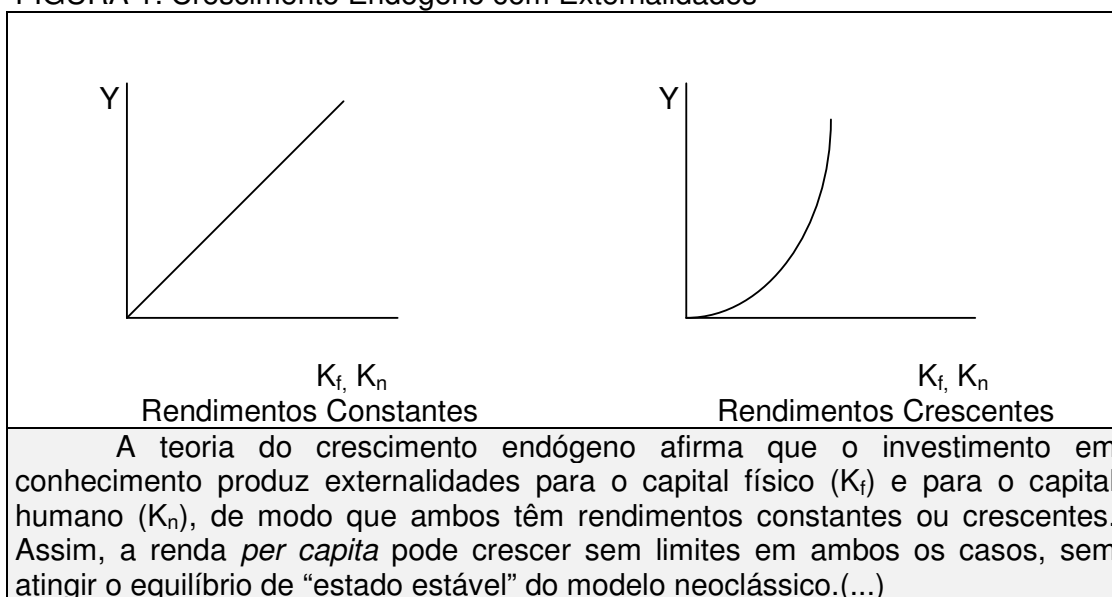
Estudos realizados no Brasil concluíram que o capital físico, o capital humano, o trabalho e o progresso tecnológico são os principais ingredientes do

crescimento e bem-estar econômico de um país. Lawrence Lau, da Universidade de Stanford, e Dean Jamieson, da Universidade da Califórnia, analisaram dados de estados brasileiros no período de 1970-1980, constatando que *um ano de estudo adicional da força de trabalho eleva o produto real do estado em 20%*. Essas conclusões favoreceram novos esforços de erradicação do analfabetismo e programas de capacitação de pessoal nos países em desenvolvimento.

O estudo também demonstrou *que o avanço tecnológico explicou 40% do crescimento dos estados, restando 25% para o capital humano e apenas 35% para o conjunto de capital físico e trabalho*. (Leite, 2000).

A conclusão mais polêmica e criticada desse modelo, diz respeito ao seu contraponto teórico à proposta de rendimentos decrescentes dos fatores de produção do modelo neoclássico de Solow, como segue.

FIGURA 1: Crescimento Endógeno com Externalidades



Fonte: Leite (2000, p. 683).

Para Leite (2000, p. 682), a tese dos rendimentos constantes ou crescentes foi muito criticada por levar a crer que a renda nacional poderia crescer infinitamente, *como se fosse uma bola de neve*.

#### **2.1.4. Modelo ampliado de Solow**

Com a finalidade de *sanar o problema da descença em um modelo que propõe crescimento ilimitado*, alguns economistas propuseram incluir o conceito de capital humano no modelo de Solow, sem alterar as condições de rendimentos decrescentes. Para Nikolas Mankiw, David Romer e David Weil, apud Leite (2000, p.683), o Modelo aumentado de Solow *tem a vantagem de incluir o capital humano como determinante do crescimento, sem perder a característica de equilíbrio finito (estado estável)*.

Para Leite (2000, p.685), o modelo pode *explicar as diferenças internacionais de renda e riqueza com base em diferenças de taxas de poupança, crescimento populacional e investimento e formação de capital humano*.

À medida que as frustrações geradas pelos fracassos dos sucessivos planos econômicos vão se desfazendo, os países subdesenvolvidos amadurecem uma compreensão mais clara de suas necessidades e passam a formular programas de desenvolvimento econômico mais consentâneos com a sua realidade, interesses e características particulares.

Dessa percepção, surge uma nova tendência de desenvolvimento que busca a integração das soluções com as demandas locais, visando dar sustentabilidade ao processo. Surge então o paradigma do desenvolvimento local sustentável, tratado no próximo item deste trabalho.

## **2.2. O Paradigma do Desenvolvimento Local Sustentável**

A questão do crescimento sempre foi tratada em nível macroeconômico e de forma centralizada, conforme assevera o Secretário de Trabalho carioca, o economista Urani & Daza (2000, p.16):

*Desde suas origens e até há pouco, o desenvolvimentismo, na teoria e na prática, vinha sendo trabalhado, em todo o mundo, segundo uma ótica centralizadora e a partir de grandes projetos nacionais. Partia-se do pressuposto de que, centralizados, o planejamento e a execução, a carga de instancias de abrangência nacional, por força de um processo de irradiação descendente, acabariam por chegar a todos os níveis de um país: no caso do Brasil, a seus quase seis mil municípios.*

Para Souto Maior (1996, p.507), *durante séculos a humanidade perseguiu o desenvolvimento econômico (...) da comunidade, região ou país.* Segundo este autor, a busca desenfreada por maiores níveis de renda, consumo e riqueza, levou, independentemente do modelo de economia de mercado adotado, às seguintes conseqüências:

- 1) Divisão do mundo entre países pobres e países ricos;
- 2) Os desníveis entre os países refletem as disparidades de renda e riqueza regionais e pessoais em um mesmo país, particularmente nos subdesenvolvidos;
- 3) Exaustão e degradação dos recursos naturais;
- 4) Pobreza extremada nos países ditos de “terceiro mundo”;
- 5) Ocorrência de um fenômeno novo: crescimento econômico sem emprego;
- 6) Em muitos países não se goza ainda dos preceitos básicos da cidadania e dos direitos humanos.

Dowbor (1999, p.3), citando o relatório do Banco Mundial, constata que *cerca de 3,5 bilhões de habitantes do planeta, algo como dois terços do total, olham para os sucessos da humanidade do ponto de vista de uma renda per capita média de 350 dólares por ano, algo como um dólar por dia*. Quando se verifica neste início de milênio, que mais da metade da população terrena vive em cidades, podemos entender a importância e a grandiosidade do desafio para os gestores municipais.

Frente a essa problemática, Souto Maior (1996, p.507) divide as soluções possíveis em quatro grandes categorias:

- 1) *Soluções econômicas*: baseadas no crescimento das taxas do PIB e PNB *per capita*. Conforme visto no item 2.1., não conseguiram amenizar os problemas de distribuição de renda, do desemprego, agravado pelas inovações tecnológicas, que, por sua vez, ofusca o problema social e torna a vida das famílias inseguras;
- 2) *Soluções sócio-políticas*: as limitações das soluções econômicas proporcionaram o surgimento de um novo conceito de “desenvolvimento econômico”. O PNUD (1993) *procura estimar o desenvolvimento humano dos países e regiões através de um “índice de desenvolvimento humano” IDH que é definido através de três componentes essenciais: longevidade; educação e renda*. Apesar disto, setores ditos progressistas, criticam essa proposta pela ausência de

considerações sobre direitos humanos e liberdade política. Para outros, o desenvolvimento está ligado à noção de democracia participativa, o que exige redução das formas de organização social e política, além da transferência em maior grau dos poderes do Estado para as comunidades;

3) *Soluções institucionais-administrativas*: apontam a descentralização administrativa e orçamentária, aliada à mobilização e a organização da população, através do fortalecimento de movimentos sociais ou de criação de organizações não-governamentais, como fatores indispensáveis na formação de um desenvolvimento sustentável. Para Halldén, *apud* Souto Maior (1996), *não se deve ter a ilusão de que a sociedade civil poderá substituir o Estado*;

4) *Soluções ecológicas*: propõe que somente *políticas que reflitam uma condição de parceria entre humanidade e natureza trarão soluções viáveis para a crise*. Contudo, existem divergências sobre quais políticas e abordagens técnicas contribuem para um desenvolvimento sustentável e discordâncias quanto ao papel do progresso tecnológico e da acumulação de capital na redução da pressão sobre o uso dos recursos naturais, conforme Souto Maior (1996, p.512).

Com essas considerações, aquele autor abre caminho para explicar os pilares da sustentabilidade do desenvolvimento, na visão de Ignacy Sachs, *um dos grandes inspiradores desse paradigma*.

Para Sachs, *apud* Souto Maior (1996), o desenvolvimento sustentável somente estará garantido, se forem feitos esforços em direção a:

1) *Sustentabilidade ecológica*: manutenção de níveis toleráveis de poluição e resíduos; adoção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial; e integração do desenvolvimento com a conservação dos recursos naturais;

2) *Sustentabilidade econômica*: que será possibilitada pela alocação e gestão mais eficazes dos recursos e por um fluxo racional de investimentos públicos e privados;

3) *Sustentabilidade social*: nas palavras de Sachs, *construir uma civilização do “ser”, em que exista equidade*



*na distribuição do “ter” e da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas de população e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não-abastados;*

4) *Sustentabilidade espacial:* prioriza empreendimentos espacialmente equilibrados sob a perspectiva rural-urbana e com a melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas;

5) *Sustentabilidade cultural:* conforme Sachs, privilegia uma *pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local;*

6) *Sustentabilidade política:* significa transferir poder aos indivíduos, às comunidades e aos grupos sociais para que possam dispor e decidir sobre sua educação, lazer e meio ambiente, estrutura produtiva e comercial. (...) Isto não significa, contudo, incorrer em auto-suficiência e isolacionismo.

Fontes e Dias, *apud* Ibam (1998, p.9), consideram os seguintes conteúdos na qualificação do conceito de desenvolvimento:

- *desenvolvimento econômico:* preocupa-se com o crescimento econômico acompanhado de modernização tecnológica;
- *desenvolvimento social:* leva em consideração os aspectos da vida social admitindo a sociodiversidade;
- *ecodesenvolvimento:* influenciado pelo movimento ecológico e/ou pelas contribuições das ciências naturais;
- *desenvolvimento humano:* procura resgatar o princípio da igualdade e busca demonstrar que desenvolvimento não significa automaticamente crescimento econômico;
- *desenvolvimento sustentável:* surge da necessidade de garantir que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades.

Esses autores sugerem ainda que as definições acima expostas induzem a uma leitura do termo desenvolvimento dissociado da noção de *espaço*, como se as ações indutoras do desenvolvimento fossem independentes do local

onde ocorrem, como se pudessem adquirir concretude fora do solo territorial. É no espaço que estão contidos os fluxos políticos, sociais e econômicos. O desenvolvimento visa a mudança tanto das relações e processos sociais que agem sobre o território quanto sua própria transformação.

E concluem afirmando que essas considerações visam responder às seguintes questões: *como podem viver melhor as pessoas da minha comunidade? Como encaminhar soluções aos problemas surgidos no nível internacional e que ganham concretude no local, no território municipal?*

E respondem com base no seguinte enfoque:

- *maior preocupação com distribuição de renda, sustentabilidade ambiental, melhoria de qualidade de vida, melhoria de relações de trabalho e satisfação das necessidades básicas;*
- *potencialização dos recursos próprios;*
- *desenvolvimento mais equilibrado territorialmente;*
- *descentralização política e gestão democrática local;*
- *iniciativas de desenvolvimento local de articulação do tecido produtivo e de geração de trabalho e renda para enfrentar a pobreza e a segregação social;*
- *criação de um entorno institucional, econômico, social, político e cultural para desenvolver o potencial local.*

### **2.2.1. O conceito e a importância do “local”**

Para Souto Maior (1996, p.515) *a ênfase dada por Sachs e outros autores ao âmbito local na formulação de estratégias para o desenvolvimento sustentável suscita uma importante questão: o que se quer dizer por local?*

O termo local remete o indivíduo a *uma entidade físico-geográfica confinada, como um município ou um bairro* ou a *uma entidade social, como por exemplo uma comunidade*.

Milton Santos, *apud* Souto Maior (1996), percebe o espaço local composto, de um lado, *de um conjunto de objetos geográficos, naturais e sociais* e, de outro, *a vida que os preenche e os anima, isto é, a sociedade em movimento*. Tânia Fischer, na mesma obra citada, afirma que *se o espaço local tem um fundamento territorial inegável, não pode nele se resumir*. Assim, é possível perceber os dois conceitos interagindo, *algo simultaneamente localizado geograficamente e socialmente construído*, e, portanto, *o local é uma entidade porosa, dinâmica, difícil de delimitar*.

Sampaio, *apud* Souto Maior (1996), apresenta o espaço local *como um incubador de idéias e atividades que podem se expandir em efeito cascata aos demais contextos que o cercam e ter, assim, impactos globais*.

Essas considerações sugerem algumas conclusões importantes sobre o local, pontuadas por Sampaio:

- 1) *sua análise é necessariamente interdisciplinar, envolve conhecimentos das ciências naturais e sociais;*
- 2) *em termos de espaço físico ele pode significar um bairro, um município, uma microrregião ou uma bacia hidrográfica;*
- 3) *como construção social ele pode significar um governo comunidade, ou redes de indivíduos, grupos e movimentos sociais estruturados em torno de interesses identificáveis e que mantêm relações de aliança ou confronto com a autoridade local;*
- 4) *a institucionalização do poder local pode ser uma*

*maneira eficaz de equipar a sociedade civil para participar em termos mais igualitários com as outras esferas de poder: o Estado e o mercado.*

Por fim, Souto Maior (1996, p.516) alerta para o perigo de *se pensar o local isoladamente dos outros níveis de poder, pois isto certamente levaria à formulação de estratégias irrealistas*, com as seguintes consequências:

- 1) *poderia levar as autoridades de nível superior a eximirem-se de toda e qualquer responsabilidade pelo que ocorre no local;*
- 2) *poderia levar à implementação de ações não coordenadas e talvez até incompatíveis com políticas regionais e globais;*
- 3) *levar a um paroquialismo prejudicial ao próprio local.*

Ciente desses riscos, Sachs, apud Souto Maior (1996), sugere, de um lado, para *um novo relacionamento entre os diversos níveis governamentais (relações verticais,)* e do outro, para *uma maior coesão entre entidades do nível local (relação horizontal).*

## **2.2.2. Geração de Emprego e Renda no Brasil e no Mundo**

Na Bolívia, de acordo com Barreto (1999, p.178), as atividades microfinanceiras mobilizam algo em torno de *US\$ 300 milhões, sendo que as três maiores instituições apresentam uma carteira ativa em torno de US\$ 70 milhões, US\$ 40 milhões e US\$ 30 milhões, atendendo a dezenas e dezenas de clientes.*

No Brasil, a preocupação em atingir o segmento dos microempreendedores com a concessão de crédito somente ganhou importância

a partir da divulgação internacional das iniciativas de sucesso em países como Bangladesh e Indonésia (Ásia); Bolívia, Colômbia e Peru (América Latina), a partir do Programa Brasil Empreendedor e o Programa de Fomento à Geração de Emprego e Renda (Proger), lançado pelo Governo Federal e operacionalizado pelos Bancos Federais, com recursos do FAT.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares é um projeto que tem por objetivo a inserção de setores marginalizados economicamente no sistema formal de economia. Seu público-alvo é um contingente de trabalhadores, desempregados e empreendedores da economia informal.

A partir de 1996, o Banco do Nordeste criou o Crediamigo – Central de Microcrédito do Nordeste. Com o objetivo de ofertar serviços financeiros e não financeiros de forma sustentável, oportuna e de fácil acesso, o crédito é destinado a capital de giro e instrumento de trabalho. No Quadro 1 são demonstrados as principais fontes de financiamento dos usuários de microcrédito.

QUADRO 1: Fontes de Financiamentos (Microcréditos)

Área	Banco %	Agiota %	Fornecedor %	Família %	Não Utiliza %
São Luís	1,9	0,8	7,7	1,1	88,5
Teresina	4,4	2,8	19,1	5,6	68,1
Fortaleza	6,4	9,7	17,9	2,2	63,8
Recife	2,5	2,3	14,0	18,0	63,2
Timbaúba	3,3	3,4	6,7	3,3	83,3
Picos	4,7	3,0	23,0	10,6	58,6
Limoeiro do Norte	5,7	1,1	12,5	10,2	70,5

Fonte: Valente (1999, p.163).

O BN utiliza-se da tecnologia de Crédito Solidário – linha de crédito destinada aos que não possuem garantias individuais reais – onde os

participantes formam grupos de quatro a sete pessoas, na condição de avalistas solidários.

Há também a tecnologia de Crédito Individual – linha de crédito para capital de giro, de curto prazo, sucessivos e crescentes – cujo pré-requisito é que o participante seja oriundo do Crédito Solidário, com dois créditos pagos e bom histórico creditício.

As iniciativas vão surgindo aos poucos, mas, ainda há muito o que aprender sobre microfinanças e geração de emprego e renda no Brasil, tanto da parte de quem concede o crédito como de quem toma. No entanto, é consenso ser indispensável a ação governamental e das sociedades de microfinanças e crédito no desenvolvimento dessas tecnologias para atender o mercado informal da economia, que cresce e contribui com o desenvolvimento do País.

### 2.3. Os Municípios e as Realidades sócio-econômicas do Século XXI

Os municípios enfrentam, neste início de século, o macro desafio da globalização de suas realidades não apenas econômicas, mas também, cultural e social, de grandes repercussões no comportamento dos indivíduos e dos grupos, conforme reconhece Covas (1999):

*Enormes, portanto, as responsabilidades do administrador municipal. Especialmente em um momento em que é unânime a exigência de austeridade nos gastos e investimentos, rigor na gestão pública, seriedade em todos os atos de governo.*

O Ibam, o Cepam e outras entidades, têm prestado relevantes serviços de orientação e capacitação de pessoal, através de periódicos, cursos e consultorias aos municípios e instituições interessadas em temas relacionados com o desenvolvimento sustentável do município.

O que principalmente caracteriza as considerações teórico-experienciais pesquisadas, muito embora a diversidade das fontes, é a percepção do novo papel dos governantes locais, no desempenho de sua mais nova e desafiadora *função empreendedora*, de amplos reflexos no desenvolvimento sustentável da comunidade.

Essa nova forma de atuar está ancorada na competência que tem o Município para criar condições favoráveis às atividades empresariais, oportunizando às pessoas emprego e requalificação profissional.

Enfrentar esses desafios exige dos principais atores da economia

local a percepção das transformações existentes no mundo e a incorporação do princípio de *pensar de forma global e agir localmente*, entendendo o *poder local* como o somatório de esforços desenvolvido pelas forças sociais e econômicas que atuam em seu território, articulados com o Governo Municipal.

Campagnone (1999, p.26-27), resume a nova pauta de problemas a serem considerados pelo gestor municipal, a partir das invasões dos processos de globalização e do avanço tecnológico:

- além de promotor da oferta efetiva de serviços públicos, promotor do desenvolvimento local. Gerar emprego é prioridade na agenda;
- concorrência entre cidades para atrair investimentos;
- capacitação dos recursos humanos para lidar com a complexidade tecnológica;
- mudança no paradigma institucional e cultural de uma máquina pública burocrática, lenta, focada em controles e ritos processualísticos, para uma Administração Pública gerencial, ágil, focada no cidadão e orientada para resultados;
- gestão austera e eficiente que recupere a capacidade do município para promover investimentos com recursos próprios;
- maximização dos recursos e potencialidades locais através de parcerias com a sociedade;
- criação de mecanismos de participação dos munícipes na gestão do município.

Em favor dos municípios, desde a promulgação da Constituição de 1988, a receita municipal só fez crescer, conforme se pode ver na tabela 2. Para Afonso e Raimundo (1999, p.125) isso se deve também e sobretudo, *ao reaparelhamento das fazendas municipais, que, aproveitando a autonomia para legislar sobre seus próprios impostos e elevando a eficiência da fiscalização, vêm conseguindo explorar de forma mais efetiva suas bases tributárias.*



TABELA 2: Receita Própria – R\$ Bilhões – 1997\*

<b>Ano</b>	<b>União</b>	<b>Estados</b>	<b>Municípios</b>
1988	116,8	43,0	4,7
1989	123,2	51,1	4,8
1990	141,6	56,0	6,2
1991	117,7	55,1	8,9
1992	117,7	50,3	7,7
1993	128,4	46,2	6,8
1994	142,1	57,3	7,3
1995	151,1	66,1	10,7
1996/p	159,6	70,9	13,4
1997/p	168,3	71,1	13,7

\* Valores deflacionados pelo IGP-DI médio.

Fonte: José Afonso (1999, p.126).

Todos esses avanços trouxeram maior complexidade à gestão municipal, exigindo em contrapartida uma melhor capacitação de seus gestores, em todas as áreas de atuação.

Sobre o assunto, Barzelay, *apud* Pacheco (1999, p.45) esclarece:

*Quanto aos administradores públicos, devem os desafios da Administração Pública Gerencial estimulá-los a um maior engajamento profissional: ao invés de apenas seguir regras e procedimentos, eles passam a ser chamados para compreender e aplicar normas, para identificar e resolver problemas, para melhorar continuamente os processos, para simplificar estruturas e para gerenciar pessoas.*

No quadro 2, Pacheco (1999, p.45) sintetiza as idéias e características dos modelos burocrático e pós-burocrático (ou gerencial) por ela estudado, que espelha a evolução do pensamento sobre a gestão municipal para os dias atuais:

Quadro 2: Características dos Modelos de Administração Pública

Paradigma Burocrático	Administração Pública gerencial (ou paradigma pós-burocrático)
Baseia-se na noção geral de interesse público	Busca obter resultados valorizados pelos cidadãos
Eficiência	Qualidade e Valor
Administração	Produção
Controle	Ganhar adesão a normas
Especificar funções, autoridade e estrutura	Identificar missão, serviços, usuários e resultados
Justificar custos	Transferir valor
Garantir cumprimento de responsabilidade	Criar accountability Fortalecer as relações de trabalho
Seguir regras e procedimentos	Compreender e aplicar normas; Identificar e resolver problemas; Melhorar continuamente os processos
Operar sistemas administrativos	Separar serviços e controle; Criar apoio para normas; Ampliar a escolha do usuário; Encorajar ação coletiva; Criar incentivos Definir, medir e analisar resultados
Estrutura hierárquica	Redução dos níveis hierárquicos. Gestão participativa
Definição rígida e fragmentada de cargos e Alta especialização	Multifuncionalidade Flexibilidade nas relações de trabalho
Chefias zelam pelo cumprimento de normas e procedimentos	Gerentes incentivam a obtenção de resultados e animam equipes

Fonte: Pacheco (1999, p.45).

### 2.3.1 Estatuto da Cidade

Apesar das limitações da ausência de regulamentação dos dispositivos constitucionais, os municípios brasileiros evoluíram sob vários aspectos, a partir da Constituição de 1988 e do aumento da receita própria, conforme apresentado anteriormente na Tabela 2. Entre outras coisas, houve avanços no planejamento e ordenamento de seu crescimento, implementando políticas urbanas que trouxeram resultados positivos na melhoria dos serviços

públicos.

Durante a III Conferência das Cidades, realizada na Câmara dos Deputados em Brasília no dia 27 de novembro de 2001, foi lançado o livro *Estatuto da Cidade: Guia para sua Implementação pelos Municípios e Cidadãos*, patrocinado pela Caixa e elaborado pelo Instituto Pólis. ([www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br) – em 04/02/2002).

De acordo com a Caixa (2002):

*Convém notar, porém, que existem poucos casos onde se procurou atribuir uma função social à cidade e à propriedade.*

*Mais de 70% da desigualdade de renda no Brasil está presente dentro das cidades. A pobreza, a insegurança, a degradação ambiental, o medo generalizado, o tempo dos deslocamentos remetem as cidades brasileiras a níveis muito baixos de produtividade urbana. É clara a oportunidade que surge, com o Estatuto da Cidade, de uma efetiva ação conjunta intergovernamental e socialmente participativa, com foco no aprimoramento da gestão urbana, que deve ser integral, coerente e inclusiva. Além disso, a gestão urbana não se esgota na questão do desenvolvimento urbano, ela configura-se como um instrumento eficaz para o desenvolvimento sustentável do País e para o combate à desigualdade.*

## **2.4. A Questão do Crédito**

Em 22 de Junho de 2001, o Governo Federal, por intermédio do ministério da Fazenda, anunciou o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. O programa contemplou diversas medidas para a adequação patrimonial dos bancos públicos federais, entre elas a reestruturação patrimonial da Caixa Econômica Federal.

Desde 1999, os bancos federais vinham tendo dificuldades para se ajustarem à Resolução CMN 2682/99 (vide item 2.4.1). A Caixa se veria obrigada a constituir provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, apurados sobre seus créditos comerciais e habitacionais, sendo que o volume de créditos habitacionais inadimplentes constituiria maior provisão.

A Assessoria de Imprensa da Caixa informou que a sua reestruturação financeira da Caixa e a criação da Emgea – Empresa Gestora de Ativos – para onde foram transferidos os estoques de crédito habitacional mais antigo, se deu a partir de um estudo realizado por técnicos da Caixa e do Ministério da Fazenda. ([www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br), em 28 setembro 2001).

Essa engenharia financeira liberou a Caixa de provisionar recursos para créditos de liquidação duvidosa sobre aquele montante, nos termos da referida resolução.

Tampouco a nova instituição (Emgea) precisou fazer esse aporte financeiro pois nasceu sob a condição de Instituição não financeira.

A Presidência da Caixa deu a seguinte declaração sobre o Plano de Reestruturação:

*Duas premissas presidiram a formulação do plano de reestruturação: a manutenção da Caixa como agência de distribuição de programas públicos, em especial nas áreas de desenvolvimento urbano e na transferência de benefícios para cidadãos brasileiros, e a garantia de que a empresa não vai gerar no futuro novos passivos contingentes (os 'esqueletos') decorrentes de subsídios implícitos concedidos em operações desequilibradas do ponto de vista econômico-financeiro.*

Através da Medida Provisória 2.212 de 2001, o Governo criou o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH). A proposta de Orçamento Geral da União para 2002, já enviada ao Congresso Nacional pelo Governo Federal, pretende utilizar R\$ 350 milhões neste programa, com a estimativa de contratar financiamentos no valor de R\$ 3,3 bilhões para as camadas da população de menor renda. (Caixa, 2002)

Como se trata de subsídio, o PSH se destina a complementar, no ato da contratação do financiamento, a capacidade financeira de candidatos aos empréstimos. Desta forma, as famílias carentes terão maior facilidade na aquisição de suas moradias. Os recursos do PSH assegurarão o equilíbrio econômico-financeiro das operações realizadas pelas instituições financeiras que se habilitarem aos programas, como a Caixa Econômica Federal.

O PSH reconhece de fato o papel do Governo Federal na política

habitacional para a população de baixa renda, sem transferir para a instituição financeira o ônus financeiro de uma ação de Governo que, em grande parte, contribuía para a formação dos chamados esqueletos financeiros.

#### **2.4.1. Política de crédito**

A política e o gerenciamento do crédito na Caixa, à semelhança das demais instituições financeiras, estão sendo desenvolvidas com base na Resolução nº 2.682 de 1999, do Conselho Monetário Nacional, que trata da nova sistemática de provisionamento de risco em operações de crédito, com o objetivo de dar maior transparência aos balanços das instituições financeiras. Sua relevância e impacto nos negócios da Caixa estão expressas no Relatório da Administração 2000 (2001, p.1):

*A grande concentração de recursos em operações de crédito imobiliário, acrescida ao volume de operações realizadas com recursos do FGTS, sobre as quais a CAIXA é responsável pelo risco de crédito, dadas as condições e características que lhes são peculiares, vem dificultando, ao longo do tempo, a observância dos limites operacionais determinados pelo Conselho Monetário Nacional, por meio do Banco Central do Brasil. Destacam-se, neste particular, as regras emanadas das Resoluções CMN 2.099/94 e CMN 2.682/99, que tratam, respectivamente, dos limites mínimos de Patrimônio Líquido e de Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.*

*Neste contexto, parte significativa da atenção da Administração da Empresa esteve concentrada, no decorrer do ano de 2000, na elaboração de um profundo diagnóstico sobre a situação estrutural da Instituição e na ampla discussão das alternativas de solução para os desequilíbrios existentes, com a participação efetiva da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, nas qualidades, respectivamente, de Controlador e de Fiscalizador da Caixa Econômica Federal.*

*(...) a CAIXA manteve-se atuante no mercado, tanto nos segmentos de Habitação, Saneamento e Infraestrutura, quanto de Transferência de Benefícios e Serviços Financeiros Básicos, com enfoque prioritário ao atendimento às famílias de menor renda da população brasileira.*

Inúmeras providências administrativas, de natureza operacional e organizacional foram tomadas, além das adequações dos sistemas e desenvolvimento de novas metodologias de análise e acompanhamento de processos. As principais delas, decorrentes da resolução supracitada, estão no Relatório da Administração de junho de 2000, (2001, p.2):

*Foram estabelecidas diversas diretrizes operacionais, com vistas a uma maior seletividade na concessão do crédito e a uma maior segurança da CAIXA na realização das operações. Os critérios de avaliação estabelecem que qualquer contratação seja precedida da análise do cliente. Da mesma forma, todos os lançamentos de novos produtos são precedidos de análise destinada a estabelecer o preço adequado, considerando o custo do funding e os riscos e despesas inerentes à operação. As modelagens desenvolvidas permitiram a correta precificação dos produtos, dimensionando o custo dos riscos embutidos e possibilitando a segurança necessária para a formatação de taxas mais competitivas para o consumidor final.*

#### **2.4.2. A questão do risco de crédito**

A questão do risco está associada à possibilidade de perda de algo importante e/ou valioso.

Para Saunders, apud Leite (site [www.leite.org](http://www.leite.org), em 26 out 2001):

*As instituições financeiras ao captarem e aplicarem recursos juntos aos agentes poupadores e emprestá-los a investidores e outras Instituições Financeiras, transformam as características básicas das operações financeiras que variam conforme as condições de prazo, liquidez, risco e volume de recursos, diferenciando as características básicas de seus ativos das de seus passivos, proporcionando taxas de juros diferentes na captação e aplicação, suficientes ao exercício de suas atividades e sobrevivência.*

O descasamento entre captação e aplicação, reflete uma preocupação básica, mas relevante para instituições de crédito. Para Saunders, *apud* Leite (ibid), essas ocorrências *geram tanto oportunidades de lucro quanto riscos*. Isso porque, quando o descasamento se dá beneficiando a aplicação, gera lucros. Quando ocorre descasamento favorável à captação, gera prejuízo.

A título de exemplo, podemos citar antigos financiamentos habitacionais com recursos de poupança. A taxa de *captação* contratada era de 6% a.a. (seis por cento ao ano), equivalente à remuneração prometida aos poupadores. No entanto, esses recursos eram *aplicados* em financiamento habitacional com taxas iguais ou inferiores as de captação, o que gerava um prejuízo enorme à Caixa. Foram operações dessa natureza, entre outras, que foram objeto de reestruturação na Caixa, sendo segregadas na Emgea, conforme item 2.4.

Para Saunders, *apud* Leite ([www.leite.org](http://www.leite.org), em 26 out 2001) há diferentes tipos de riscos:



**Risco da taxa de juros** - Risco de variação na taxa de juros que afeta o ativo e o passivo das instituições financeiras. Ocorre quando há divergência entre os prazos de vencimento das obrigações e aplicações. Subdivide-se em:

**a) Risco de refinanciamento:** Risco de que o custo de rolagem seja maior do que os rendimentos dos ativos, pois torna necessário refinanciar (rolar) as obrigações a novas taxas.

**b) Risco de reinvestimento:** Risco de que os rendimentos dos ativos fiquem abaixo do custo de captação dos recursos, pois torna necessária a reaplicação dos recursos a novas taxas;

**c) Risco de mercado ou de preço:** Risco de variação nos preços dos títulos no mercado nas transações de troca de títulos ("trading"), visto que os preços de mercado podem divergir dos preços nominais/contratuais (registrados na contabilidade).

**Risco de crédito ou de inadimplência** - Risco de que os pagamentos devidos pelo títulos não sejam realizados pontual e integralmente. Pode ser dividido em:

**a) Risco específico:** Risco de inadimplência associado à capacidade de pagamento da empresa emitente do título.

**b) Risco sistemático:** Risco de inadimplência resultante do comportamento da economia.

**Risco contingente (ou extra balanço)** - Risco associado a transações contingentes referentes a obrigações extra balanço assumidas por garantias, crédito stand-by, cartas de crédito, e operações com derivativos, como futuros, opções e swaps.

**Risco Tecnológico** - Risco resultante do mau funcionamento de grandes investimentos em inovações tecnológicas (computadores, máquinas ATM, sistemas eletrônicos centralizados).

**Risco Operacional** - Risco resultante de mau funcionamento dos sistemas de transações, comunicações e controle.

**Risco de Câmbio** - Risco de prejuízos operacionais com títulos em moeda estrangeira resultantes de variações na taxa de câmbio.

**Risco Soberano** - Risco de inadimplência associado a títulos governamentais estrangeiros, resultantes de decisões soberanas de governos estrangeiros (moratória, atrasos de pagamentos).

**Risco de Liquidez** - Risco de liquidez de caixa associado a saques imprevistos de caixa que forçam a venda de ativos ou a tomada de empréstimos de emergência.

**Risco de Insolvência** - Risco de insolvência por parte da IF, devido a insuficiência da capital para enfrentar uma queda de valor dos seus ativos relativamente às suas obrigações.

***Interação dos riscos*** - Muitos riscos são interagentes, podendo combinar-se provocando situações complexas e de difícil controle.

### **2.4.3. Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional**

Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Abaixo transcrevemos os principais trechos da resolução, comentadas, quando necessário.

Apresentamos alguns artigos que, pela sua importância e relação com o tema, estão na íntegra:

*Art. 1. Determinar que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem classificar as operações de crédito, em ordem crescente de risco, nos seguintes níveis:*

- I - nível AA;*
- II - nível A;*
- III - nível B;*
- IV - nível C;*
- V - nível D;*
- VI - nível E;*
- VII - nível F;*
- VIII - nível G;*
- IX - nível H.*

*Art. 2. A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, pelo menos, os seguintes aspectos:*

- I - em relação ao devedor e seus garantidores:*
  - a) situação econômico-financeira;*

- b) grau de endividamento;*
- c) capacidade de geração de resultados;*
- d) fluxo de caixa;*
- e) administração e qualidade de controles;*
- f) pontualidade e atrasos nos pagamentos;*
- g) contingências;*
- h) setor de atividade econômica;*
- i) limite de crédito;*

*II - em relação a operação:*

- a) natureza e finalidade da transação;*
- b) características das garantias, particularmente quanto a suficiência e liquidez;*
- c) valor.*

*Parágrafo único. A classificação das operações de crédito de titularidade de pessoas físicas deve levar em conta, também, as situações de renda e de patrimônio bem como outras informações cadastrais do devedor."*

Embora a Resolução seja a mesma para todos os bancos, muitas pessoas se perguntam por que é mais fácil obter crédito em uma instituição do que em outra? Isso é um fato.

Os artigos acima citados devem compor a sistemática de avaliação do risco do banco na concessão de crédito, enquadrando o cliente em um dos níveis de risco apresentado no Art. 1º da Resolução CMN 2.682/99 (Brasil, 1999).

No entanto, veremos a seguir que o inciso I do Art. 4º da Resolução possibilita o enquadramento do cliente a partir do comportamento de atraso no pagamento de parcela de principal ou de encargos, estabelecendo que a classificação da operação nos níveis de risco previstos no Art. 1º, deve ser revista, no mínimo:

*I - mensalmente, por ocasião dos balancetes e balanços, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de*

*principal ou de encargos, devendo ser observado o que segue:*

- a) atraso entre 15 e 30 dias: risco nível B, no mínimo;*
- b) atraso entre 31 e 60 dias: risco nível C, no mínimo;*
- c) atraso entre 61 e 90 dias: risco nível D, no mínimo;*
- d) atraso entre 91 e 120 dias: risco nível E, no mínimo;*
- e) atraso entre 121 e 150 dias: risco nível F, no mínimo;*
- f) atraso entre 151 e 180 dias: risco nível G, no mínimo;*
- g) atraso superior a 180 dias: risco nível H;*

Estabelecendo ainda no Parágrafo 2º que *Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I.*

Assim, alguns bancos, em função da garantia do crédito apresentada pelo cliente, utilizam-se da segunda alternativa e passam a operar com a classificação de risco baseada no comportamento de atraso no pagamento das parcelas, confiando em mecanismos como conta salário, consignação em folha de pagamento etc.

A cada nível de risco previsto no Art. 1º da referida Resolução, corresponde um percentual indicador do provisionamento para créditos de liquidação duvidosa. Esses percentuais estão definidos no Art. 6º e devem ser constituídos mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório desses percentuais, sem prejuízo da responsabilidade dos administradores das instituições.

*I - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações de nível A;*

*II - 1% (um por cento) sobre o valor das operações de nível B;*

III - 3% (três por cento) sobre o valor das operações de nível C;  
 IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operações de nível D;  
 V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações de nível E;  
 VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações de nível F;  
 VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações de nível G;  
 VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operações de nível H.

Podemos resumir a questão do risco da operação, em termos de rating, atraso nas parcelas e sua conseqüente provisão para crédito de liquidação duvidosa, no quadro 3:

QUADRO 3: Níveis de *Rating* e Provisão

RATING BACEN	ATRASSO na revisão da classificação	PROVISÃO
AA	0	0%
A	1 a 14 dias	0,5%
B	15 a 30 dias	1%
C	31 a 60 dias	3%
D	61 a 90 dias	10%
E	91 a 120 dias	30%
F	121 a 150 dias	50%
G	151 a 180 dias	70%
H	Acima de 180 dias	100%

Fonte: CMN, 1999.

#### 2.4.4. A questão dos juros e o *spread* bancário

Os bancos são intermediários financeiros: captam recursos com os agentes superavitários (pessoas físicas e jurídicas) e os emprestam aos agentes

deficitários.

Compõem sua equação de lucro com uma difícil missão de captar, emprestar e receber, em um mercado historicamente marcado pela inadimplência alta, onde os empreendimentos empresariais amargam altos índices de insucesso dentre as tentativas realizadas anualmente, notadamente no segmento das micro e pequenas empresas, segmento que alia aos dificultadores de mercado a baixa qualificação empresarial e acadêmica dos empreendedores.

#### **2.4.5. A taxa de juros**

Em geral, é tratada como sendo o “preço do dinheiro”. Nesse sentido, Faro (1990, p.2) tece os seguintes comentários:

*A taxa de juro, que sempre é referida a certo período de tempo como mês, semestre, ano etc., nada mais é do que a remuneração pela utilização da unidade de capital durante o período a que se refere. Ou seja, a taxa de juro pode ser interpretada como sendo o “preço” cobrado pela utilização da unidade de capital durante o período considerado, ou ainda, de uma maneira livre, como sendo o “preço do dinheiro”.*

As taxas de juros praticadas no mercado financeiro são altamente influenciadas pelas características de risco do país, da empresa creditícia e dos tomadores finais de recursos, levando a instituição financeira a aumentar ou diminuir suas taxas de juros e/ou ajustar sua política de crédito na tentativa de garantir satisfatórios retornos financeiros.

Para Saunders, apud Leite (site [www.leite.org](http://www.leite.org), em 26 out. 2001), mudanças adversas das taxas de juros impactam negativamente o resultado do portfólio das instituições. Ainda segundo esse autor, os impactos podem se dar de diferentes formas:

- *encarecimento do hedge das operações;*
- *elevação do custo de carregamento (ou custo de oportunidade) projetado, intrínseco nas taxas de mercado;*
- *ajustes de margem relativos a operação em bolsa de futuros ou fruto de um contrato de balcão que demande recomposição de garantias.*

Nesses casos, o prejuízo pode ser percebido tanto por uma perda instantânea de caixa, como por uma reavaliação do valor real das posições que impliquem, por exemplo, na constituição de provisões para devedores duvidosos.

#### **2.4.6. O spread bancário**

O spread bancário é a diferença entre a taxa de juros de captação e de aplicação das instituições financeiras.

O Banco Central vem atuando desde meados de 1999 no sentido de reduzir as taxas de juros cobradas do tomador de crédito. A esse projeto, o Bacen deu o nome de Projeto Juros e Spread Bancário, adotando várias medidas e ações com a finalidade de reduzir a taxa de juros e, conseqüentemente, o *spread* bancário.

O Quadro 4 apresenta a composição do *spread* bancário e da margem do banco, como segue:

QUADRO 4: *Spread* Bancário

A margem do banco portanto obedece a seguinte composição:

- **Juros cobrados**
    - (-) remuneração dos aplicadores
  - **Spread Bancário**
    - (-) despesas administrativas
    - (-) impostos (diretos e indiretos)
    - (-) perdas com inadimplência
- = MARGEM DO BANCO**

Fonte: Depec/BC, 2001.

As medidas adotadas pelo Banco Central, basicamente, objetivam a redução de cada um dos componentes do *spread* bancário, que estão explicitados no Quadro 4. Para isso, o Bacen procura dotar o mercado financeiro de melhores condições de avaliação do risco de crédito, combatendo as perdas com inadimplências; atualização do Sistema de Pagamento Brasileiros, impossibilitando a existência de saldos negativos na conta de reservas bancárias das instituições, promovendo a transferência de recursos entre bancos em tempo real, minimizando com isto, as pressões do risco sistêmico, entre outras medidas.

No quadro 5, apresentamos a evolução histórica do *spread* bancário:



QUADRO 5: Evolução das taxas de juros e *spread* bancário (% ao ano)

Modalidade	Dez-00	Mai-01	Jun-01	Variação (p.p)	
				Jun-01/ Dez-00	Jun-01/ Mai-01
<b>Total de Aplicação – Geral</b>	<b>51,0</b>	<b>53,7</b>	<b>54,8</b>	<b>3,8</b>	<b>1,1</b>
Pessoa Física – Geral	66,5	66,1	67,2	0,7	1,1
- Cheque Especial	152,7	145,7	147,1	-5,6	1,4
Pessoa Jurídica	34,6	36,8	37,5	2,9	0,7
<b>Taxa de Captação – CDB</b>	<b>15,2</b>	<b>16,4</b>	<b>17,2</b>	<b>2,0</b>	<b>0,8</b>
<b>Spread – Geral</b>	<b>35,8</b>	<b>37,3</b>	<b>37,6</b>	<b>1,7</b>	<b>0,3</b>
Pessoa Física – Geral	51,3	49,7	50,0	-1,3	0,3
- Cheque Especial	137,5	129,3	129,9	-7,6	0,6
Pessoa Jurídica	19,4	20,4	20,3	0,9	-0,1

Fonte: BCB – Departamento Econômico (DEPEC).

Para a Caixa, a aplicação dos recursos nas diversas modalidades do programa, gera fluxos de caixa que também variam em função das características da operação em termos de prazo, risco, volume e liquidez. A questão da inadimplência tem sido uma constante preocupação em todo o sistema bancário, mas, na Caixa e em instituições que operam com taxas muito reduzidas, deve ser redobrada.

## 2.5. Microfinanças

O foco das discussões nesta temática está direcionado para os novos caminhos das microfinanças e o impacto na geração de emprego e renda para a população com dificuldade e/ou restrições de acesso ao crédito no sistema financeiro tradicional. Há também inteira compreensão da importância das micro e pequenas empresas como tomadoras desses recursos financeiros e geradoras de emprego e renda.

*Os pobres não são pobres por serem analfabetos ou pouco educados, mas porque não podem conservar os lucros de seu trabalho, e isso por não terem acesso ao capital e porque somente quem o controla define as regras do jogo.*  
(Yunus e Jolis 2000, p.273)

A preocupação e as pesquisas sobre microfinanças aumentam proporcionalmente ao aumento do desemprego no país e no mundo.

*A América Latina tem se caracterizado como uma das regiões mais duramente atingidas pelo processo de globalização, na medida em que o processo de abertura vigente na maioria de seus países não correspondeu à melhoria esperada das condições sócio-econômicas de suas populações, notadamente dos seus segmentos de baixa renda.* (Silva 1999, p.19)

Isso já era esperado. O desenvolvimento da tecnologia e a sua incorporação ao processo produtivo tem sido a principal causa do deslocamento da mão de obra empregada para o setor informal da economia.

A Folha de São Paulo, *apud* Silva (1999, p.20) citou pesquisa da OIT

realizada em fins de 1995 nas principais cidades latino-americanas dando conta de que 75% a 80% dos postos do setor informal são ocupados por pessoas de baixa renda.

Mesmo o setor público, historicamente reconhecido como *cabide de empregos* e estáveis, tem promovido reestruturações em seus quadros, através de seus temidos Programas de Demissões Voluntárias - PDV. As pessoas têm sido atraídas pelas indenizações e pelo sonho de terem seu próprio negócio, mas, infelizmente, poucos têm histórias de sucesso para contar.

Nesse contexto, o tema microfinanças tem surgido como campo de interesse de bancos e governos, que percebem na economia informal, o novo motor do desenvolvimento econômico.

Ledgerwood, apud Relatório Ibam e Fundação Ford (2001, p.14), chama a atenção para as dimensões mais abrangentes do setor de microfinanças, em relação ao microcrédito, que se inserem no debate sobre a constituição do setor de microfinanças. É sua a definição abaixo:

*Microfinanças é a provisão de serviços financeiros a clientes de baixa renda, incluindo aqueles trabalhadores por conta própria. Em adição à intermediação financeira, algumas instituições de microfinanças também provêem a intermediação de serviços sociais, incluindo a ajuda na formação de grupos e no desenvolvimento da autoconfiança, da aprendizagem, do linguajar financeiro e outros serviços.*

A partir dessa colocação, o Ibam, com apoio da Fundação Ford

(2001, p.14) sugere uma distinção entre o microcrédito e microfinanças, dando a esta última uma maior dimensão:

QUADRO 6: Microfinanças x Microcrédito

Fatores	MICROFINANÇAS	MICROCRÉDITO
Tipo de Serviço	Outros serviços para produção e consumo	Crédito produtivo
Tipo de Cliente	Pessoas, famílias e microempreendedores	Microempreendedores formais e informais

Fonte: Ibm/Fundação Ford, 2001.

Os atores principais do setor de microfinanças (*ibid*, p.21), são instituições operadoras de microcrédito com as seguintes características:

- **Instituições Financeiras Tradicionais** - são estabelecimentos financeiros, sociedades por ações e cooperativas, que decidiram penetrar no mercado de microempresa, sem abandonar seus nichos tradicionais de intervenção. Assim, as instituições se caracterizam por abordar diferentes segmentos de mercado e por não estar concentrada na carteira de microcrédito. O interesse pelo emergente mercado da microempresa é uma situação relativamente nova e/ou experimental, razão pela qual a carteira ligada ao dito segmento, na maioria dos casos, não supera os 10% do total dos ativos.
- **Instituições Financeiras Especializadas** - são aquelas instituições financeiras reguladas, geralmente sociedades anônimas, que foram criadas com o objetivo específico de atender a micro e pequenas empresas. Seus ativos se concentram no segmento de mercado da microempresa e estão facultados para captar poupanças.
- **ONGs de Crédito** - trata-se daquelas instituições que, mantendo sua base jurídica de associação sem fins lucrativos ou fundação, se dedicam única e exclusivamente ao financiamento da microempresa. Eventualmente, realizam atividades de capacitação e assessoria técnica aos microempresários, que fazem parte da estratégia de educação creditícia do cliente e de recuperação dos créditos.
- **ONGs não especializadas** - apresentam o perfil das ONGs de desenvolvimento com serviços de apoio a

*movimentos sociais ou populações marginalizadas. Iniciaram programas de geração de trabalho e renda ou de empreendimentos nos quais incorporaram o crédito, sem ter contudo uma especialização e uma estrutura independentes.*

## **2.6. A Caixa Econômica Federal**

Em 1860, o Brasil vivia o ápice de uma de suas crises financeiras. O “Barão de Uruguaiana” (Ministro Ângelo Ferraz), através da Lei 1.083, de 22/08/1860, que tinha por objetivo reprimir a especulação financeira, sugeriu a criação da Caixa Econômica Federal.

Em 12 de janeiro de 1861, através do Decreto Imperial 2723/61, O Imperador Dom Pedro II promulgava o Ato Fundacional da Caixa Econômica Federal, na cidade do Rio de Janeiro. Criada com o singular objetivo de captar poupança e economias populares e emprestar sob *penhor* para as camadas populares, recebeu o nome de “Caixa de Pecúlio e Monte de Socorro”.

Informações relatadas no site da Caixa retratam o ambiente econômico-financeiro dos idos de 1860:

*Já naquela época, o mercado sofria a ação de empresas que não ofereciam garantias aos clientes depositantes e operavam com taxas de juros exorbitantes. Assim, a Instituição surgiu e se manteve até hoje, perfeitamente identificada com a sua missão social, tornando-se endereço comum de príncipes, barões e escravos que, ávidos por comprarem suas cartas de alforria, nela depositavam seus recursos. (Caixa, 2001)*

Alguns fatos históricos contribuem para se compreender o perfil atual da Caixa e a sua vinculação com o passado distante.

A expansão da Caixa começou em 1874, pelas províncias de São Paulo, Alagoas, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul. Em 1934 surgiram as carteiras Hipotecária, de Cobrança e Pagamentos, durante o Governo Vargas, quando começaram também as operações de crédito comercial e consignação.

O Penhor é um dos serviços mais antigos da Caixa. Criado em 1861 e delegado exclusivamente à Empresa em 1934, a modalidade oferece os juros mais baixos do mercado. Além do acesso rápido ao crédito, não há análise de cadastro ou exigência de avalista. *Para obter o empréstimo, o interessado penhora o bem, recebendo, em dinheiro, 80% do valor de avaliação, além de contar com amplas possibilidades de renegociação para o seu resgate* (Caixa, 2001).

As Loterias Federais começaram a ser operacionalizadas pela Caixa em 1961 e com o tempo cresceram em importância. Suas lojas são hoje, ao lado dos correspondentes bancários, responsáveis por grande parte do volume de arrecadação e pagamentos que antes eram feitos somente nas agências da Caixa. Além disso, contribuem para a execução dos programas sociais do Governo, já que parte da arrecadação das loterias é destinada à Seguridade Social, ao Fundo Nacional de Cultura, ao Programa de Crédito Educativo e entidades de prática esportiva, dentre outros.

Somente em 1969, quase cem anos depois, aconteceria a unificação das 22 Caixas Econômicas Federais, que passaram a atuar de forma padronizada.

Na década de 70 ocorreu a implantação e regulamentação do Programa de Integração Social - PIS. No mesmo período, a Caixa assumiu a gestão do Crédito Educativo e passou a executar a política determinada pelo Conselho de Desenvolvimento Social, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS.

Em 1986 o Governo Federal extinguiu o Banco Nacional de Habitação – BNH. Suas funções foram transferidas para a Caixa e assim, *a Empresa se transformou na maior agência de desenvolvimento social da América Latina, administrando o FGTS e tornando-se o órgão-chave na execução das políticas de desenvolvimento urbano, habitação e saneamento.* Em 1990, por força da Lei 8.036, a Caixa foi incumbida de coordenar a transferência e centralizar quase 130 milhões de contas de FGTS que se encontravam distribuídas em 76 bancos. *O desafio envolveu milhares de economiários e o investimento maciço no desenvolvimento de tecnologia e aquisição de equipamentos.* Somente em 1993 foram pagos cerca de 72 milhões de contas inativas. (Caixa, 2001)

No entanto, o maior desafio estava por vir. O final da década de 80 e toda a década de 90 trouxe a abertura do mercado financeiro brasileiro aos bancos estrangeiros e também as novas regras para a concessão e avaliação do

risco de crédito, cujo modelo internacional, previsto no Acordo de Basiléia (Suíça), foi adaptado ao padrão brasileiro através da Resolução CMN 2.682/99 (Brasil, 1999).

Em 2000, o Governo Federal incluiu a Caixa entre os bancos federais responsáveis pelo repasse, através de empréstimos e financiamentos, de recursos para investimentos e capital de giro, no segmento de micro e pequenas empresas. Isto está contribuindo para que a Empresa crie experiência e fortaleça seu relacionamento com esse mercado.

Em 2001, a Caixa passou a integrar a chamada Rede de Proteção Social do Governo Federal. Atuando como agente pagador dos programas Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-gás, entre outros, a Empresa coloca à disposição dos beneficiários a maior rede de atendimento bancário do País, presente em todos os municípios brasileiros.

No cenário empresarial, ela detém 48% do capital da Empresa Caixa Vida & Previdência, além de ser responsável pelo patrocínio da Fundação dos Economiários Federais - Funcef, o segundo maior fundo de pensão do país.

O mandato da Caixa está sintetizado em algumas estratégias que lhe dão um cunho especial e diferenciado:

- *Caixa do Trabalhador*, firmado com empresas públicas e privadas, visando ao atendimento integral do trabalhador (habitação, previdência, seguros, empréstimos, transferências de benefícios para o cidadão etc.);



- *Caixa Empresa*, composto de um portfólio de empréstimos e financiamentos especialmente desenvolvidos para este segmento e;
- *Relacionamento com Estados e Municípios*, objeto deste Estudo de Caso, cuja proposta integra o papel da Caixa como Agente Operador dos Programas do Governo Federal e as demais estratégias bancárias anteriores, visando ao desenvolvimento sustentável do Município.

Ainda hoje se percebe o quanto de sua finalidade inicial como *Caixa de Pecúlio e Monte de Socorro* permanece vivo em suas atividades, serviços e produtos, embora se perceba atualmente uma busca intensa de se justificar economicamente e de adotar uma sistemática de avaliação de custos e desempenho muito semelhante ao das instituições financeiras privadas.

Com o objetivo de alcançar a excelência do atendimento e a satisfação dos clientes, a Caixa adotou um novo modelo conceitual e ambiental para suas agências. As mudanças contemplam a oferta de canais alternativos de atendimento, como o *Cash Dispenser*, Banco 24 Horas, Caixa Rápido, Débito Automático, *Telemarketing*, *Home Banking*, e *Internet Banking*; nos serviços integrados e automatizados ao trabalhador e nas novas instalações dos pontos-de-venda. Em setembro de 1997 foi lançada a nova marca da Caixa com uma proposta de traduzir, de forma simples e dinâmica, os conceitos de modernidade adotados pela Instituição (Caixa, 2001).

No quadro abaixo, um resumo dos números referentes ao atendimento ao cidadão durante o ano 2000.

QUADRO 7 – Atendimento ao Cidadão - 2000

EVENTO	QUANTIDADE
Emissão de Extratos do FGTS	56.612.301
Saques do FGTS	16.837.562
Pagamentos do Seguro Desemprego	17.402.960
Pagamentos de Benefícios do Pis	16.496.949
Pagamentos do Abono Salarial	4.567.289
<b>TOTAL</b>	<b>111.917.061</b>

Fonte: Caixa, 2001.

No segmento empresarial, em parceria com o Ministério do Trabalho, a Caixa oferece crédito a recém-formados e a micro e pequenas empresas, por intermédio do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, implantado em maio de 1997. Segundo o Relatório da Administração da Caixa (2000, p.4), *as operações ligadas a financiamentos para investimento apresentaram crescimento de 2.818,9% em relação aos números registrados no ano de 1999.*

Ao integrar-se ao Programa Brasil Empreendedor – PBE, do Governo Federal, a Caixa *dedicou especial atenção ao segmento das micro, pequenas e médias empresas.* Foram 340.527 contratações de empréstimos neste segmento, com a liberação de recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão (ibid, p.4).

Já as operações de Capital de Giro, nas modalidades Giro Caixa e Giro Caixa Instantâneo, *registraram liberações de recursos da ordem de R\$ 1 bilhão, distribuídos em 112.303 contratações.*

### 2.6.1. Programa Bolsa Escola

O Bolsa Escola é um Programa do Ministério da Educação, com pagamento através da Caixa Econômica Federal.

De acordo com a Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola, do Ministério da Educação ([www.redegoverno.gov.br](http://www.redegoverno.gov.br), em 26 fev. 2002), o Bolsa Escola tem os seguintes objetivos:

- *incentivar a escolarização, sensibilizando e despertando as famílias para a necessidade de levar a criança para a escola;*
- *melhorar as condições de acesso e permanência na escola das camadas sociais mais afetadas pelos déficits educacionais;*
- *integrar as famílias ao processo educacional de seus filhos e contribuir para a geração de uma cultura escolar positiva em camadas sociais tradicionalmente excluídas da escola;*
- *reduzir despesas decorrentes dos custos diretos causados pela evasão escolar e pela repetência, que oneram governos municipais e estaduais;*
- *auxiliar no combate ao trabalho infantil e à opção da rua como meio de subsistência das famílias pobres, evitando o contato das crianças e dos adolescentes com situações de risco pessoal e social, particularmente aquelas relacionadas a drogas, prostituição, violência e criminalidade;*
- *melhorar as condições financeiras e a qualidade de vida das famílias que apresentam os menores níveis de renda familiar, com a conseqüente elevação do piso de renda da sociedade;*
- *recuperar a dignidade das camadas excluídas da população, estimulando o aumento da auto-estima e a esperança de futuro melhor para seus filhos.*

## **2.6.2. Saneamento**

a) Pro-Saneamento: Programa de Saneamento: tem por objetivo promover a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população por meio de ações de saneamento, integradas e articuladas com

outras políticas setoriais, para consecução de empreendimentos destinados ao aumento da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos.

Tem no FGTS a sua fonte de financiamento.

b) Pass: Programa de Ação Social em Saneamento: destina-se à implantação de projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, tratamento/destinação final de resíduos sólidos, nas áreas de maior concentração de pobreza, prioritariamente nos municípios que integram os Programas Comunidade Solidária e Redução da Mortalidade na Infância.

Tem no Orçamento Geral da União a sua fonte de financiamento.

c) Propar – Programa de Assistência Técnica à Parceria Público-Privada em Saneamento: tem como objetivo apoiar os Estados e Municípios, financiando a contratação de consultoria especializada para realizar estudos sobre o melhor modelo de parceria público-privada na gestão dos serviços de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, e elaborar toda a documentação necessária à implementação do modelo.

O programa tem o apoio da Caixa e BNDES.

### **2.6.3. Habitação**

a) Pró-Moradia: Programa de Atendimento Habitacional Através do Poder Público: Por meio do Pró-Moradia a Caixa apoia o Poder Público no desenvolvimento de ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais

para a melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda, adotando alternativas habitacionais.

Tem no FGTS a sua fonte de financiamento.

b) Programa Habitar-Brasil: O Habitar-Brasil tem por objetivo elevar os padrões de habitabilidade e qualidade de vida em localidades urbanas e rurais, promovendo intervenções em áreas degradadas ou de risco, ocupadas por sub-habitações (favelas, mocambos, palafitas e cortiços, entre outros) onde vivam, predominantemente, famílias com renda mensal de até três salários mínimos, prioritariamente nos municípios que integram o Programa Comunidade Solidária.

O programa tem sua fonte de financiamento no Orçamento Geral da União.

c) Carta de Crédito Associativo: Voltado para o financiamento do beneficiário final, a partir da iniciativa de empresas do ramo da construção civil, na produção de condomínios residenciais.

d) Carta de Crédito Individual: voltado para o financiamento de unidades habitacionais isoladas, nas modalidades de construção, reforma, ampliação, aquisição de imóvel usado ou novo.

#### **2.6.4. Infra-estrutura Urbana**

a) Pró-Infra: Programa de Infra-estrutura Urbana: visa a redução dos custos de deslocamento, poluição ambiental e dos acidentes de trânsito nas

idades, por meio de ações que priorizam os investimentos públicos no segmento de transporte coletivo urbano, como também a redução das situações de risco e de insalubridade em áreas habitadas por população de baixa renda, em complementação às ações do Habitar-Brasil e do Pass.

O programa tem sua fonte de financiamento no Orçamento Geral da União. Os valores são depositados em conta específica e são repassados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, de acordo com a execução das etapas do empreendimento, após comprovação.

#### **2.6.5. Caixa do Trabalhador**

A Caixa criou o convênio Caixa do Trabalhador, uma solução que permite ao cliente adquirir produtos e utilizar serviços em condições diferenciadas. Redução de taxa de juros, descontos, parcelamento maior de pagamentos e isenção de tarifas são algumas das vantagens oferecidas.

Todos esses benefícios são destinados aos empregados das empresas que tenham firmado convênio com a Caixa.

Qualquer agência está habilitada a prestar informações sobre o convênio e os produtos e serviços que o integram.

Fazem parte do portfólio Caixa do Trabalhador comprar; reformar ou ampliar sua residência; concessão de cheque especial; empréstimos com

desconto em folha de pagamento; seguros para carros, residência, seguro de vida; aquisição de cartões de crédito *Mastercard*, Visa, nacionais e internacionais; aquisição de títulos de capitalização e plano de previdência privada.

#### **2.6.6. Caixa Empresa**

Conjunto de produtos e serviços especialmente desenvolvidos para o segmento empresarial, utilizando recursos do FAT – fundo de amparo ao trabalhador; PIS; Proger e da Caixa, entre outros.

São produtos e serviços destinados a investimento ou capital de giro para as empresas.

### **3. METODOLOGIA**



### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. Método de Pesquisa

Nossa estratégia de pesquisa contempla o *estudo de caso explanatório*, conforme descrição de Yin, *apud* Roesch (1996, p.146-147) com uma abordagem metodológica qualitativa, combinada com a apresentação de dados quantitativos, quando necessário, constando de: *a) uma tradução precisa dos fatos do caso; b) a consideração de explicações alternativas desses fatos; e c) uma conclusão baseada naquela explicação que parece ser a mais congruente com os fatos.*

Para Yin, *apud* Roesch (1996, p.146) o *Estudo de Caso é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto*. A decisão de adotar essa metodologia se deve às características do tema de Dissertação que, por ser original enquanto estratégia bancária, possui pouca referência bibliográfica e conceitual para subsidiar a pesquisa. Sem falar que, sobre a temática específica, relacionando estratégia de bancos para o desenvolvimento do Município, não foi encontrada uma obra sequer.

Para enfrentar as dificuldades da falta de um esquema conceitual, causadora de uma maior flexibilidade na análise dos resultados e de uma possível falta de objetividade na condução da pesquisa, optamos por definir com clareza os sujeitos e utilizar questionários, entrevistas e a observação direta (vide 3.2.

definição de termos) com perguntas que variam pouco de um grupo para outro, com o objetivo de melhor identificar os padrões das respostas obtidas, que facilitem a compreensão da realidade pesquisada.

### 3.2. Definição de Termos

#### 3.2.1. Sujeitos no Município de Bananeiras

Os sujeitos foram escolhidos em função de sua representatividade no Município e capacidade de interferir nos rumos do Caixa do Município, interna e/ou externamente, tanto em seus aspectos operacionais como nos institucionais.

- **Prefeito Municipal:** o responsável maior pelos destinos do Município tem em suas mãos a possibilidade de estabelecer ou não as parcerias necessárias para que os recursos da Caixa sejam efetivados. A pesquisa contempla a entrevista semi-estruturada (Dados da pesquisa 2001, Anexo V) com o objetivo de captar a sua percepção sobre o impacto dos produtos e serviços da Caixa no desenvolvimento sócio-econômico do Município;
- **Segmento Empresarial:** aqui utilizamos a observação direta e a aplicação de entrevista semi-estruturada (Dados da pesquisa 2001, Anexos IV e VI) com empresários, objetivando identificar os efeitos das ações da Caixa sobre seus negócios;
- **Equipe da Agência Bananeiras:** são gerentes, escriturários e caixas executivos que, diariamente, atendem os usuários dos produtos e serviços da Caixa. O questionário e a observação direta (Dados da pesquisa 2001, Anexos I e IV) têm o objetivo de captar a percepção da equipe sobre os efeitos dos produtos e serviços da Caixa no Município;
- **Beneficiários do Programa:** são as pessoas que, através dos

empréstimos, financiamentos e repasses da Caixa, adquiriram sua casa, foram beneficiadas por obras de infra-estrutura e saneamento, incrementaram seus negócios etc. Através da observação direta e da entrevista semi-estruturada (Dados da pesquisa 2001, Anexos I e IV) foi observado se houve melhoria na qualidade de vida, ampliação dos negócios, acesso a bens e serviços através de crédito pessoal bem como o nível de satisfação e expectativa em relação aos produtos e serviços da Caixa.

### 3.2.2. Outros sujeitos no Estado da Paraíba

- **Técnicos da Caixa na Superintendência:** são engenheiros, técnicos sociais e analistas que promovem a análise técnica dos projetos, elaborando pareceres e recomendações ou diagnósticos que subsidiam a tomada de decisão dos gestores. Através de questionário (Dados da pesquisa 2001, Anexo III) será possível colher suas opiniões sobre os aspectos de interesse da pesquisa;
- **Gerentes Gerais na Paraíba:** são os responsáveis pelo relacionamento da Caixa com os municípios sob sua responsabilidade, assinando convênios e coordenando todas as ações ali realizadas, acompanhando pessoalmente a realização dos serviços prestados, zelando pela excelência do atendimento, dos processos e dos produtos da Caixa. O questionário (Dados da pesquisa 2001, Anexo II) será aplicado com o objetivo de identificar o nível de conhecimento e percepção da Estratégia do Caixa do Município pelos Gerentes Gerais, bem como a adequação às necessidades do município.

### 3.2.3. Material

- **Roteiro de Observação Direta:** O principal objetivo da observação direta é observar as situações cotidianas do ambiente onde interagem os elementos e fenômenos estudados. Posteriormente, os resultados observados são confrontados com os outros dados coletados por meio de entrevista e/ou questionários, contribuindo de maneira significativa para uma melhor compreensão da realidade pesquisada.

A observação foi realizada junto à comunidade beneficiada com empréstimos, financiamento e/ou repasses para fins de habitação, crédito pessoal ou empresarial e microcrédito em seu habitat natural.

- **Roteiro de Entrevista Semi-estruturada:** Utilizamos nesta pesquisa a entrevista com questões previamente elaboradas, flexibilizando a possibilidade do entrevistador elaborar novas questões, de improviso, a partir de uma determinada resposta que merecesse, a seu critério, um novo esclarecimento.

A entrevista foi realizada com o Prefeito, empresários e beneficiários finais dos produtos e serviços disponibilizados pela Caixa em Bananeiras.

Nas entrevistas, adotamos as recomendações de Ander-Egg, *apud* Richardson (1999, p.218), que resume as orientações de Hsim-Pao Yang, para a realização de uma entrevista:

- *tente criar com o entrevistado ambiente de amizade, identificação e cordialidade;*
- *ajude o entrevistado a adquirir confiança;*
- *permita ao entrevistado concluir seu relato e ajude a completá-lo comparando datas e fatos;*
- *procure formular perguntas com frases compreensíveis, evite formulações de caráter pessoal ou privado;*
- *atue com espontaneidade e franqueza, não com rodeios;*
- *escute o entrevistado com tranqüilidade e compreensão, mas desenvolva uma crítica interna inteligente;*
- *evite a atitude de “protagonista” e o autoritarismo;*
- *não dê conselhos nem faça considerações moralistas;*
- *não discuta com o entrevistado;*
- *não preste atenção apenas ao que o entrevistado deseja esclarecer, mas também ao que não deseja ou não pode manifestar, sem a sua ajuda;*
- *evite toda discussão relacionada com as conseqüências das respostas;*
- *não apresse o entrevistado, dê o tempo necessário para que conclua o relato e considere os seus questionamentos.*

- **Questionário:** É o mais comum entre os instrumentos de coleta de dados e, normalmente, são utilizados para descrever as características e medir determinadas variáveis de um ou mais grupos sociais.

Na descrição das características de um indivíduo ou grupo, por exemplo, é possível obter-se a idade, sexo, nível de escolaridade, renda etc., que são importantes não apenas para o pesquisador mas também para os planejadores, administradores e outros.

Na medição de variáveis é possível incluir perguntas que estejam estreitamente ligadas ao problema estudado, escalonando as respostas possíveis

para posterior aferição de diversos fenômenos atitudinais como alienação, satisfação, percepção etc.

Nesta pesquisa foram aplicados com a equipe da Agência Bananeiras, Gerentes Gerais e Técnicos da Caixa na Paraíba.

- **Gravador:** É um importante instrumento de apoio na pesquisa, indispensável ao registro das entrevistas. É necessário solicitar autorização do entrevistado, pois, do contrário, poderá inibir o entrevistado. Mesmo com a autorização do entrevistado, procurei identificar se havia constrangimento em alguma resposta e, neste caso, desliga-se o gravador.
- **Máquina fotográfica:** O registro das imagens dos ambientes e das pessoas, através de fotografias, será importante para esta pesquisa ao permitir estudos posteriores, como coadjuvante da observação direta, facilitando a percepção do pesquisador. Serviu apenas para o pesquisador, em complemento ao procedimento da Observação Direta.
- **Relatórios da Caixa Econômica Federal:** Nesta pesquisa foram utilizados principalmente os relatórios da Administração e o portfólio de produtos e serviços do relacionamento da Caixa com Estados e Municípios, disponíveis no site da Caixa. Devido à falta de uma maior bibliografia sobre o assunto, estes recursos foram muito importantes na fundamentação teórica deste trabalho.



#### **3.2.4. Procedimentos**

- Consulta às orientações normativas da Caixa;
- Entrevistas com o Prefeito de Bananeiras, segmento empresarial e Beneficiários do Caixa do Município;
- Registros em fotos das comunidades beneficiadas;
- Aplicação de questionário com a equipe da Agência da Caixa em Bananeiras, Gerentes Gerais da Caixa na Paraíba e equipe técnica do Caixa do Município na Paraíba;
- Levantamento dos financiamentos habitacionais realizados em Bananeiras nos anos de 1999 e 2000;
- Observação direta das situações cotidianas do ambiente onde interagem os elementos e fenômenos estudados.

### **3.3. Delimitação da Pesquisa**

#### **3.3.1. Delimitação do Campo de Estudo**

Embora tenhamos aplicado um questionário com os Gerentes Gerais da Caixa na Paraíba (os que têm municípios vinculados a sua gestão), todos os dados coletados nesta pesquisa serviram para subsidiar o Estudo de Caso realizado na Agência da Caixa em Bananeiras, uma das primeiras Agências da Paraíba onde o Caixa do Município foi implantado.

### **3.4. Coleta de Dados**

Foram utilizados como instrumentos de pesquisa, a entrevista semi-estruturada com questões abertas, questionários, observação direta, além de outros materiais, descritos no item 3.2.3., com o objetivo de obter, entender e captar a perspectiva dos participantes da pesquisa.

Os instrumentos de coleta de dados foram pré-testados, com a participação de voluntários.

### 3.5. Organização e Análise de Dados

A relação população e amostra dessa pesquisa está apresentada no Quadro 2 abaixo.

QUADRO 8: Relação População e Amostra da Pesquisa

Dados		População	Amostra	Percentual da Amostra (%)
Grupo				
Equipe da Agência		12	12	100
Gerentes Gerais		27	16	59,26
Equipe Técnica		21	18	85,71
Prefeito		1	1	100
Empresários		63	8	12,70
Beneficiários	Carta de Crédito	50	10	20

Fonte: Dados da Pesquisa, 2001 – Elaboração Própria.

Conforme se pode ver, a relação população *versus* amostra foi bastante significativa, contribuindo decisivamente para a qualidade dos dados coletados e das conclusões da pesquisa.

Os dados coletados nos questionários foram processados eletronicamente através do pacote estatístico *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)* que forneceu os meios computacionais para a aplicação da técnica multivariada Análise de Correspondência e elaboração de tabelas.

A Análise de Correspondência, segundo Malhotra (2001, p.553) é uma técnica de Escalonamento Multidimensional (EMD) para escalonar dados qualitativos. Neste trabalho, essa técnica foi utilizada para se obter um mapa de

percepção por grupos de função no Caixa do Município (equipe da Agência Bananeiras; gerentes gerais e técnicos), em relação aos temas propostos nos questionários aplicados.

Os dados dos questionários e das entrevistas foram analisados sob um novo enfoque, denominado por Glaser & Strauss, *apud* Roesch (1996, p.158) de construção de teoria. A *grounded theory* parte da premissa de que a formulação de interpretações teóricas de dados baseados na realidade é um meio poderoso para o entendimento da realidade e para desenvolver estratégias de ação e medidas de controle da realidade.

Com base nesse enfoque, apresentamos abaixo o roteiro de procedimentos adotados nesta análise de dados, listados por Roesch (1996, p.160):

- Leitura atenta dos depoimentos, notas provenientes de observação e textos impressos;
- análise da entrevista, ou texto, linha por linha (sentenças ou mesmo palavras) ou destaque de elementos do texto, por exemplo, parágrafos;
- formulação de conceitos que representem tais unidades;
- elaboração de categorização dos conceitos que representam o mesmo fenômeno, atribuindo um nome para cada *categoria*, como segue:
  - nível de conhecimento dos produtos e serviços da Caixa;

- adequação dos produtos e serviços da Caixa;
  - nível de percepção dos benefícios pela comunidade;
  - oportunidades de negócios nas agências;
  - desempenho da Caixa;
  - capacidade de prestar serviços aos clientes;
  - contribuição para a melhoria da qualidade de vida da população;
- 
- identificação de algumas propriedades dessas categorias, por exemplo, a frequência com que o fenômeno ocorre, extensão, intensidade ou sua duração, comentando-as na análise dos resultados (vide item 4);
  - levantar algumas hipóteses para futuros estudos.

#### **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

#### **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

A Pesquisa realizada no Município de Bananeiras, contemplando as percepções do Prefeito da Cidade, da comunidade beneficiada, do segmento empresarial, dos gerentes gerais da Caixa na Paraíba, dos técnicos da Caixa na Paraíba e da equipe da Agência Bananeiras, utilizando-se a observação direta, questionários e entrevistas, que fundamentam o Estudo de Caso Explanatório proposto nesta dissertação, possibilitou a construção de uma compreensão mais ampla do Caixa do Município.

Os dados estão apresentados em forma de quadros, tabelas e figuras, estas últimas, construídas no ambiente computacional do *SPSS (Statistical Package for the Social Sciences)*, utilizando o Escalonamento Multidimensional (EMD), uma categoria de processos que representa, espacialmente, percepções e preferências de entrevistados através de uma apresentação visual.

Fizemos também citações textuais, a partir das entrevistas realizadas com os beneficiários finais, empresários e prefeito de Bananeiras, com o objetivo de comparar as opiniões desses usuários e clientes com as opiniões dos empregados da Caixa.

Um dado interessante é que o público interno foi bem mais crítico, em relação aos serviços e produtos da Caixa, do que os próprios usuários e clientes.



A seguir, apresentamos o perfil das variáveis sócio-demográficas dos respondentes bem como os mapas de percepção dos grupos pesquisados, com vistas a atender o que propõe o objetivo específico da letra “g” do item 1.2.2. desta pesquisa.

### Análise de Correspondência

QUADRO 9: Distribuição e perfil das variáveis sócio-demográficas

Variável	Quantidade “n”	Percentual %	Perfil dominante
<i>Tipo</i>	<i>n</i>	%	Equipe Técnica
Equipe da Agência	12	26,1	
Gerentes gerais	16	34,8	
Equipe técnica	18	39,1	
<i>Sexo</i>	<i>n</i>	%	Masculino
Masculino	32	71,1	
Feminino	13	28,9	
<i>Estado Civil</i>	<i>n</i>	%	Casado
Casado	33	71,7	
Solteiro	12	26,1	
Divorciado	1	2,2	
<i>Faixa etária</i>	<i>n</i>	%	41 a 50 anos
Menos de 30 anos	8	17,4	
31 a 40 anos	14	30,4	
41 a 50 anos	22	47,8	
Acima de 50	2	4,3	
<i>Escolaridade</i>	<i>n</i>	%	Terceiro grau completo
Até 2º grau incompleto	2	4,3	
2º grau completo	4	8,7	
3º grau incompleto	7	15,2	
3º grau completo	27	58,7	
Mestrado / Doutorado	6	13,0	
<i>Tempo de trabalho</i>	<i>n</i>	%	6 a 10 anos
Até 5 anos	10	21,7	
6 a 10 anos	28	60,9	
11 a 20 anos	8	17,4	

Fonte: Dados da pesquisa, 2001.

Em seguida, apresentamos as tabelas, mapas espaciais de percepção dos grupos pesquisados e respostas dos entrevistados, referentes às perguntas propostas, comparando a percepção entre os grupos.

TABELA 3: Nível de Conhecimento dos produtos e serviços

Grau de conhecimento	FUNÇÃO						TOTAL	
	Equipe da agência		Gerente geral		Equipe técnica			
	n	%	n	%	n	%	n	%
Baixo	1	2,3	0	0,0	8	18,2	9	20,5
Regular	1	2,3	9	20,5	7	15,9	17	38,6
Alto	4	9,1	7	15,9	1	2,3	12	27,3
Muito alto	6	13,6	0	0,0	0	0,0	6	13,6
TOTAL	12	27,3	16	36,4	16	36,4	44	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2001.

Os dados da tabela 3 apresentam a distribuição do grau de conhecimento da equipe gerencial das Agências da Caixa na Paraíba. Pode-se perceber que a equipe da agência Bananeiras avalia sua equipe gerencial com o conceito *muito alto*, os gerentes gerais avaliam a si e aos gerentes de suas agências com o conceito *regular* e a equipe técnica avalia o grau de conhecimento das equipes gerenciais das agências como *baixo*.

Para João Rodrigues, microempresário de Bananeiras, *a Caixa botou um gerente de bastante visão, participa de todos os acontecimentos, inaugurações, a Caixa sempre está por dentro de tudo e com um gerente participativo o povo tem a ganhar*, valorizando o relacionamento como aspecto importante na promoção dos produtos e serviços. (Dados da pesquisa 2001, Anexo VII).

Os dados da tabela 3 podem ser analisados pela técnica multivariada de *Análise de Correspondência* que apresenta a associação entre as duas variáveis na forma de um mapa mostrado na figura 2.

## Grau de Conhecimento

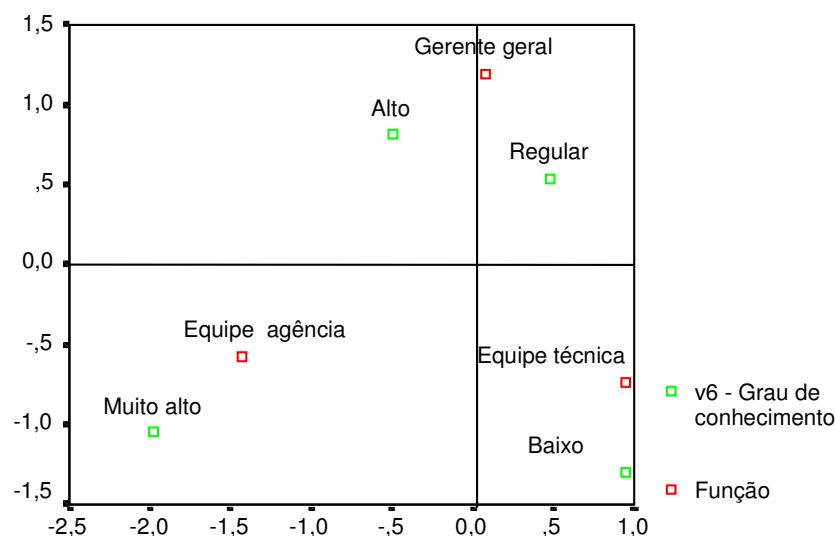


FIGURA 2: Função e Grau de Conhecimento - Diagrama de associação obtido com a Análise de correspondência aplicada aos dados da tabela 3.

De acordo com a figura 2, a equipe técnica do Caixa do Município apresenta opinião de que o grau de conhecimento das equipes gerenciais das agências sobre o Caixa do Município é *baixo*, enquanto que a equipe da agência Bananeiras tem opinião de que sua equipe gerencial possui grau de conhecimento *muito alto* enquanto os gerentes gerais apresentam opinião de que a equipe gerencial de sua agência possui grau de conhecimento entre *regular* e *alto*.

TABELA 4: Adequação dos produtos e Serviços da Caixa

Grau de adequação	FUNÇÃO						TOTAL	
	Equipe da agência		Gerente geral		Equipe técnica			
	n	%	n	%	n	%	n	%
Baixo	0	0,0	0	0,0	3	6,5	3	6,5
Regular	6	13,0	4	8,7	11	23,9	21	45,7
Alto	5	10,9	12	26,1	4	8,7	21	45,7
Muito alto	1	2,2	0	0,0	0	0,0	1	2,2
TOTAL	12	26,1	16	34,8	18	39,1	46	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2001.

Os dados da tabela 4 apresentam a distribuição do grau de adequação dos produtos da caixa por função exercida no Caixa do Município. A equipe da agência Bananeiras opina com mais freqüência de que este grau é *regular*, os gerentes gerais da PB com 26,1% informam ser *alto* e a equipe técnica mais freqüentemente opina sobre a adequação *regular* e *alto*. Estes dados podem ser analisados pela técnica multivariada *Análise de Correspondência* que apresenta a associação entre as duas variáveis na forma de um mapa mostrado na figura 3.

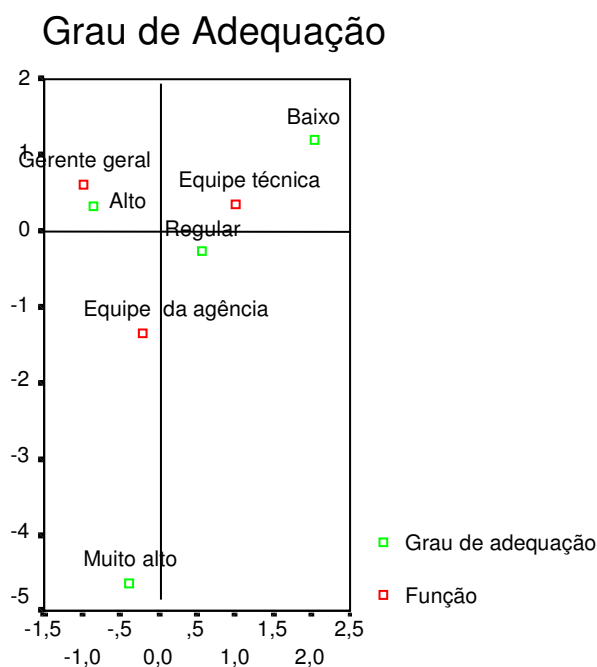


FIGURA 3: Função e Grau de Adequação dos Produtos – Diagrama de associação obtido com a Análise de correspondência aplicada aos dados da tabela 4.

Observa-se na Figura 3 que os Gerentes gerais – PB avaliaram com o conceito *alto* enquanto que a equipe técnica se posiciona próximo do *regular* e do *alto*, enquanto que a equipe da agência Bananeiras se posicionou em torno de

uma opinião mais próxima do conceito regular.

No segmento empresarial, as respostas obtidas nas entrevistas indicaram maior adequação nos produtos e serviços que contemplam construção e reforma habitacional, beneficiando a comunidade, lojas de material de construção; construtoras e o nível de emprego, além do comércio em geral. Os recursos para capital de giro foram os mais lembrados. Para Antonio Lopes de Souza, da Farmácia Dois Irmãos, *falta ampliar o prazo de carência (...) porque a gente tira um empréstimo e ainda bem não aplica e já começa a pagar*. Alguns comerciantes, embora reconhecendo a disponibilidade dos atendentes da Caixa, solicitaram a simplificação do acesso ao crédito. Para Manoel Miguel de Souza, beneficiado com financiamento habitacional, *a Caixa está ajudando a cidade a crescer*. (Dados da pesquisa 2001, Anexo VII).

TABELA 5: Percepção da comunidade

Grau de percepção	FUNÇÃO						TOTAL	
	Equipe da agência		Gerente geral		Equipe técnica			
	n	%	n	%	n	%	n	%
Baixo	0	0,0	2	4,3	7	15,2	9	19,6
Regular	5	10,9	10	21,7	10	21,7	25	54,3
Alto	7	15,2	4	8,7	1	2,2	12	26,1
Muito alto	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
TOTAL	12	26,1	16	34,8	18	39,1	46	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2001.

Os dados da tabela 5 apresentam a distribuição do Grau de percepção da comunidade sobre os benefícios promovidos pela CEF, por função exercida no Caixa do Município. A equipe da agência Bananeiras opina com mais frequência de que o grau de benefícios percebidos pela comunidade é *alto*. Para sua equipe gerencial, os gerentes gerais da Paraíba informam ser *regular* e a

equipe técnica mais freqüentemente opina sobre a percepção *regular*. Estes dados podem ser analisados pela técnica multivariada *Análise de Correspondência* que apresenta a associação entre as duas variáveis na forma de um mapa de associação mostrado na figura 4. Os elementos mais próximos estão mais associados.

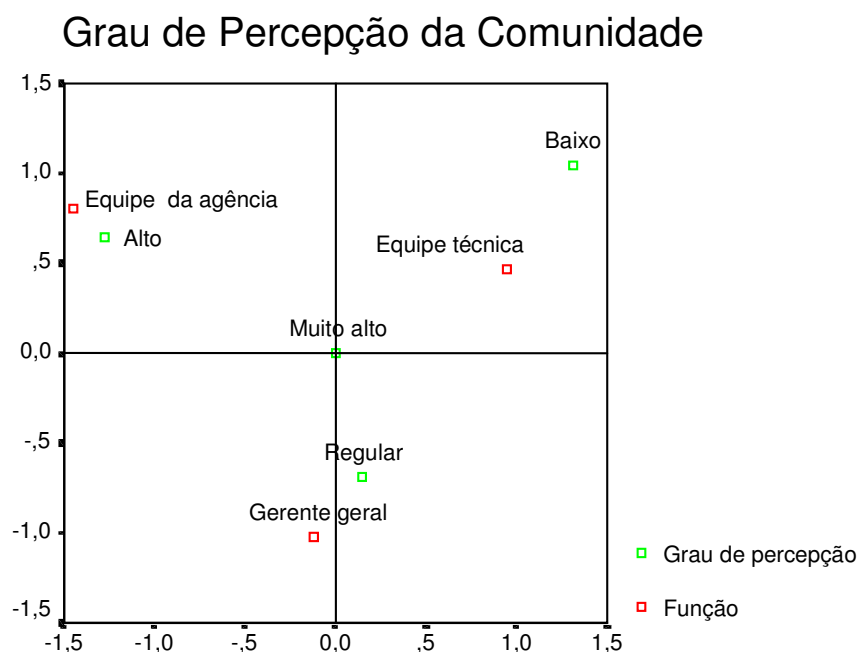


FIGURA 4: Função e Grau de Percepção da Comunidade - Mapa de associação para os dados da Tabela 5.

De acordo com a Figura 4, a equipe técnica e os gerentes gerais opinam com grau de percepção *regular* da comunidade e a Equipe da agência está associada com a percepção *alta*. O grau de percepção *muito alto* não foi aceito por nenhuma das funções.

No entanto, a comunidade beneficiada ressaltou os feitos da Caixa.

Para Nivaldo Batista da Silva, *ficou muito bom, todo mundo se admira que (a rua) ficou muito movimentada*. Cícero de Assis Costa reconhece que *quando a Caixa anunciou esse projeto, muita gente não acreditou, mas logo que viram aqui pronto, (...) o pessoal veio atrás. Quer dizer que repercutiu bastante*. Para José Rocha Lucena, da Cerbal, *a Caixa tem expandido projetos na parte de habitação e isto não deixa de gerar empregos para o município, como também de crescer o mercado, principalmente o comércio*. Para o Prefeito de Bananeiras, *o crescimento da Cidade se deve em grande parte à Caixa Econômica (...) que tem sido uma parceira de fundamental importância..* (Dados da pesquisa 2001, Anexos VI e VIII).

TABELA 6: Oportunidades de negócios nas agências

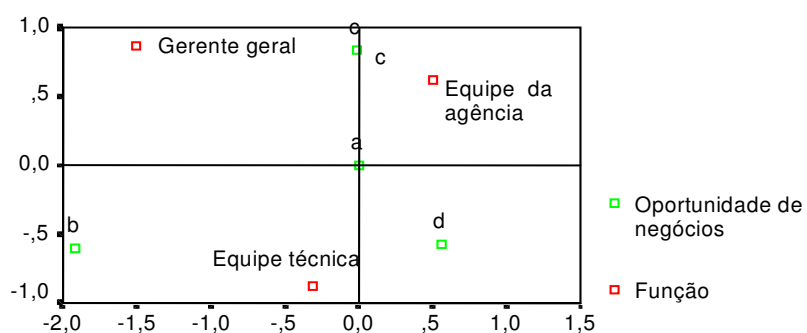
Oportunidades	FUNÇÃO						TOTAL	
	Equipe da agência		Gerente Geral		Equipe técnica			
	n	%	n	%	n	%	n	%
a	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
b	0	0,0	3	6,5	3	6,5	6	13,0
c	5	10,9	7	15,2	7	15,2	19	41,3
d	7	15,2	6	13,0	8	17,4	21	45,7
TOTAL	12	26.1	16	34.8	18	39.1	46	100.0

a = Em nada contribui para aumentar os negócios; b = Pouco contribui para aumentar os negócios; c = Teve uma contribuição razoável e d = Contribui decisivamente para aumentar os negócios.

Os dados da tabela 6 apresentam a distribuição da variável Oportunidades de negócios na agência, por função exercida no Caixa do Município. A equipe da agência opina com mais freqüência sobre o item “d” enquanto que o gerente geral se identifica mais com “c” e “d”. A equipe técnica do Caixa do Município também opina mais sobre “d” e “c”. A Figura 5 mostra uma análise de correspondência para os dados da tabela 6.

Esse foi um dos itens com maior identificação entre os grupos respondentes. Indagados sobre que outros produtos e serviços gostariam de utilizar na Caixa, Maria de Fátima C. P. das Neves respondeu: *vou ver se consigo a poupança pra os dois meninos*. Para Josélia Venâncio de Oliveira a esperança é montar o seu próprio negócio, se houver financiamento. Maria do Livramento Clementino *gostaria de um empréstimo pra conseguir mais alguma coisa. Poupança, seguro de vida. Quem não gostaria de ter o melhor?* Antonia Gomes da Silva pensa em financiar uma cisterna pela Caixa. Já Cícero de Assis Costa pretende montar o seu próprio ateliê e fazer todo o movimento com a Caixa. Antonio Lopes de Souza relembra: *desde que comecei, fiz a primeira operação com a Caixa, abrindo uma pequena farmácia na cidade de Bananeiras. E sempre precisa, termina uma faz outro, porque estamos sempre precisando de capital de giro*. (Dados da pesquisa 2001, Anexos VII e VIII).

### Oportunidades de Negócios



a = Em nada contribui; b = Pouco contribui; c = Teve uma contribuição razoável e d = Contribui decisivamente para os negócios.

FIGURA 5: Função e Oportunidades de Negócios – Mapa de associação para os dados da Tabela 6.



De acordo com a figura 5, nenhuma categoria da função se identifica com o item “a”, a equipe técnica se associa mais com o item “d”. O gerente geral tem opinião mais próxima ao item “c” e a equipe da agência mais próxima do item “d”.

TABELA 7: Desempenho da Caixa

Grau de desempenho	FUNÇÃO						TOTAL	
	Equipe da agência		Gerente geral		Equipe técnica			
	n	%	n	%	n	%	n	%
Baixo	0	0,0	1	2,3	1	2,3	2	4,5
Regular	3	6,8	6	13,6	11	25,0	20	45,5
Alto	4	9,1	8	18,2	4	9,1	16	36,4
Muito alto	5	11,4	1	2,3	0	0,0	6	13,6
TOTAL	12	27,3	16	36,4	16	36,4	44	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2001.

Os dados da tabela 7 apresentam a distribuição do Grau de desempenho da Caixa por função exercida no Caixa do Município. A equipe da agência opina com mais frequência sobre a opção *muito alto*, o gerente geral se identifica mais com as opiniões regular e alto. A equipe técnica do Caixa do Município opina mais sobre o grau de desempenho regular. A Figura 6 mostra uma análise de correspondência para os dados da tabela 7.

## Grau de Desempenho da Caixa

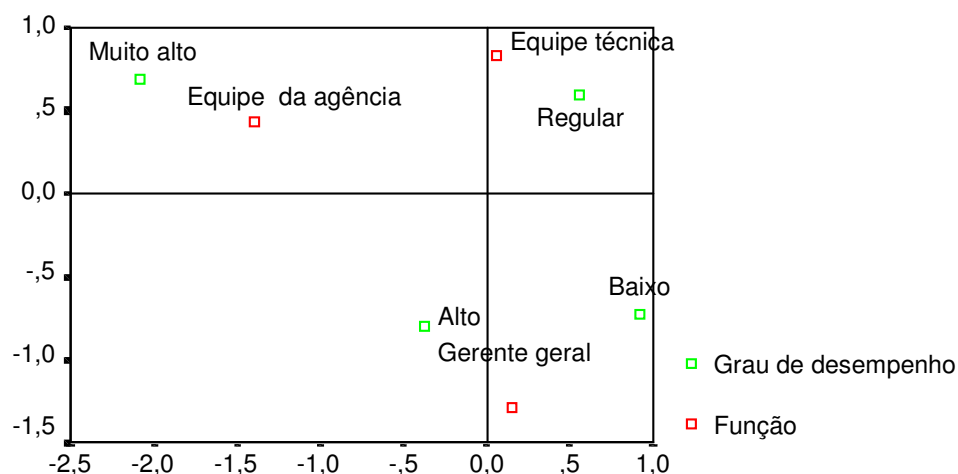


FIGURA 6: Função e Grau de Desempenho da Caixa – Mapa de associação para os dados da Tabela 7.

A Figura 6 mostra que os Gerentes gerais apresentam opinião Alta sobre o grau de desempenho, a Equipe da agência possui apreciação muito alta e a equipe técnica opinião regular.

Para a Panificadora Continental Ltda, a dificuldade para fazer uma empréstimo na Caixa é só preparar a documentação, porque precisa do contador fazer aquele levantamento, muitas coisas, demora bastante. Para a Cerbal – Coop. de Energização e Desenvolvimento Rural de Bananeiras:

*É que me parece que a linha de crédito da Caixa não atinge ao agricultor e, na nossa região, é concentrado um pólo agrícola do Estado, então precisa que ela (a Caixa) tenha uma linha de crédito específica para atender o sociativismo, o cooperativismo, já que os juros dela são tidos como juros melhores entre as instituições. (ibid).*

Já a Farmácia Dois Irmãos Ltda (Dados da Pesquisa 2001, Anexo VI) considera que *de minha parte eu acho é que a Caixa tem sido rápida e todos os serviços a gente tem acesso.*

TABELA 8: Capacidade de prestar serviços aos clientes

Capacidade de prestar serviços	FUNÇÃO						TOTAL	
	Equipe da agência		Gerente geral		Equipe técnica			
	n	%	n	%	n	%	n	%
Não habilitado	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Pouco habilitado	0	0,0	1	2,2	1	2,2	2	4,4
Habilitado	11	24,4	14	31,1	16	35,6	41	91,1
Altamente habilitado	1	2,2	0	0,0	1	2,2	2	4,4
TOTAL	12	26,7	15	33,3	18	40,0	45	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2001.

Os dados da tabela 8 apresentam a distribuição da variável Capacidade de prestar serviços aos clientes da Caixa, por função exercida no Caixa do Município. A equipe da agência opina com mais freqüência sobre se sentir habilitado com 24,4%, o gerente geral com 31,1% e a equipe técnica do Caixa do Município apresentam opinião mais freqüentemente como sendo habilitados em prestar serviços aos clientes da CEF. Ninguém se sente não habilitado e poucos se acham muito habilitados. A Figura 7 mostra uma análise de correspondência para os dados da tabela 8.

## Capacidade de Prestar Serviços

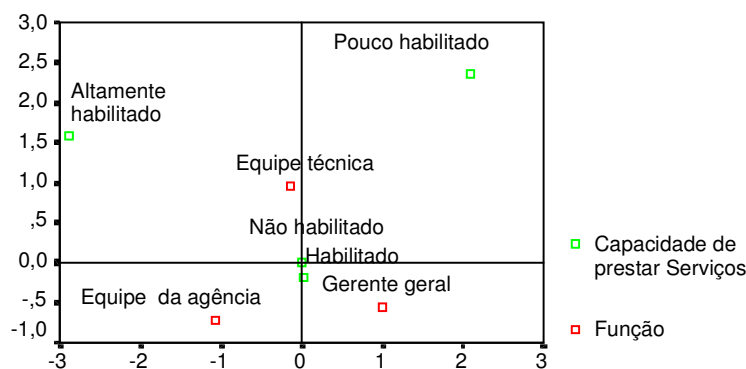


FIGURA 7: Função e Capacidade de Prestar Serviços aos Clientes – Mapa de associação para os dados da Tabela 8.

A Figura 7 mostra que ninguém se sente pouco habilitado. A equipe da agência, gerentes gerais e equipe técnica sentem-se habilitados.

Para o Prefeito de Bananeiras, o atual Gerente Geral da Agência Bananeiras, é um dos *mais dinâmicos que eu já conheci*. Para Maria de Fátima C. P. das Neves, o atendimento da Agência Bananeiras é *ótimo! Sempre quando eu vou lá receber minha pensão (...) sou bem recebida pelos funcionários*. Para Cícero de Assis Costa, *sinceramente, eles são muito atenciosos, a partir do gerente, os funcionários, dão atenção ao cliente, sabem atender o cliente, não deixam o cliente na mão*. Para a Comercial Silveira Ltda o atendimento é bom. Já a Madeiral Madeireira Ltda considera *ótima! Excelente! O que tá faltando é mais gente (atendentes), agora, o pessoal que está lá é excelente*. Essas opiniões resumem as dos demais entrevistados. (Dados da pesquisa 2001, Anexos VI e VIII).

TABELA 9: Contribuição para a Melhoria da qualidade de vida da População

Qualidade de vida	FUNÇÃO						TOTAL	
	Equipe da agência		Gerente geral		Equipe técnica			
	n	%	n	%	n	%	n	%
Não contribui	0	0,0	0	0,0	1	2,2	1	2,2
Pouco contribui	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Contribui	4	8,7	9	19,6	9	19,6	22	47,8
Contribui muito	8	17,4	7	15,2	8	17,4	23	50,0
TOTAL	12	26,1	16	34,8	18	39,1	46	100,0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2001.

De acordo com a Tabela 9, a equipe da agência percebe muita contribuição para a qualidade de vida da população através do Caixa do Município e, de forma mais freqüente, os gerentes gerais e a equipe técnica também percebem esta contribuição. A Figura 8 apresenta uma análise de correspondência para a Tabela 9.

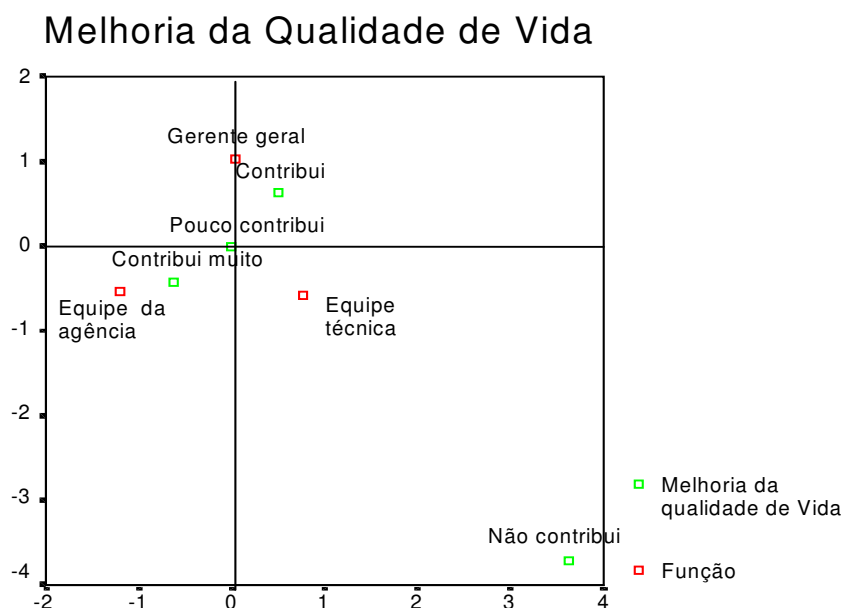


FIGURA 8: Função e Contribuição para a Melhoria da Qualidade de Vida – Mapa de associação para os dados da Tabela 9.

A Figura 8 mostra que os gerentes gerais e a equipe técnica acreditam na *contribuição* do Caixa do Município, enquanto que a equipe da agência acredita que há *muita contribuição*. Apenas um membro da equipe técnica respondeu com *não contribui*. Ninguém optou pelo item *pouco contribui*.

Para o Prefeito de Bananeiras, a Caixa *tem contribuído para o desenvolvimento urbano, no financiamento diretamente às pessoas para que modifiquem, para que construam, para que ampliem, tanto as suas residências como também os seus negócios*. Dessa parceria com a Caixa, o Prefeito cita ainda a recente construção de mais de 50 (cinquenta) residências em Bananeiras. (*ibid*)

Para Maria de Fátima C. P. das Neves, *é muito ruim você morar na casa dos outros, pessoas controlando você, então, (...) para mim é uma vitória!* Roberto César de P. Alves considera *uma contribuição de grande importância, principalmente para essa área (...) que era bem desabitada*. Maria do Livramento Clementino registra que *pra mim ajudou porque ficou melhor para os meus filhos estudarem, até pra conseguir serviço. (...) No sítio não tinha cerâmica, não tinha água, dificuldade pra carregar água de longe*. (*ibid*).

Cícero de A. Costa relembra os seis meses que ficava em hotel, em casa de amigos ou na sede da banda onde trabalha, *até em meio de rua eu dormi(...), agora não, graças a Deus surgiu esse projeto da Caixa e foi bom pra mim*.

#### 4.1. Os Aspectos Econômico-Sociais do Caixa do Município

A Caixa Econômica Federal destaca-se tanto em volume de recursos movimentados através de suas agências, postos, lotéricas e correspondentes bancários, quanto em variedade de produtos e serviços em seu portfólio de negócios.

Para Eduardo Fortuna (2001, p.19):

*A Caixa é a instituição financeira responsável pela operacionalização das políticas do Governo Federal para habitação popular e saneamento básico, caracterizando-se cada vez mais como o banco de apoio ao trabalhador de baixa renda.*

Além disso, nos últimos anos, a Caixa tem investido sobre uma fatia importante dos negócios bancários, o segmento empresarial, notadamente o das micros e pequenas empresas, integrando a rede bancária que apóia o Governo no Programa Brasil Empreendedor. Essa atuação, embora se limite às empresas com mais de 12 meses de funcionamento, tem contribuído para uma participação crescente da Caixa no fornecimento de financiamentos e empréstimos bancários, com um portfólio específico para o segmento empresarial, inicialmente batizado com o nome de Caixa Empresa. Essa iniciativa da Caixa somente fortaleceu o seu relacionamento nos municípios, pois o fomento da atividade empresarial, o financiamento habitacional, o crédito pessoal ao lado do investimento em infraestrutura urbana, a partir das demandas dos atores locais, são suas principais contribuições para o desenvolvimento local sustentável, fundamento

básico de sua estratégia com o Caixa do Município.

Feitas essas considerações, acrescentaremos a seguir outros ângulos para a Análise dos Resultados desta Dissertação, perseguindo fatos e dados que esclareçam os objetivos definidos, ou seja, se há ou não, e sob que aspectos, real contribuição da Caixa ao *desenvolvimento sustentável local*.

#### **4.1.1. Os Principais Segmentos Sociais Contemplados**

Definimos como um dos objetivos específicos desta Dissertação (vide letra “b” do item 1.2.2.), identificar os principais segmentos sociais contemplados com os investimentos do Caixa do Município.

Em termos de volume, as classes sociais diretamente beneficiadas com os investimentos da Caixa estão localizadas nas faixas mais pobres do Município, principalmente quando se trata de financiamentos habitacionais para clientes de baixa renda, onde a Caixa responde por quase 95% (noventa e cinco por cento), saneamento básico e convênios para empréstimos consignados em Folha de Pagamento.

Os servidores públicos em geral compõem um segmento social importante e contemplado com os benefícios dos programas da Caixa. Respondendo às entrevistas desta pesquisa (Dados da Pesquisa 2001, Anexo V), o Prefeito de Bananeiras, Augusto Bezerra, assim se expressou:



*Com relação aos servidores (...) o nível de satisfação é muito grande, porque (...) hoje o servidor da Prefeitura não precisa de aval, não precisa de avalista para tirar o seu empréstimo, nesse programa caixa do trabalhador. O seu avalista é o seu próprio contracheque, o seu avalista é o grau de satisfação com que a Caixa recebe (...) os servidores municipais.*

As reações das pessoas são as mais entusiasmadas, principalmente aquelas que finalmente realizaram o sonho da casa própria. Para Maria de Fátima C. P. das Neves (Dados da Pesquisa 2001, Anexo VII), respondendo sobre a contribuição da Caixa para a melhoria da sua qualidade de vida, afirma:

*– Ótima! Eu nunca pensava, nunca... Porque eu fiquei viúva, dois filhos pra criar. Tudo era... Só conta aparecia na época, porque, morando na casa de mãe, não tinha condições de fazer nada, quando eu vi esse projeto da Caixa, me ajudando, aqui já foi o Prefeito que deu o terreno e eles (a Caixa) entraram com tudo. Eu digo pronto, a única coisa que eu posso fazer é com meu salário começar a pagar minha casa, pelo menos é minha!*

Para Josélia Venâncio (Dados da Pesquisa 2001, Anexo VII), quando indagada sobre a contribuição da Caixa para o desenvolvimento do município, afirma:

*Ela (a Caixa) ajudou a gente; a Prefeitura; a crescer mais a cidade, financiando as casas para as pessoas que tinham baixa renda. Os funcionários da Prefeitura, no caso, a renda não é tanto, então, ela entrou em parceria com a Prefeitura e eu acho que ajudou bastante o crescimento.*

As classes sociais com maior poder de compra recebem também inúmeros benefícios, devido ao melhoramento geral das condições de moradia, saneamento básico, urbanização e tratamento das águas, diminuição da criminalidade com o aumento do nível de emprego, maiores oportunidades para seus negócios, além de empréstimos e financiamentos com taxas de juros competitivas.

Para 2002 a Caixa pretende ampliar o leque de financiamentos habitacionais para a classe média, tendo em vista que as demais instituições financeiras não parecem estar interessadas em disponibilizar maior volume de recursos para esse segmento social.

#### 4.1.2. Os Principais Segmentos Empresariais Contemplados

Na letra “c” do item 1.2.2., definimos como objetivo específico identificar os principais segmentos empresariais contemplados com recursos do Caixa do Município e, para facilitar o tratamento desse item, utilizaremos o mesmo procedimento da Caixa ao segmentar a sua clientela de pessoa jurídica, utilizando o quadro 10.

QUADRO 10 – Segmentação de Pessoa Jurídica

PORTE DA EMPRESA	FATURAMENTO ANUAL
Micro Empresa	Até R\$ 244.000,00
Pequena Empresa	De R\$ 244.000,01 a R\$ 1.200.000,00
Média Empresa	De R\$ 1.200.000,01 a R\$ 35.000.000,00
Grande Empresa	Acima de R\$ 35.000.000,00

Fonte: Caixa, 2000.

As micros e pequenas empresas se tornaram o principal foco de atuação da Caixa nos últimos dois anos. No entanto, quando se fala em investimentos habitacionais nos grandes centros urbanos, são as médias e grandes construtoras as grandes beneficiadas, porque as pequenas não têm estrutura e organização para competirem. Empreendimentos como o PAR – Programa de Arrendamento Residencial e o Programa Carta de Crédito Associativo – CCFGTS - e outros que exigem grandes investimentos, exigem não apenas capacidade técnica mas também econômica, para habilitar-se no sistema de avaliação da Caixa.

No entanto, tem-se observado uma maior participação de pequenos construtores, naturalmente, nos projetos de menor escala.

Em Bananeiras, bem como em outros Municípios que optaram pelo sistema de mutirão, os pequenos empreendedores puderam sentir os efeitos dos investimentos no Município, notadamente o comércio local de material de construção.

Para Souza, proprietário da Farmácia Dois Irmãos Ltda. (Dados da Pesquisa 2001, Anexo VI), *a contribuição da Caixa ao Município de Bananeiras é decisiva, Bananeiras não seria hoje o que é se faltasse a ajuda da Caixa Econômica Federal.*

O Sr. Antonio Braga da Costa, da Madeiral - Madeireira Santo Antonio Ltda. (*ibid*), demonstra muita satisfação em sua resposta sobre a contribuição da Caixa para o desenvolvimento do Município de Bananeiras:

*Se não fosse esse trabalho que a Caixa vem fazendo conosco a situação seria muito difícil, e o que esperamos é que melhore mais. (...) É que os gerentes passados, respeitando a ausência deles, eram ótimas pessoas agora, o trabalho do gerente atual (Josinaldo Pontes – Gerente Geral), com mais componentes de trabalho dele, (...) desempenharam um trabalho que não estava tendo desde a época do surgimento da Caixa Econômica aqui, (...) ajudou a população em geral e comerciantes da região, de pequeno, médio e porte alto da região, foi uma beleza que, através desses financiamentos para construção e reforma, (...) gerou trabalho, gerou recursos para aquelas pessoas que estavam desempregados. Ali já partiu pra um comércio pequeno, fazer pequenas compras naquele comércio. Aquele comércio já foi girando mais um pouco. No caso aqui do material de construção, eu como lido nessa área, foi uma ajuda fabulosa porque estávamos na época com as vendas muito restritas, fracas, fracas mesmo, sem venda! E, com essas casas que construíram no município de Bananeiras, aqui em Solânea e também na cidade vizinha de Cacimba*

*de Dentro, a procura surgiu (...). Se não fosse esse trabalho da Caixa tinha ficado difícil pra gente.*

Através das linhas de crédito do *Caixa Empresa* e outros para o pequeno empreendedor, a Agência da Caixa em Bananeiras, na opinião do Prefeito Augusto Bezerra (Dados da pesquisa 2001, Anexo V), resgatou o papel do banco: emprestar gerando riqueza e desenvolvimento:

*E, como eu disse anteriormente, a Caixa tem sido decisiva aqui, para o desenvolvimento, haja vista que Bananeiras há seis anos atrás tinha um supermercado, hoje tem mais de dez. Bananeiras teria, vamos dizer, de lanchonete teria duas há seis anos atrás, hoje tem mais de quinze. E isto se deve em grande parte a Caixa Econômica, afora outros financiamentos que ela tem incrementado aqui, no desenvolvimento de nossa cidade, de nosso município.*

Os dados das respostas coletadas nas entrevistas com o segmento empresarial e com o Prefeito de Bananeiras demonstram que, na opinião deles, as lojas de material de construção, construtoras e as microempresas em geral, destacam-se no segmento empresarial como os principais beneficiários dos investimentos da Caixa no Município.

## 4.2. Aspectos Financeiros do Caixa do Município

Atualmente, destaca-se na atuação da Caixa, a preocupação de não apenas sobreviver, mas também, tornar-se viável do ponto de vista econômico e financeiro. No entanto, esta preocupação não tem sido ambiciosa a ponto de prejudicar o tomador de recursos financeiros com taxas de juros aviltantes. Como política, a Empresa divulga estar entre os bancos que oferecem a menor taxa de juros e tarifas em seus financiamentos e empréstimos.

Essa preocupação resultou no desenvolvimento de uma política de concessão e de apuração de risco de crédito rigorosa, reconhecida pelo Bacen como uma das mais eficientes. O Sistema de Risco de Crédito está disponibilizado para os usuários nas agências através da rede de computadores da Empresa, além de estar interligado com os demais sistemas corporativos, alimentando sua base de cadastro de clientes, gerando informações importantes para o gerente concessor, através de diagnóstico, que apropria os elementos conceituais da atual política de crédito da empresa.

Há alguns anos, a Caixa começou a desenvolver um sistema de apuração de custos e resultados. *O Sicrr - Sistema de Custos, Receitas e Resultados - apura e demonstra, de forma estruturada, saldos, custos, receitas e resultados econômico-financeiros dos diversos produtos comercializados em cada Unidade da Caixa.* (Conforme Cartilha do Sicrr, 2001, p.1).

O Sicrr faz parte do novo modelo de gestão econômico-financeira adotado pela Empresa, onde o mesmo estabelece:

*Todas as ações ou decisões provocam resultados econômicos e financeiros, desta forma, devem ser mensuradas. Considera ainda, que a eficácia da gestão decorre da comparação dos resultados realizados e orçados (planejados). (ibid)*

#### 4.2.1. Investimentos Habitacionais realizados pela Agência Bananeiras nos anos de 1999 e 2000

Para dar cumprimento ao objetivo de identificar o volume de financiamentos habitacionais nos anos de 1999 e 2000 (vide letra “a” do item 1.2.2.), levantamos junto à Agência da Caixa em Bananeiras os dados do Quadro 11, que refletem o interesse da comunidade em adquirir seu imóvel residencial, construir ou reformar, durante o ano de 1999.

QUADRO 11 – Financiamentos Habitacionais em 1999

Tipos Meses	CCCAIXA Poupança	Carta de Crédito FGTS Material de Construção	Carta de Crédito FGTS	Total
Janeiro		R\$ 13.422,51	R\$ 38.700,00	R\$ 52.122,51
Fevereiro	R\$ 17.500,00	R\$ 15.000,00	7.809,00	R\$ 40.309,00
Março		R\$ 13.624,00	R\$ 63.884,04	R\$ 77.508,04
Abril			R\$ 39.000,00	R\$ 39.000,00
Maio		R\$ 23.500,00	R\$ 30.000,00	R\$ 53.500,00
Junho			R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
Julho		R\$ 30.150,00	R\$ 80.244,00	R\$ 110.394,00
Agosto	R\$ 20.900,00	R\$ 34.239,00	R\$ 34.500,00	R\$ 89.639,00
Setembro	R\$ 10.000,00	R\$ 17.500,00		R\$ 27.500,00
Outubro		R\$ 64.600,00	R\$ 32.236,47	R\$ 96.836,47
Novembro	R\$ 13.500,00	R\$ 41.200,00	R\$ 42.400,00	R\$ 97.100,00
Dezembro		R\$ 21.900,00		R\$ 21.900,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 61.900,00</b>	<b>R\$ 275.135,51</b>	<b>R\$ 380.773,51</b>	<b>R\$ 717.809,02</b>

Fonte: Agência Bananeiras/PB, 1999.

Considerando-se o porte do Município e as dificuldades econômicas sofridas pelo País no período, percebe-se que foram significativos os investimentos realizados pela Agência Bananeiras na área de habitação.

O Quadro 12 apresenta os dados referentes ao ano de 2000.

QUADRO 12 – Financiamentos Habitacionais em 2000

Tipos Meses	CCCAIXA Poupança	Carta de Crédito FGTS Material de Construção	Carta de Crédito FGTS	Total
Janeiro	R\$ 35.000,00	R\$ 26.700,00	R\$ 17.900,00	R\$ 79.600,00
Fevereiro	R\$ 35.000,00	R\$ 55.000,00		R\$ 90.000,00
Março		R\$ 82.600,00		R\$ 82.600,00
Abril		R\$ 56.500,00	R\$ 16.300,00	R\$ 72.800,00
Maio		R\$ 44.800,00	R\$ 54.600,00	R\$ 100.400,00
Junho		R\$ 39.500,00	R\$ 13.500,00	R\$ 53.000,00
Julho		R\$ 113.500,00	R\$ 20.700,00	R\$ 134.200,00
Agosto	R\$ 27.600,00	R\$ 30.700,00	R\$ 30.000,00	R\$ 88.300,00
Setembro		R\$ 46.800,00		R\$ 46.800,00
Outubro		R\$ 61.600,00	R\$ 30.000,00	R\$ 91.600,00
Novembro		R\$ 20.200,00	R\$ 18.000,00	38.200,00
Dezembro		R\$ 31.000,00	R\$ 21.000,00	R\$ 52.000,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 97.600,00</b>	<b>R\$ 608.900,00</b>	<b>R\$ 222.000,00</b>	<b>R\$ 928.500,00</b>

Fonte: Agência Bananeiras/PB, 2000.

Pode-se perceber uma significativa evolução no volume de financiamentos, da ordem de 29,35 %, entre o ano de 1999 e 2000.

Vale salientar que a Agência pouco antes desse período era a única Agência ameaçada de ser fechada, devido às dificuldades econômico-financeiras do Município de Bananeiras.

Em nível nacional, o Quadro 13 apresenta um resumo do desempenho da Caixa em financiamento habitacional:



QUADRO 13 – Financiamentos Habitacionais na Caixa

Discriminação	Exercício 2000		Acumulado 5 anos	
	Quantidade	Valor (milhões R\$)	Quantidade	Valor (milhões R\$)
<i>Recursos CAIXA</i>	61.567	2.456	205.356	6.928
<i>Recursos FGTS</i>	268.476	3.430	858.141	11.470
<b>TOTAL</b>	<b>331.043</b>	<b>5.886</b>	<b>1.063.497</b>	<b>18.398</b>

Fonte: Caixa, 2001.

São números expressivos, investidos na melhoria da qualidade de vida da comunidade, com amplos reflexos no desenvolvimento sustentável das localidades.

#### 4.2.2. As Fontes e Aplicações dos Financiamentos e Empréstimos

Nos termos da letra “d” do item 1.2.2., identificamos as fontes e aplicações do Caixa do Município. São todos os recursos *captados* (poupança, depósito à vista etc.) ou intermediados pela Caixa, visando ao *financiamento e empréstimo*. Quando se trata de um *repasse*, a exemplo dos recursos do Orçamento Geral da União (OGU), onde cabe o acompanhamento da execução dos projetos contratados, a Caixa presta esse serviço garantindo transparência e segurança ao gestor municipal quanto à prestação de contas aos órgãos competentes. Já na Administração de Fundos e Programas (FGTS; PIS) o risco da concessão de crédito é de inteira responsabilidade da Caixa.

Os custos das fontes de financiamento e empréstimos são muito importantes e têm merecido especial atenção por parte da área de produtos da

Caixa, pois ao lado dos custos operacionais, entre outros, podem alterar o preço dos financiamentos/empréstimos para o tomador final ou diminuir as receitas da Empresa, fato não muito raro de acontecer, principalmente quando a instituição pratica taxa de juros mais baixas e o fator *inadimplência* se torna ascendente.

Na Figura 9, apresentamos a estrutura básica da composição patrimonial de um banco, para, logo em seguida, comentar as fontes e aplicações, consolidando no Quadro 14 a ilustração das fontes e aplicações da Caixa.

FIGURA 9: Estrutura Básica do Balanço Patrimonial

<b><u>ATIVO</u></b> ( <i>Aplicações</i> )		<b><u>PASSIVO</u></b> ( <i>Captações</i> )	
Capital de Giro	<b>Circulante</b> Clientes (Ex. <i>Hot Money</i> ; CROT)	<b>Circulante</b> Depositantes (Ex. Depósito à Vista)	Capital de Terceiros
	• <b>Realizável a LP</b> Créditos (Ex. Consignação; Habitação)	• <b>Exigível a LP</b> • Poupadores (Ex. Letra Hipotecária)	
Ativos Fixos	• <b>Permanente</b> Imobilizado (Ex. Agências) Diferido (Ex. Reforma em Agências)	<b>Patrimônio Líquido-PL</b> Capital Social Reservas Lucros/Prejuízos	Capital Próprio

Fonte: Adaptação própria.

Conforme explica Helfert (2000, p.31).

*Os balanços patrimoniais são instrumentos estáticos, como uma fotografia, pois refletem as condições da empresa na data de sua elaboração. Eles também são cumulativos,*

*porque representam os efeitos de todas as decisões e transações que aconteceram desde o começo do negócio e foram sendo atualizados até a data do último balanço apurado.*

Os recursos captados (poupança, recursos do FAT etc.) se tornam passivo (obrigação) da Caixa para com terceiros. Cada fonte de recurso, à exceção dos depósitos à vista, prevê algum tipo de remuneração, na forma contratual especificada.

De posse dos recursos captados, a Empresa os transforma em ativos diversos, ou seja, para fazer frente à remuneração contratada com terceiros (agentes superavitários), a empresa aplica os recursos junto aos tomadores de crédito (agentes deficitários).

São *fontes* ou origens, captações como depósitos em contas correntes e de poupança de pessoa física e pessoa jurídica; depósitos de órgãos públicos e de instituições financeiras. Também o são as captações através de CDB/RDB, fundos de investimento financeiro, depósitos judiciais e letras hipotecárias.

Podemos considerar os fundos resultantes de convênios ou administrados pela Caixa como *fontes especiais*. São os recursos do FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador; do PIS - Programa de Integração Social; do FDS - Fundo de

Desenvolvimento Social; do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e das loterias.

São ativos as *aplicações* (operações de crédito) como BCD – Bens de Consumo Duráveis pessoa física; Cheque Especial para pessoa física e jurídica, além de Crédito Pessoal; Crédito Educativo; Crédito Azul Salário; Consignação Azul; CCCaixa; Construcard e Antecipação de IRPF.

São também *aplicações* (ativos) todos os produtos e serviços realizados através do Caixa Empresa, como Antecipação de Recebíveis; Crédito Especial; Desconto de Títulos; Vendor; *Hot Money*; BCD - Bens de Consumo Duráveis e Capital de Giro.

Das *fontes especiais*, a Caixa faz *aplicações* através do FAT Pessoa Jurídica: Proger Microempresa e Pequena Empresa, financiando investimentos e capital de giro associado. Nas *aplicações* do FAT Pessoa Física: Proger Recém Formado; Proger Autônomo e o Proger Profissional Liberal, todos para investimentos fixos.

Com os recursos do PIS a Caixa criou o produto Giro Caixa Sebrae para micro e pequenas empresas, para capital de giro.

Os recursos do Bndes são aplicados através do Bndes Automático e Finame.

Com os recursos do FGTS a caixa promove *aplicações* através do Pró-Moradia; Pró-saneamento; CCFGTS Individual; CCFGTS Associativo; Material de Construção; PAR – Programa de Arrendamento Residencial.

Basicamente, a composição das fontes e aplicações na Caixa está desenhada conforme apresentado no quadro 14:

QUADRO 14 – Fontes e Aplicações do Caixa do Município

<b>ATIVO</b> (Aplicações)	<b>PASSIVO</b> (Fontes)
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crédito Habitacional</li> <li>• Consignação em Folha</li> <li>• Crédito Pessoal</li> <li>• Crot (Cheque Especial)</li> <li>• Pró-saneamento</li> <li>• Crédito Empresarial               <ul style="list-style-type: none"> <li>- Capital de Giro</li> <li>- Desconto de Promissórias</li> <li>- Duplicatas</li> <li>- Proger</li> <li>- Conta Garantida</li> <li>- Finame</li> <li>- Bndes Automático</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Letra Hipotecária</li> <li>- FGTS</li> <li>- FAT</li> <li>- PIS</li> <li>- Bndes</li> <li>- Poupança</li> <li>- CDB</li> <li>- RDB</li> <li>- CDI</li> <li>- FIF: Fundos de Investimento Financeiro</li> <li>- Depósito a Vista</li> <li>- Depósitos Judiciais</li> </ul>

Fonte: Caixa, Adaptação própria.

Naturalmente que sobre as atividades da instituição financeira incidirão custos os quais, juntamente com os custos de captação (obrigação), definirão o *spread* das diversas operações bancárias e a margem do banco.

#### **4.2.3. Evolução dos principais itens financeiros da Agência da Caixa em Bananeiras, entre os anos 1999 e 2000.**

Em conformidade com o estabelecido nos objetivos específicos, letra “e” do item 1.2.2., apresentaremos a evolução dos principais itens econômico-financeiros da Caixa e da Agência Bananeiras, considerando, no último caso, os conceitos adotados pela Empresa, em seu modelo de gestão econômico-financeira para suas agências.

Da Caixa, apresentaremos os índices econômico-financeiros, comparando-os com os de bancos privados e com os do Banco do Brasil.

Destacamos os índices de lucratividade; Liquidez Geral; Grau de Imobilização do Capital Próprio e Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

O Índice de Lucratividade (IL) é dado pelo resultado do Lucro Líquido dividido pela Receita de Intermediação Financeira. Ele tem por objetivo mensurar quanto da Receita foi transformado em Lucro.

No Quadro 15 apresentamos a lucratividade da Caixa no período proposto:

QUADRO 15: Índice de Lucratividade Caixa

<u>Caixa</u>	<u>2000</u>
IL 1994 = 0,50 %	
IL 1995 = 1,00 %	Caixa = 2,72 %
IL 1996 = 1,40 %	
IL 1997 = 1,90 %	Bradesco = 13,63 %
IL 1998 = 1,70 %	
IL 1999 = 1,60 %	BB = 4,89 %

Fonte: Demonstrações das instituições.

Quanto maior o índice, melhor o desempenho do banco.

O Índice de Liquidez Geral (ILG) representa o quanto de Capital Circulante Próprio excede em relação ao total das obrigações da empresa. É obtido dividindo-se o Ativo Circulante mais o Realizável de Longo Prazo pelo Passivo Circulante mais o Exigível de Longo Prazo. Quando o índice está acima de “1”, indica o quanto de folga financeira existe para a empresa honrar seus compromissos no prazo, ou seja, há margem de segurança entre as entradas e saídas de caixa.

No Quadro 16, apresentamos a evolução deste índice para o período proposto:

QUADRO 16: Índice de Liquidez Geral Caixa

<u>CAIXA</u>	<u>2000</u>
ILG 94 = 0,95	CAIXA = 0,99
ILG 95 = 1,00	
ILG 96 = 1,00	BRADESCO=1,14
ILG 97 = 1,00	
ILG 98 = 1,00	BB = 1,02
ILG 99 = 0,99	

Fonte: Demonstrações das instituições.

Quanto maior o índice, melhor o desempenho do banco.

O Índice do Grau de Imobilização do Capital Próprio (IGICP) representa o quanto desses recursos está financiando os ativos permanentes. Devido a sua importância, é monitorado pelo Banco Central, para efeito de enquadramento no Acordo de Basiléia.

No Quadro 17, apresentamos os índices da Caixa para o período proposto.

QUADRO 17: Grau de Imobilização do Capital Próprio

<u>CAIXA</u>	<u>2000</u>
IGICP 94 = 2,31	
IGICP 95 = 1,05	CAIXA = 1,53
IGICP 96 = 0,90	
IGICP 97 = 0,89	BRADESCO = 0,617
IGICP 98 = 0,88	
IGICP 99 = 1,17	BB = 0,522

Fonte: Demonstrações das instituições.



Quanto maior o índice, pior o desempenho do banco.

Na Tabela 10, apresentamos o desempenho no Índice de Rentabilidade do Patrimônio Líquido:

TABELA 10: Rentabilidade do Patrimônio Líquido (em %)

Anos	CEF	BB	Bradesco	Itaú	Unibanco
1995	5,9	(127,7)	10,9	10,4	7,9
1996	6,6	(134,6)	15,1	15,4	13,2
1997	8,7	9,6	14,9	17,2	16,4
1998	10,8	13,1	16,0	18,9	15,6
1999	10,1	11,6	16,3	31,6	18,5
2000	12,1	12,2	21,5	27,7	17,5

Fonte: Relatórios da Administração dos Bancos, *apud* Costa (2001, p.25).

Como se pode ver, os quadros 15, 16, 17 e tabela 10 acima, apresentam a Caixa com índices inferiores aos dos outros bancos. A análise comparativa de índices facilita a percepção da posição da empresa em relação ao setor ou grupo de concorrentes, mas, não explica por completo a sua causa.

Conforme visto no item *spread* Bancário desta dissertação, o *spread* é definido a partir dos *Juros cobrados* dos tomadores de crédito menos a remuneração dos investidores. Portanto, quanto maior os juros cobrados pelo banco, maior o seu *spread* e, *ceteris paribus*, melhor o seu desempenho nos índices econômico-financeiros.

O papel da Caixa, como braço social do Governo, lhe impõe a assunção do ônus de arcar com uma política de tarifas e taxas de juros entre as menores do mercado.

Já a margem do banco (*ibid*), pode ser altamente prejudicada pelas perdas com inadimplência.

Desde que assumiu as funções do ex-BNH, a Caixa passou a ser onerada com os maus resultados da massa de financiamentos herdada daquela instituição. No entanto, a mais grave herança era a de uma política habitacional que se mostrou, com o tempo, principal causadora das razões que levaram à extinção do BNH.

A falta de cultura de empréstimo na área comercial, também foi responsável por grande parte das perdas com inadimplência.

Na década de 1990, a Empresa investiu em um amplo programa de capacitação gerencial, focando particularmente a gestão do crédito, em seus múltiplos aspectos.

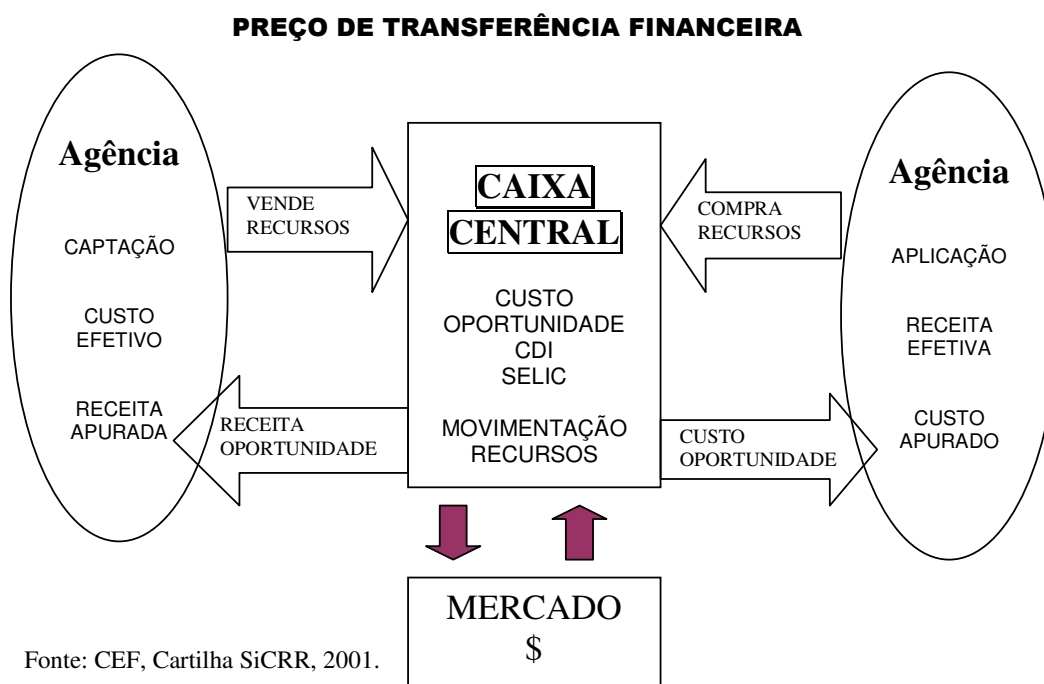
Em 2001, sob os efeitos da Resolução CMN 2.682/99, a Caixa promoveu uma reestruturação financeira que, infelizmente, não foi possível observar, no âmbito desta pesquisa, a concretude de seus efeitos na empresa, segregando os ativos financeiros habitacionais, de liquidação duvidosa, na Emgea, empresa não financeira, criada para este fim, imunizando a Caixa dos efeitos devastadores da provisão referente a esses financiamentos.

A reestruturação financeira, em conjunto com a criação do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, que legitima para o Orçamento Geral da União o ônus da política habitacional popular, e o desenvolvimento de uma sistemática de gestão e avaliação da concessão e do risco de crédito, além da reprecificação de produtos e serviços, são os vetores do processo estratégico desenvolvido pela Caixa, com a finalidade de cumprir compromisso assumido com o Tesouro Nacional (seu único acionista) de gerar retorno coerente sobre seu Patrimônio Líquido, na busca do equilíbrio econômico-financeiro, promovendo as políticas públicas de sua responsabilidade.

Somente nos resultados de 2002, com relatórios a serem apresentados em 2003, é que se terá condição de uma melhor apreciação dessas ações, contudo, as estimativas são as mais positivas por parte dos técnicos da Caixa e do Ministério da Fazenda (*ibid*).

Para efeito de comentar os aspectos financeiros da Agência Bananeiras, utilizamos os conceitos adotados pela Empresa, em seu modelo de gestão econômico-financeira, iniciando pelo Caixa Central, uma figura fictícia criada pela Caixa (Cartilha Sicrr 2001, p.3), com o objetivo de simplificar o acompanhamento da Gestão de suas agências e não permitir que funcionem deficitariamente, onerando a sociedade.

FIGURA 10: Caixa Central



De acordo com a Caixa (Cartilha Sicrr 2001, p.2-3),

*Preço de Transferência Financeira ou Receita e Custo de Oportunidade, são os preços pagos ou recebidos pelo **Caixa Central Único** (grifo nosso), como decorrência da captação ou empréstimo de recursos negociados pelas Agências junto a seus clientes.*

*Exemplo: Considerando o **Caixa Central Único** (grifo nosso) como um Banco:*

*NA CAPTAÇÃO: A Agência capta recursos no mercado (cliente) e, ato contínuo, transfere-os (empréstos) ao Banco (**Caixa Central**), fazendo jus, portanto, a uma remuneração (receita de oportunidade).*

*A parcela disponível (saldo menos parcela retida a título de depósito compulsório) de todos os recursos captados é*

*remunerada pela taxa SELIC, enquanto aquela indisponível é remunerada com base nas taxas definidas pelo Banco Central do Brasil para os depósitos compulsórios.*

*NAS APLICAÇÕES: O custo de oportunidade das aplicações é calculado de acordo com a origem do recurso utilizado.*

Ou seja, o Caixa Central é uma figura fictícia, ilustrativa do Fluxo da Receita e Custo de Oportunidade dos Recursos das agências.

Nesse caso, o *Custo Efetivo* da Agência captadora é dado pelo resultado da *Receita de Oportunidade* (CDI; selic) menos a *Taxa de Captação* contratada com o cliente. Essa taxa varia de produto para produto, inexistindo nos depósitos a vista, a exemplo dos saldos de conta corrente.

A *Receita Efetiva* da Agência concessora do crédito é dada pelo resultado do retorno dos créditos concedidos, com suas respectivas taxas de juros contratuais, menos o *Custo de Oportunidade* (CDI; selic), cobrado pelo *Caixa Central Único*.

Tendo em vista que não há publicação de demonstrações financeiras por agência da Caixa, apresentamos no Quadro 18 as variações percentuais dos itens financeiros da Agência Bananeiras, analisando-os comparativamente com os da Caixa, referentes aos anos de 1999 e 2000, que atendem ao interesse dessa pesquisa, ou seja, podem nos ajudar a compreender a influência do *Caixa do Município* na evolução de suas atividades e de seus resultados.

QUADRO 18: Evolução Econômico-Financeira  
Ag. Bananeiras de 1999/2000

Item Econômico/Financeiro	Variação % Ag. Bananeiras	Variação % Caixa
Receitas Financeiras Aplicações	58,63%	-28,45
Custos de Oportunidade	26,19%	-23,01
Receitas de Oportunidade	-5,15%	-23,01
Custos Financeiros Captações	-4,84%	-19,60
<b>Margem Financeira Bruta</b>	24,99%	-41,56
Provisões Risco de Crédito	450,65%	-2,18
<b>Margem Financeira Líquida(A)</b>	22,60%	-57,24
Receita de Tarifas	12,91%	16,87
Taxa Administração	21,09%	4,41
Outras Receitas Diretas	-25,11%	99,59
Canais Comercialização	0,00%	0,00
Outros Custos Diretos	-62,82%	-47,78
<b>Margem Operacional (B)</b>	50,15%	-1.896,22
<b>Margem Contribuição (A + B)</b>	32,53%	17,63
<b>Resultado Preço Transferência de Serviços(C)</b>	0,00%	0,00
Receitas Indiretas	-66,23%	-92,79
Custos Pessoal	1,53%	4,54
Outros Custos Administrativos	-0,64%	-11,77
<b>Resultados Indiretos (D)</b>	1,02%	22,65
<b>Resultado Unidade(A+B+C+D)</b>	249,20%	-29,92

Fonte: Caixa – Ag. Bananeiras/PB – Adaptação própria.

As ações empreendidas pela equipe da Agência Bananeiras resultaram no aumento significativo das *receitas financeiras de aplicações* (empréstimos e financiamentos), alcançando uma variação positiva da ordem de 58,63 % (cinquenta e oito, sessenta e três por cento), impulsionada pelo volume de financiamentos na área habitacional, empréstimos consignados em folha, crédito para aposentados e ampliação da base de clientes (vide Quadro 20). Os *custos de oportunidade*, referentes à remuneração dos recursos tomados pela Agência no *Caixa Central*, não evoluíram na mesma proporção, alcançando 26,19% (vinte e seis, dezenove por cento), indicando ganhos de produtividade da

Agência. As *receitas de oportunidade* (CDI, selic sobre as captações da Agência) e os *custos financeiros de captações* (remuneração aos clientes) involuíram na ordem de -5,15% (menos cinco, quinze por cento) e -4,84 (menos quatro, oitenta e quatro por cento) respectivamente. Podem referir-se às contrapartidas do cliente nos investimentos ou registros habitacionais e/ou em seus negócios. Mas também podem resultar do encarecimento dos *custos financeiros de captações*.

Como consequência, a *margem financeira bruta* foi incrementada em 24,99% (vinte e quatro, noventa e nove por cento).

As *provisões para risco de crédito* se elevaram bastante, desproporcionalmente à elevação das *receitas financeiras de aplicação*. Isto embora sinalize preocupação, em valores absolutos não representa muito do volume aplicado, estando bem abaixo da constituição legal prevista para créditos de liquidação duvidosa. Assim, a *margem financeira líquida*, evoluiu 22,60% (vinte e dois, sessenta por cento).

A *margem operacional*, impulsionada pela evolução das tarifas e da taxa de administração de fundos, por exemplo, além da redução de outros custos diretos, evoluiu 50,15% (cinquenta, quinze por cento).

Portanto, a *margem de contribuição* resultante dos produtos e serviços da Agência Bananeiras, evoluiu 32,53% (trinta e dois, cinquenta e três por cento), entre os anos de 1999 e 2000.

O *resultado da unidade* progrediu 249,20% (duzentos e quarenta e nove, vinte por cento), demonstrando, do ponto de vista da gestão econômico-financeira, o êxito do Caixa do Município, sem prejuízo dos efeitos sociais alcançados, e relatados no corpo desta pesquisa.

Tudo isto se torna ainda mais significativo quando comparamos, no Quadro 18, a *variação percentual* dos itens econômico-financeiros da Agência Bananeiras com os da Caixa (agregando a tendência de todas as suas agências), onde se percebe claramente que os resultados positivos da Agência Bananeiras seguiram outra tendência.

No Quadro 19, apresentamos o impacto das ações do Caixa do Município nos itens de *lucratividade, produtividade* e na relação *tarifas x custos de pessoal*, da Agência da Caixa em Bananeiras, analisando-os comparativamente com os da Caixa.

QUADRO 19: Lucratividade, Produtividade, e Tarifas X Custos de Pessoal.

<b>Item Econômico/Financeiro</b>	<b>Sicrr 1999</b>	<b>Sicrr 2000</b>	<b>Variação % Ag. Bananeiras</b>	<b>Variação % Caixa</b>
Percentual Lucratividade %	6,22	19,25	209,49%	-11,40
Percentual Produtividade %	114,41	150,22	31,30%	21,49
Percentual Tarifas x Custos Pessoal %	76,22	85,33	11,95%	6,36

Fonte: Caixa, Sicrr – Ag. Bananeiras/PB – Adaptação própria.

É importante observar que os números da Caixa, apresentados nos quadros 18 e 19, se referem à sistemática adotada em seu modelo de gestão econômico-financeira, para efeito de avaliação de suas



agências, do ponto de vista da gestão. Portanto, podem não coincidir, em alguns itens, com os resultados publicados em suas demonstrações financeiras. Isto porque, neste caso, alguns itens econômico-financeiros, que não sofrem a ação gerencial, são expurgados desses resultados. Esses dados foram utilizados neste trabalho para, didaticamente, demonstrar cabalmente, os efeitos do Caixa do Município sobre os resultados da Agência Bananeiras, em comparação com os resultados da Caixa, utilizando uma base de dados comum.

#### **4.3. A Relação entre os aspectos financeiros, os efeitos sociais alcançados e a Missão da Caixa Econômica Federal.**

Sendo este um dos mais importantes Objetivos (letra “f” do item 1.2.2.) definidos para esta dissertação, dado a sua relevância, entendemos ser necessário apresentar os resultados da pesquisa realizada em Bananeiras de forma sistêmica, integrada, consolidando a Análise dos Resultados.

Para mensurar o impacto da contribuição da Caixa no desenvolvimento local sustentado, apresentamos a atual missão da Caixa, que encerra a compreensão de seus valores, de seus objetivos, de sua estratégia, de seus programas e de suas ações. Está expressa na seguinte frase: *Financiar o Desenvolvimento Urbano e promover Transferências de Benefícios para cidadãos brasileiros, contando para isso com o apoio de serviços financeiros.*

A subordinação dos serviços financeiros aos aspectos do desenvolvimento urbano e benefícios para o cidadão distingue e caracteriza a Caixa como ente financeiro voltado para a função social. Isto também viabiliza inúmeros outros projetos do Governo Federal, com custos financeiros bastante reduzidos, em face de outra alternativa em que o Executivo precisasse arcar com as despesas de pessoal, logística, aluguel etc., para realizar este mesmo fim. Ou seja, as receitas dos serviços financeiros da Caixa isentam o Governo dessas despesas, além de viabilizar seus programas sociais, realizados através da Caixa.

O papel das agências da Caixa é o de tornar realidade essa missão,

materializando os objetivos e as estratégias que resultem no bem-estar da comunidade e que contribuam para o desenvolvimento sustentável das cidades. É preciso também manter o equilíbrio econômico-financeiro da empresa responsável pela realização dessa missão, por isso, as agências precisam realizar negócios viáveis, que garantam a continuidade da empresa no futuro.

Em nossas observações, verificamos uma ação bem planejada por parte da equipe gerencial da Agência Bananeiras que, de forma resumida, nos foi apresentada através de relatório realizado pelo Gerente Geral da Agência da Caixa em Bananeiras, Sr. Josinaldo Pontes (Dados da pesquisa, 2001), do qual apresentamos alguns trechos, seguidos de nossos comentários:

## **Habitação**

- *Construção de 48 casas populares (54m<sup>2</sup> de área – valor de R\$ 5.000,00) em parceria com o Poder Público, Associação Comercial e ampla participação dos beneficiados, desde o começo do processo;*
- *Projeto e financiamento para construção de cisternas residenciais, através de Carta de Crédito – Material de Construção, em parceria com membros da comunidade e técnicos do Incra. Cisternas de 14.000 litros, por R\$ 600,00 em 24 prestações;*
- *Construção de casas nas áreas nobres da cidade, através do Construcard;*
- *Fomento para consolidação do primeiro loteamento da cidade (Loteamento Serra Verde) voltado para a população de renda baixa, legalizado com cerca de 700 lotes e em fase de comercialização;*
- *Crescimento em 600 % da concessão habitacional do PV;*
- *Em muitos casos, o Gerente Geral, media a negociação junto aos proprietários de terreno, em favor daqueles que desejam comprar o terreno para construir, buscando preços mais*

*justos, visando valores de financiamento e prestações menores;*

- *Projeto de construção de casas populares em cidades vizinhas, nos mesmos moldes de Bananeiras, com o início da construção de 48 casas na cidade de Cacimba de Dentro.*

Todas as ações são importantes e têm forte impacto na economia local, no entanto, o investimento em habitação tem caráter fomentador da economia, de forma integrada.

Os loteamentos ampliam a área urbana e saneada da cidade, dando melhores condições de vida à comunidade. Novos e pequenos negócios surgem junto com os conjuntos residenciais. A fase de construção aumenta o nível de emprego da cidade, distribuindo renda e gerando receitas adicionais para o fisco, permitindo novos investimentos, em uma espiral de desenvolvimento.

## **Comércio Local**

- *Elaboração de um cadastro dos comerciantes informais da cidade, realizado em parceria com atores locais;*
- *Concessão de empréstimos para pequenos comerciantes informais (microcrédito);*
- *Projeto em andamento, em parceria com a Prefeitura e a Associação Comercial, para construção de um Centro de Comercialização, com recursos do Proger;*
- *Primeira e única criação de codorna do Município com apoio da Caixa/recursos do Proger;*
- *Apoio para ampliação /reformas das duas fábricas de sabão do município;*
- *Em fase de desenvolvimento o projeto da Cooperativa de Flores para produção de flores ornamentais e mudas, onde participam os seguintes parceiros: Caixa, Igreja Católica, UFPB e jovens da comunidade, ligados à Igreja, que ora estão desempregados. O referido projeto inclui*

*também projetos na área de Paisagismo e arborização de cidades;*

- *Ampliação/melhoria do comércio local, com empréstimos aos pequenos e micro empresários com a linha de crédito Giro Caixa;*
- *Expansão do comércio local, para atender a parte alta da cidade, onde pontuamos a criação da primeira farmácia e primeiro mercadinho naquele local.*

Esta é a área mais delicada na atuação do gerente concessor de crédito. As iniciativas a serem financiadas precisam ser bem avaliadas sob vários aspectos, de forma a garantir-se o retorno do crédito, pelo sucesso do empreendimento.

## **Turismo**

- *Confecção do primeiro mapa das ruas da cidade, em parceria com atores locais e patrocínio da Caixa e da Prefeitura;*
- *Em fase de confecção o primeiro mapa turístico da cidade, uma vez que a cidade está no Programa Turístico da Embratur;*
- *Recuperação da pintura da Igreja do Cruzeiro de Roma, um dos centros de “Peregrinação do Segundo Milênio”, reconhecido por decreto da Igreja Católica. No último evento, estiveram nesse local mais de 30.000 pessoas de outras cidades;*
- *Em articulação a realização de “caminhadas ecológicas”, utilizando-se trilhas correspondentes às antigas linhas férreas.*

A cada dia o turismo consolida o papel de importante instrumento de desenvolvimento local. Cada região ou cidade possui atributos e particularidades que podem ser exploradas em benefício da comunidade, traduzindo-se em geração de emprego e renda.

## **Desenvolvimento da Equipe**

- *Maior integração da equipe (empregados, estagiários e prestadores de serviço) com a comunidade local;*
- *Desenvolvimento do senso de serviço à comunidade;*
- *Satisfação e motivação decorrentes da percepção de estar de fato contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população;*
- *Visível melhoria na qualidade do atendimento prestado à clientela.*

## **Relacionamento com Atores Locais**

- *Participação do Gerente da Caixa em sessões da Câmara Municipal, para informar sobre realizações da Caixa no município;*
- *Realização, por atores locais, de coletas de dados para mapear demandas relacionadas com áreas de atuação da Caixa;*
- *Acesso direto e freqüente de atores locais às dependências da Agência para tratar de assuntos de interesse local;*
- *Declarações públicas do Prefeito Municipal sobre a qualidade e as realizações das parcerias com a Caixa pelo desenvolvimento local, das quais a mais expressiva foi em solenidade no Palácio do Governo do Estado com a presença do Ministro da Reforma Agrária, do Governador e Secretariado, 40 Prefeitos e várias outras autoridades.*

De acordo com os resultados dessa pesquisa, o estabelecimento do relacionamento com as lideranças institucionais passa, necessariamente, pela sensibilização para o bem-estar comum, com ações coerentes e transparentes de interesse público. Conciliar os mais diversos interesses e facções políticas em um único sentido, senão inviável, pode ser utópico, portanto, investir com

coerência nas iniciativas que tenham respaldo nas necessidades da comunidade; que contribuam para a melhoria de sua qualidade de vida; que promovam o desenvolvimento das iniciativas empresariais na geração de emprego e renda, coloca-se como a melhor alternativa.

Isto torna quase inevitável o engajamento dos atores locais no processo de crescimento da cidade, com a manutenção de iniciativas autônomas por parte de cada segmento.

### **Evolução das Atividades**

O empenho e o foco no desenvolvimento local promoveram as atividades da Agência, resultando em melhoria dos depósitos, empréstimos e financiamentos.

### **Fomento ao Desenvolvimento Local**

- *Articulação para a criação da Comissão Municipal de Emprego e Renda, para analisar aplicações com recursos do FAT;*
- *Estímulo ao desenvolvimento da bananicultura, potencialidade local;*
- *Elaboração de um cadastro de bananicultores do município;*
- *Promoção, em parceria com o GETEC/UFPB, de curso de capacitação em cooperativismo e associativismo, para bananicultores de 4 comunidades/associações do município;*
- *Palestras em escolas públicas sobre o tema: Educação para a competitividade nas empresas;*

- *Articulação com atores locais para consolidar a Associação dos Mototaxistas de Bananeiras, com estatuto aprovado e sanção de lei aprovada pela Câmara Municipal;*
- *Primeira e única escola de micro informática da cidade com apoio da Caixa e recursos do Proger Autônomo.*

O esforço inicial apresenta uma preocupação com a inserção da Caixa nas questões fundamentais e de maior impacto na economia local. A coleta de dados sociais e econômicos que auxiliem na percepção da realidade local envolve dedicação, aprofundamento das observações e, normalmente, rendem dias e dias de trabalho. No entanto, seus resultados foram importantíssimos para a priorização das ações e alocação correta dos recursos disponíveis.

Outro ponto importante nesta ação foi a demonstração de conhecimento do portfólio da Caixa.

Retomando o objetivo geral deste trabalho (item 1.2.1.), onde nos propomos a *evidenciar as contribuições da Caixa para o desenvolvimento sustentável do município, particularizando os aspectos financeiros e seus efeitos econômicos e sociais, através de um estudo de caso na cidade de Bananeiras, no Estado da Paraíba*, relembramos que o modelo de crescimento e desenvolvimento baseado em grandes projetos nacionais, planejados e executados sob a responsabilidade de instâncias de abrangência nacional e/ou para grandes regiões, a exemplo da Sudam e Sudene, se esgotou, pois ficou



claro que eles não foram efetivos em seus objetivos, além de levarem o país a um processo burocrático e facilitador da corrupção.

Agindo localmente, a estratégia da Caixa aplica os recursos a partir da demanda da entidade local ou do interessado direto (Carta de Crédito), confirmando na prática a teoria de muitos estudiosos, a exemplo de Urani (2000, p.16) ao afirmar:

*Muitas vezes, políticas de desenvolvimento econômico e social promovidas, in loco, por prefeituras e outros atores se mostram mais eficientes na identificação de necessidades e vocações específicas, colhendo resultados mais rápidos e abrangentes. Foi assim que o conceito de desenvolvimento local despontou e, cada vez mais, vem sendo percebido como um novo paradigma de combate à pobreza, de estímulo à geração de emprego e renda, trabalhando, com alta eficiência, a favor do bem estar social.*

A Caixa adaptou-se a esta tendência desde anos atrás, quando adaptou suas linhas de financiamento habitacional para o modelo de carta de crédito, em todas as modalidades disponíveis. Antes, a Caixa financiava o construtor, que escolhia o local, o padrão do imóvel e transferia seus custos para o adquirente, fossem eles quais fossem.

Atualmente, o cliente com o crédito aprovado dirige-se ao mercado, escolhendo de acordo com o seu interesse, estabelecendo assim uma saudável competição na oferta de imóveis novos e usados ou na construção, e até mesmo

nos lotes urbanizados.

Em Bananeiras, destaca-se, do ponto de vista econômico e social, a sistemática de construção em regime de mutirão ou empreitada. A Gerência da Agência em parceria com a Prefeitura localiza um lote de terrenos e solicita uma avaliação dos engenheiros quanto à viabilidade técnica do empreendimento naquele local. Em seguida, a Prefeitura adquire o terreno e os doa aos beneficiários finais, enquanto a Caixa financia o material de construção. A partir daí, uma cadeia de efeitos se estabelece na comunidade gerando emprego, renda e giro dos negócios do empresariado local, principalmente nos depósitos de material de construção, mas, com reflexos em toda a cadeia econômica local.

Assim, podemos verificar que a análise dos resultados desta pesquisa permitiu uma percepção ampliada das atividades da Caixa no município e no desenvolvimento sustentado local, permitindo as conclusões que se seguem no Capítulo 5 deste Trabalho.

## 5. CONCLUSÕES

## 5. CONCLUSÕES

A exemplo de outros países em desenvolvimento, o Brasil também experienciou diversos planos econômicos, com o objetivo de obter o almejado crescimento econômico. Os modelos econômicos adotados, conforme descritos no item 2.1., tentavam ser o mais fiel possível as suas origens, e esta inadequação à realidade brasileira foi uma das principais razões de seus insucessos, além de partirem de pressupostos teóricos duvidosos que, com o tempo, se mostraram inconsistentes.

Conforme colocado no item 2.1., à medida que as frustrações geradas pelos fracassos dos sucessivos planos econômicos vão se desfazendo, os países subdesenvolvidos amadurecem uma compreensão mais clara de suas necessidades e passam a formular programas de desenvolvimento econômico mais consentâneos com a sua realidade, interesses e características particulares.

No Brasil, essa sensibilidade para os apelos das demandas locais, encontrou ressonância na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro em 1992. Naquela oportunidade, *surgiu um certo consenso de que desenvolvimento sustentável é aquele que responde as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades* (Raynaut e Sanoni, *apud* Souto Maior, 1996).

Para Brandão Cavalcanti, referindo-se à Agenda Global para o Século 21, resultante da UNCED, *o grande desafio é como transformar a Agenda 21 em verdadeiras estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável*, devido às dificuldades para operacionalizar as propostas abrangentes e generalistas e, muitas vezes, de difícil compreensão da Agenda 21. (*apud* Souto-Maior, 1996, p.514).

Este trabalho se propôs, em seu objetivo geral, *evidenciar as contribuições da Caixa para o desenvolvimento sustentável do município, particularizando os aspectos financeiros e seus efeitos econômicos e sociais*. Os resultados analisados no capítulo 4 conduziram o autor às seguintes conclusões, a partir das dimensões consideradas por Ignacy Sachs (*ibid*, p.512-513) como fundamentais para a sustentabilidade do desenvolvimento:

- a) *Sustentabilidade Ecológica: Os estudos que antecedem a aprovação dos projetos de infraestrutura, saneamento e habitação, são detalhadamente analisados por uma equipe multidisciplinar, onde participam técnicos sociais, engenheiros, analistas da Caixa e organismos de defesa do meio ambiente, em consulta também à comunidade beneficiada, sendo o financiamento somente liberado após a aprovação dos itens indispensáveis à sustentabilidade ecológica do projeto;*
- b) *Sustentabilidade Econômica: Os produtos e serviços da Caixa, que atendem o setor público e privado da sociedade, guardam sintonia com a necessidade do uso racional de suas fontes de financiamento, visando à eficácia de sua utilização, mas principalmente, focam o uso de mecanismos produtivos e distributivos de renda, com absoluto respeito ao meio ambiente. São exemplos dessa preocupação, o engajamento da Empresa no Programa Brasil Empreendedor e no Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger. Além de ser a instituição financeira que mais fomenta a construção civil, segmento que mais emprega mão-de-obra no País, respondendo por mais de 90% dos financiamentos habitacionais;*
- c) *Sustentabilidade Social: Dentre as dez ações elencadas por*

*Sachs nesse item, a Caixa contribui em sete: habitação: através de suas diversas linhas de financiamento; saúde: através de seus programas de saneamento e infraestrutura, além de financiamentos para melhoria dos hospitais; educação: participando da rede social do Governo Federal, do financiamento estudantil (FIES) e no pagamento da Bolsa Escola; emprego: gerando novas oportunidades em várias frentes de trabalho, a partir de seus financiamentos e empréstimos para investimento e capital de giro para empresas, além do financiamento ao consumo; cultura: a partir da cessão de seus espaços culturais aos artistas, além do patrocínio de diversas iniciativas privadas; assistência social: na condição de agente operador e responsável pela transferência de benefícios do Governo Federal para o cidadão brasileiro; lazer: ao patrocinar o esporte, administrar as loterias e responsabilizar-se pelo acompanhamento e controle da aplicação dos recursos públicos em obras que visam o lazer da população;*

- d) Sustentabilidade Espacial: A ênfase no desenvolvimento urbano não isolou a preocupação da perspectiva rural-urbana na Caixa. A questão dos assentamentos humanos e a agricultura familiar, além da preocupação com o ecossistema, marcaram a atuação da Empresa nos últimos anos. Além dos programas tipicamente urbanos conhecidos, destacam-se os programas eminentemente rurais como Prodesa, Pronaf e Reforma Agrária;*
- e) Sustentabilidade Cultural: Nessa linha, foi criado o concurso Caixa Melhores Práticas em Gestão Local, que escolheu 10 ações em habitação, saneamento e geração de renda para representar o Brasil no Prêmio Internacional Best Practices and Local Leadership Programme, do Habitat-ONU, Dubai, nos Emirados Árabes. Isto é uma demonstração da priorização da diversidade cultural do país, pois enfatiza os empreendimentos originados das tradições e dos costumes locais, estimulando soluções específicas;*
- f) Sustentabilidade Política: Transfere poder à comunidade e aos grupos sociais, para que participem e decidam sobre sua educação, lazer e meio ambiente, estrutura produtiva e comercial. No Caixa do Município, o diagnóstico e levantamento dos potenciais da cidade, são obtidos com a participação dos atores locais. Suas percepções constroem a agenda de trabalho da Agência para o desenvolvimento sustentável de seu município, pois a gerência local da Caixa prioriza a alocação dos financiamentos e empréstimos nos projetos que tenham impacto na consecução daqueles objetivos.*

Para uma instituição financeira, o crédito é o seu principal negócio. A

Resolução CMN 2682/99 levou as instituições financeiras a promoverem uma redefinição de suas políticas de créditos e, em alguns casos, reestruturações financeiras, com o objetivo de adequarem-se aos padrões internacionais, adaptados à realidade brasileira através da referida resolução, conforme analisado no item 2.4. deste trabalho.

A Caixa, particularmente, sofreu um maior impacto no seu processo de adaptação à norma em razão de sua vocação natural para a concessão de crédito popular, notadamente no setor habitacional.

Nos termos do Art. seis da Resolução 2.682/99 do CMN, o enquadramento das operações de crédito habitacional nos níveis de risco estipulados, levaria à constituição mensal de uma enorme provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa.

Tal provisionamento acarretaria o desenquadramento da Caixa nos índices do Acordo de Basiléia e Resolução CMN, pois o seu Patrimônio Líquido não seria suficiente para suportá-lo.

Na empresa como um todo, o impacto das restrições impostas em sua política de crédito promoveu uma redução em suas receitas de operações de crédito da ordem de 34% (trinta e quatro por cento), conforme análise de Costa (2001, p.1). Este mesmo fenômeno não ocorreu na Agência Bananeiras, como se pode ver nos quadros 18 e 19 do item 4.2.3. deste trabalho. Comparando-se a evolução das receitas de intermediação financeira da Caixa e da Agência, nos

anos de 1999 e 2000, percebe-se uma evolução positiva que, na falta de outras ações estruturadas na Agência, pode-se atribuir às ações do Caixa do Município, implementado por uma equipe que acreditou e trabalhou sob suas orientações estratégicas, como atestaram os dados da pesquisa deste trabalho.

É importante se perguntar o porquê de uma ação com resultados tão significativos não ter conseguido evoluir ou alcançar resultados semelhantes em outras agências da Paraíba.

Esses questionamentos nos conduziram à metodologia de implantação do Caixa do Município nos pilotos realizados nas cidades de Guarabira e Bananeiras.

Observando a metodologia de implantação do Caixa do Município, verificamos que, a construção do diagnóstico do município e mapeamento dos atores locais, eram apresentados como marco introdutório da instalação do Caixa do Município. Esta fase era marcada por muitas reuniões, entrevistas, coleta de dados e mapeamento das potencialidades e oportunidades determinantes do desenvolvimento sustentável da localidade.

A equipe da agência participava da construção do processo e todo o material ficava sob os cuidados da gerência da unidade, responsável por sua implementação e atualização.

Todo esse processo envolvia uma enorme mobilização das diversas



equipes, de forma que, para concluir a etapa inicial em todas as agências, seriam necessários alguns anos de trabalho.

É possível que a complexidade do processo inicial tenha criado uma situação de *stand by* nas agências que não receberam a equipe de técnicos que deu apoio e suporte nas agências piloto. O conteúdo principal dessa fase não era certamente o conhecimento específico dos produtos e serviços do Caixa do Município, mas sim, o levantamento do diagnóstico de potencial do município e o conhecimento estratégico do Caixa do Município como conjunto de ferramentas a serviço do desenvolvimento sustentável da comunidade.

A partir dessas considerações, *concluímos* pela necessidade de simplificação da metodologia de implantação do Caixa do Município, a partir das experiências bem sucedidas nos pilotos realizados, pois, conforme citado na apresentação deste trabalho (vide item 1.1.), a integração das forças produtivas (atores locais) configura-se como o maior desafio do Caixa do Município, e está centrado na atuação das lideranças das agências e engajamento de suas equipes.

Outro aspecto relevante desta pesquisa, diz respeito à adequação dos produtos e serviços da Caixa para atender as necessidades dos municípios.

Quando combinamos as respostas dessa questão (adequação), na Tabela 3 (p.105), com as do item referente ao grau de desempenho da Caixa, frente aos objetivos e parcerias junto ao Município, na Tabela 6 (p. 110),

encontramos a seguinte constatação:

TABELA 11: Análise conjunta das tabelas 3 (p.105) e 6 (p. 110) (em %)

Adequação X Desempenho	FUNÇÃO						TOTAL	
	Equipe da agência		Gerente geral		Equipe técnica			
	T3	T6	T3	T6	T3	T6	T3	T6
Baixo	0,0	0,0	0,0	2,3	6,5	2,3	6,5	4,5
Regular	13,0	6,8	8,7	13,6	23,9	25,0	45,7	45,5
Alto	10,9	9,1	26,1	18,2	8,7	9,1	45,7	36,4
Muito alto	2,2	11,4	0,0	2,3	0,0	0,0	2,2	13,6
TOTAL	26.1	27.3	34.8	36.4	39.1	36.4	100.0	100.0

Fonte: Dados da Pesquisa, 2001.

Notação: T3 = Tabela 3; T6 = Tabela 6.

Pode-se observar que as respostas obtidas com a equipe técnica concentram-se em adequação *regular* dos produtos e desempenho da Caixa. Os gerentes gerais ficaram com a opinião *alto* para os dois itens. Já a equipe da Agência reconhece como *regular* a adequação dos produtos e serviços, mas opinam como *muito alto* o desempenho da Caixa nas parcerias com o Município.

A equipe técnica, devido ao seu papel, acompanha o conjunto das agências e, ao se mostrar insatisfeita com a adequação dos produtos e com o desempenho da Caixa, sua opinião tem o peso da leitura coletiva. Principalmente porque em um ponto, o da adequação dos produtos, encontra semelhança com a resposta da equipe da Agência. Contudo, precisamos registrar que a equipe técnica, salvo como usuário, não convive com a implementação e venda dos demais produtos e serviços financeiros que compõem o portfólio do Caixa do município e, por vezes, não os associa de forma integrada ao conjunto da estratégia. Isto se deve ao fato de que suas atividades se restringem ao acompanhamento e opinamento técnicos dos programas e repasses que visam a

atuação da Caixa no Desenvolvimento Urbano.

Isto nos leva a perceber uma necessidade de se nivelar, de forma ampla, junto aos grupos internos da Empresa, o conceitual sobre o relacionamento da Caixa com os municípios, a partir do novo modelo de segmentação do atendimento adotado pela Empresa.

Essa inadequação dos produtos e serviços da Caixa pode estar relacionada com a natural inflexibilidade das regras e legislações que norteiam os programas públicos, dificultando a ação gerencial quando da necessidade de se flexibilizar e atender determinadas particularidades da atuação local. Nesse ponto, o planejamento governamental cria legislações rígidas para regiões e realidades diferentes. Essa dificuldade não se apresenta tão rigorosa nos produtos e serviços eminentemente financeiros, onde a Caixa tem autonomia de normatização e atuação similar aos demais bancos.

Além disso, os dados da pesquisa (segmento empresarial), apontam a necessidade de se simplificar os processos de concessão do crédito. Os efeitos da Resolução CMN 2682/1992 na Caixa, intensificaram a preocupação com a avaliação do risco do crédito, conforme visto no item 2.4. (p.57), limitando o poder pessoal do gerente na concessão do crédito, e isto é algo que o corpo gerencial pode, naturalmente, associar às características de adequação dos produtos e serviços da Caixa.

Os resultados de nosso trabalho e as suas conclusões reafirmaram

facetas importantes dos bancos federais, na relação entre o governo e a sociedade. Os bancos federais, destacando-se a Caixa Econômica Federal, são importantes instrumentos da política social do Governo Federal, em várias frentes de atuação, contribuindo decisivamente para o fomento do desenvolvimento sustentável do país, além de servirem de referencial no mercado bancário, na condição de *market-makers*, ou seja, reguladores do custo do dinheiro emprestado e do custo das tarifas.

Conforme definido em nossa proposta metodológica, os dados da pesquisa foram analisados sob um novo enfoque, denominado por Glaser & Strauss, *apud* Roesch (1996, p.158) de construção de teoria. A *grounded theory* contribuiu para formularmos interpretações teóricas de dados baseados na realidade, como meio poderoso para o seu entendimento e para desenvolver estratégias de ação e medidas de controle da realidade, apresentados nessa pesquisa.

O Estudo de Caso realizado na Agência da Caixa em Bananeiras permitiu evidenciar contribuição desse órgão para o desenvolvimento sustentado local em um pequeno recanto desse imenso País. A equipe dessa Agência da Caixa, superando todas as dificuldades, estabeleceu as bases de uma atuação integrada com os interesses maiores da comunidade e, por vários dos ângulos observados no capítulo 4, Apresentação e Análise dos Resultados, evidenciou indicadores promissores a serem considerados na construção de um modelo de atuação da Caixa juntos aos municípios do País.

As novas imposições legais do CMN e Bacen, e as exigências do Tesouro Nacional, seu único acionista, refletem a maturidade da Sociedade na fiscalização das ações de governo e apenas contribuem para dar maior transparência e publicidade às ações da Empresa, inclusive preservando-a das ingerências políticas desastrosas do passado.

## 6. REFERÊNCIAS

## 6. REFERÊNCIAS

- AFONSO, José Roberto R.; RAIMUNDO, Júlio César M. Financiamento descentralizado das políticas sociais no Brasil. In: CEPAM, Fundação Prefeito Faria Lima. **O município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Ed. Especial. São Paulo: Cepam, 1999. p.123-133.
- AMARAL, Roberto. Prefácio. In: SIQUEIRA, Carlos Aquiles (Coord.). **Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.09-12.
- BARRETO, Antonio Sérgio P. Programa de crédito produtivo popular e o BNDES. In: SIQUEIRA, Carlos Aquiles (Coord.). **Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.177-180.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório Administrativo 2000**. Brasília, 2001. 12p. pdf.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **SICRR: sistema de custos, receitas e resultados**. Cartilha. Brasília, 2001. 18p.
- CAMPAGNONE, Marcos Camargo. Gerente municipal: um profissional da gestão local. In: CEPAM, Fundação Prefeito Faria Lima. **O município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Ed. Especial. São Paulo: Cepam, 1999. p.25-38.
- CARAZZAI, Emílio. **Caixa Equilibrada e Social**. Assessoria de Imprensa da Caixa, disponível em <<http://www.caixa.gov.br>> Acesso em: 23 fev. 2002.
- CEPAM, Fundação Prefeito Faria Lima. **O município no século XXI: Cenários**

e Perspectivas. Ed. Especial. São Paulo: Cepam, 1999.

- CMN, Conselho Monetário Nacional. **Resolução 2682/99**. Brasília: Bacen, 1999.
- COSTA, Fernando Nogueira. **Decisão de cisão da Caixa Econômica Federal: uma análise técnica por solicitação da Fenag**. Santo André/SP, 2001.
- COVAS, Mário. Apresentação. In: CEPAM, Fundação Prefeito Faria Lima. **O município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Ed. Especial. São Paulo: Cepam, 1999.
- DOWBOR, Ladislau. O poder local diante dos novos desafios sociais. In: CEPAM, Fundação Prefeito Faria Lima. **O município no século XXI: Cenários e Perspectivas**. Ed. Especial. São Paulo: Cepam, 1999., p.03-24.
- FAGUNDES, Carlos Eduardo Uchôa. Incubadoras da FIESP/CIESP. In: SIQUEIRA, Carlos Aquiles (Coord.). **Geração de emprego e renda no Brasil: experiências de sucesso**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999., p.181-201.
- FARO, Clóvis. **Princípios e Aplicações do Cálculo Financeiro**. Rio de Janeiro: LTC, 1990.
- FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- HELFERT, Erich A. **Técnica de Análise Financeira**. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal; CEF. **Curso de desenvolvimento local sustentado: textos de fundamentação básica**. Rio de Janeiro, 1999.
- IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal; Fundação Ford. **Relatório Final: perspectivas de expansão das microfinanças no Brasil: marco**



legal, capitalização e tecnologia. Rio de Janeiro, 2001. p.1-171.

- LEITE, José Alfredo A. **Macroeconomia**: teoria, modelos e instrumentos de política econômica. São Paulo: Atlas, 2000.
- LEITE, José Alfredo A. **Sumários de capítulos**: fontes e tipos de riscos. Disponível em: < [www.leite.org](http://www.leite.org).> Acesso: 26 out. 2001.
- MALHORA, Naresh K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- PINHO, Diva Benevides (Org.); VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de Vasconcelos (Org.). **Manual de Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: PINHO, Diva Benevides (Org.); VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). **Manual de Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 511-530.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio do curso de administração**: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalhos de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1996.
- SILVA, Hélio Eduardo da; OLIVO, Silvio. Crédito e financiamento para criação de pequenos negócios no Brasil: análise institucional e proposições de mudanças. In: SIQUEIRA, Carlos Aquiles (Coord.). **Geração de emprego e renda no Brasil**: experiências de sucesso. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.17-100.
- SIQUEIRA, Carlos Aquiles. Programa ser: programa de emprego e renda da cidade de Natal. In: SIQUEIRA, Carlos Aquiles (Coord.). **Geração de**

**emprego e renda no Brasil:** experiências de sucesso. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.101-112.

- SOUTO MAIOR, Joel. **Apostila de planejamento estratégico.** João Pessoa: PPGA/UFPB, 1999.
- SOUTO MAIOR, Joel. Estratégias para o desenvolvimento local sustentado. In: PPGA/UFPB. **Estudos avançados em administração,** João Pessoa: PPGA/UFPB, 1996. p.507-520.
- URANI, André; DAZA, Félix Martín. **Desenvolvimento local:** um negócio que se faz na rede. Rio de Janeiro: Rumos, Ano 24,n.173, p.16-19, jun. 2000.
- VALENTE, Maria Rita da Silva. Programa crediamigo. In: SIQUEIRA, Carlos Aquiles (Coord.). **Geração de emprego e renda no Brasil:** experiências de sucesso. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p.155-176.
- YUNUS, Muhamady; JOLIS, Alan. **O banqueiro dos pobres.** São Paulo: Ática, 2000.

## 6.1. DOCUMENTOS CONSULTADOS

- BETHLEM, Agrícola de Souza. **Gestão de negócios:** Uma Abordagem Brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- BRIGHAM, Eugene F.; HOUSTON, Joel F. **Fundamentos da Moderna Administração Financeira.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. **Administração estratégica:** planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: MAKRON Books, 1993.
- DRUCKER, Peter F. **Prática da Administração de Empresas** – Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- FRANKENBERG, Louis. **Seu Futuro Financeiro.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- HALFELD, Mauro. **Investimentos:** como administrar melhor seu dinheiro. São Paulo: Fundamento, 2001.
- MAXIMINIANO, Antonio César Amaru. **Teoria geral da administração:** da escola científica à competitividade na economia globalizada. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MORAIS, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999..
- PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval. **Manual de Economia.** São Paulo: Saraiva, 1998.
- REBOUÇAS DE OLIVEIRA, Djalma de Pinho. **Planejamento estratégico:** conceitos, metodologia e práticas. 11 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

- ROQUE, Kátia. **Dominando Finanças**. São Paulo: Makron Books, 2001.
- ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JAFFE, Jeffrey F. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.
- STONER, James A F.; FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5 ed. Rio de Janeiro: PHB, 1982.
- THOMPSON, JR. Arthur A.; FORMBY, John P. **Microeconomia da Firma: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1998.
- TOFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- TOSTA DE SÁ, Geraldo. **Administração de investimento**: teoria de carteiras e gerenciamento de risco. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

## **7. ANEXOS**

## ANEXO I

### QUESTIONÁRIO/ EQUIPE AGÊNCIA BANANEIRAS

#### INSTRUÇÕES:

Por favor, leia com atenção as questões abaixo e com franqueza assinale entre as alternativas, aquela que melhor expresse a sua opinião. Evite preencher na presença de outras pessoas.

Assim que terminar de responder o questionário, coloque-o no envelope e feche. *Não precisa se identificar ou preencher o campo remetente do envelope.*

<p>1) FAIXA ETÁRIA:</p> <p>a) ( ) menos de 30 anos</p> <p>b) ( ) entre 31 e 40 anos</p> <p>c) ( ) entre 41 e 50 anos</p> <p>d) ( ) acima de 50 anos</p>	<p>2) SEXO:</p> <p>a) ( ) feminino</p> <p>b) ( ) masculino</p>
<p>3) NÍVEL DE INSTRUÇÃO:</p> <p>a) ( ) até segundo grau incompleto</p> <p>b) ( ) segundo grau completo</p> <p>c) ( ) terceiro grau incompleto</p> <p>d) ( ) terceiro grau completo</p> <p>e) ( ) pós-graduação/mestrado/doutor</p>	<p>4) ESTADO CIVIL:</p> <p>a) ( ) casado</p> <p>b) ( ) solteiro</p> <p>c) ( ) viúvo</p> <p>d) ( ) divorciado</p>
<p>5) TEMPO NA EMPRESA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:</p> <p>a) ( ) até 10 anos</p> <p>b) ( ) entre 11 e 20 anos</p> <p>c) ( ) entre 21 e 30 anos</p> <p>d) ( ) acima de 31 anos</p>	<p>6) EM QUE GRAU DE CONHECIMENTO SOBRE OS PRODUTOS DO PROGRAMA CAIXA DO MUNICÍPIO A EQUIPE GERENCIAL DE SUA AGÊNCIA PODE SER CLASSIFICADA:</p> <p>a) ( ) baixo</p> <p>b) ( ) regular</p> <p>c) ( ) alto</p> <p>d) ( ) muito alto</p>

<p>7) EM QUE GRAU DE ADEQUAÇÃO VOCÊ CLASSIFICA OS PRODUTOS DA CAIXA EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO:</p> <p>a) ( ) baixo b) ( ) regular c) ( ) alto d) ( ) muito alto</p>	<p>8) QUAL O GRAU DE PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE OS BENEFÍCIOS PROMOVIDOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:</p> <p>a) ( ) baixo b) ( ) regular c) ( ) alto d) ( ) muito alto</p>
<p>9) EM RELAÇÃO A OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS NA AGÊNCIA A AÇÃO DA CAIXA JUNTO À COMUNIDADE:</p> <p>a) ( ) em nada contribui para aumentar os negócios b) ( ) pouco contribui para aumentar os negócios c) ( ) teve uma contribuição razoável para aumentar os negócios d) ( ) contribuiu decisivamente para aumentar os negócios</p>	<p>10) DIANTE DOS OBJETIVOS E PARCERIAS DA CAIXA JUNTO AO MUNICÍPIO, EM QUE GRAU DE DESEMPENHO A CAIXA PODE SER CLASSIFICADA:</p> <p>a) ( ) baixo b) ( ) regular c) ( ) alto d) ( ) muito alto</p>
<p>11) EM RELAÇÃO A SUA PRÓPRIA CAPACIDADE DE PRESTAR SERVIÇOS AOS CLIENTES DA CAIXA VOCÊ SE CONSIDERA:</p> <p>a) ( ) não habilitado b) ( ) pouco habilitado c) ( ) habilitado d) ( ) altamente habilitado</p>	<p>12) QUANTO À CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO VOCÊ CONSIDERA QUE O PROGRAMA CAIXA DO MUNICÍPIO:</p> <p>a) não contribui b) pouco contribui c) contribui d) contribui muito</p>

## ANEXO II

### QUESTIONÁRIO/ GERENTES GERAIS DA CAIXA NA PARAÍBA

#### INSTRUÇÕES:

Por favor, leia com atenção as questões abaixo e com franqueza assinale entre as alternativas, aquela que melhor expresse a sua opinião. Evite preencher na presença de outras pessoas.

Assim que terminar de responder o questionário, coloque-o no envelope e feche. *Não precisa se identificar ou preencher o campo remetente do envelope.*

1) FAIXA ETÁRIA: a) ( ) menos de 30 anos b) ( ) entre 31 e 40 anos c) ( ) entre 41 e 50 anos d) ( ) acima de 50 anos	2) SEXO: a) ( ) feminino b) ( ) masculino
3) NÍVEL DE INSTRUÇÃO: a) ( ) até segundo grau incompleto b) ( ) segundo grau completo c) ( ) terceiro grau incompleto d) ( ) terceiro grau completo e) ( ) pós-graduação/mestrado/doutor	4) ESTADO CIVIL: a) ( ) casado b) ( ) solteiro c) ( ) viúvo d) ( ) divorciado
5) TEMPO NA EMPRESA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: a) ( ) até 10 anos b) ( ) entre 11 e 20 anos c) ( ) entre 21 e 30 anos d) ( ) acima de 31 anos	6) EM QUE GRAU DE CONHECIMENTO SOBRE OS PRODUTOS DA CAIXA NO RELACIONAMENTO COM O MUNICÍPIO A EQUIPE GERENCIAL DE SUA AGÊNCIA PODE SER CLASSIFICADA: a) ( ) baixo b) ( ) regular c) ( ) alto



	d) ( ) muito alto
<p>7) EM QUE GRAU DE ADEQUAÇÃO VOCÊ CLASSIFICA OS PRODUTOS DA CAIXA EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO:</p> <p>a) ( ) baixo b) ( ) regular c) ( ) alto d) ( ) muito alto</p>	<p>8) QUAL O GRAU DE PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE OS BENEFÍCIOS PROMOVIDOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:</p> <p>a) ( ) baixo b) ( ) regular c) ( ) alto d) ( ) muito alto</p>
<p>9) EM RELAÇÃO A OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS NA AGÊNCIA A AÇÃO DA CAIXA JUNTO À COMUNIDADE:</p> <p>a) ( ) em nada contribui para aumentar os negócios b) ( ) pouco contribui para aumentar os negócios c) ( ) teve uma contribuição razoável para aumentar os negócios d) ( ) contribuiu decisivamente para aumentar os negócios</p>	<p>10) DIANTE DOS OBJETIVOS E PARCERIAS DA CAIXA JUNTO AO MUNICÍPIO, EM QUE GRAU DE DESEMPENHO A CAIXA PODE SER CLASSIFICADA:</p> <p>a) ( ) baixo b) ( ) regular c) ( ) alto d) ( ) muito alto</p>
<p>11) EM RELAÇÃO A SUA PRÓPRIA CAPACIDADE DE PRESTAR SERVIÇOS AOS CLIENTES DA CAIXA VOCÊ SE CONSIDERA:</p> <p>a) ( ) não habilitado b) ( ) pouco habilitado c) ( ) habilitado d) ( ) altamente habilitado</p>	<p>12) QUANTO À CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO VOCÊ CONSIDERA QUE A CAIXA:</p> <p>a) ( ) não contribui b) ( ) pouco contribui c) ( ) contribui d) ( ) contribui muito</p>

### ANEXO III

#### QUESTIONÁRIO/ EQUIPE TÉCNICA DO PROGRAMA

##### INSTRUÇÕES:

Por favor, leia com atenção as questões abaixo e com franqueza assinale entre as alternativas, aquela que melhor expresse a sua opinião. Evite preencher na presença de outras pessoas.

Assim que terminar de responder o questionário, coloque-o no envelope e feche. *Não precisa se identificar ou preencher o campo remetente do envelope.*

1) FAIXA ETÁRIA: a) ( ) menos de 30 anos b) ( ) entre 31 e 40 anos c) ( ) entre 41 e 50 anos d) ( ) acima de 50 anos	2) SEXO: a) ( ) feminino b) ( ) masculino
3) NÍVEL DE INSTRUÇÃO: a) ( ) até segundo grau incompleto b) ( ) segundo grau completo c) ( ) terceiro grau incompleto d) ( ) terceiro grau completo e) ( ) pós-graduação/mestrado/doutor	4) ESTADO CIVIL: a) ( ) casado b) ( ) solteiro c) ( ) viúvo d) ( ) divorciado
5) TEMPO NA EMPRESA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL: a) ( ) até 10 anos b) ( ) entre 11 e 20 anos c) ( ) entre 21 e 30 anos d) ( ) acima de 31 anos	6) EM QUE GRAU DE CONHECIMENTO SOBRE OS PRODUTOS DO PROGRAMA CAIXA DO MUNICÍPIO A EQUIPE GERENCIAL DAS AGÊNCIAS DA CAIXA PODE SER CLASSIFICADA: a) ( ) baixo

	b) (   ) regular c) (   ) alto d) (   ) muito alto
7) EM QUE GRAU DE ADEQUAÇÃO VOCÊ CLASSIFICA OS PRODUTOS DA CAIXA EM RELAÇÃO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO:  a) (   ) baixo b) (   ) regular c) (   ) alto d) (   ) muito alto	8) QUAL O GRAU DE PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE SOBRE OS BENEFÍCIOS PROMOVIDOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:  a) (   ) baixo b) (   ) regular c) (   ) alto d) (   ) muito alto
9) EM RELAÇÃO A OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS NA AGÊNCIA A AÇÃO DA CAIXA JUNTO À COMUNIDADE:  a) (   ) em nada contribui para aumentar os negócios b) (   ) pouco contribui para aumentar os negócios c) (   ) tem uma contribuição razoável para aumentar os negócios d) (   ) contribuiu decisivamente para aumentar os negócios	10) DIANTE DOS OBJETIVOS E PARCERIAS DA CAIXA JUNTO AO MUNICÍPIO, EM QUE GRAU DE DESEMPENHO A CAIXA PODE SER CLASSIFICADA:  a) (   ) baixo b) (   ) regular c) (   ) alto d) (   ) muito alto
11) Em relação a sua própria capacidade de prestar serviços no Programa Caixa do Município você se considera:  a) (   ) não habilitado b) (   ) pouco habilitado c) (   ) habilitado d) (   ) altamente habilitado	12) Quanto à contribuição para a melhoria da qualidade de vida da população você considera que o Programa Caixa do Município:  a) não contribui b) pouco contribui c) contribui d) contribui muito

## ANEXO IV

### ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DIRETA

O principal objetivo da observação direta é observar as situações cotidianas do ambiente onde interagem os elementos e fenômenos estudados. Posteriormente, os resultados observados são confrontados com os outros dados coletados por meio de entrevista e/ou questionários, contribuindo de maneira significativa para uma melhor compreensão da realidade pesquisada.

A observação foi realizada junto à comunidade beneficiada com financiamento habitacional e com microcrédito, obedecendo aos seguintes aspectos:

- Nome da pesquisa
- Nome do pesquisador
- Tipo de observação

Observou-se o impacto na melhoria da qualidade de vida dos beneficiados e a possibilidade de gerar renda, a partir de elementos do comportamento humano que indicassem a presença desses resultados, atentando-se para:

- Comparar a situação do novo habitat com o antigo, quanto aos itens de:

- Higiene
  - Saneamento
  - iluminação pública
  - acesso viário e
  - qualidade intrínseca da moradia
- 
- Quanto ao microcrédito, observou-se:
    - a capacidade de gerar renda a partir do item/valor financiado e
    - comportamento de satisfação do beneficiário do crédito
- 
- Além de outros itens como:
    - Local
    - Dia
    - Hora
    - Mês
    - Ano
    - Duração da observação

## **ANEXO V**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTA/ PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS**

1. Quais são os produtos e serviços oferecidos pela Caixa de maior interesse da Prefeitura para o desenvolvimento do Município?
2. Como a Caixa poderá contribuir para o desenvolvimento urbano do Município?
3. Como o senhor percebe o nível de satisfação dos servidores da Prefeitura com os serviços prestados pela Caixa?
4. Quais foram as ações mais importantes realizadas pela Caixa?
5. A Prefeitura tem enfrentado alguma dificuldade em obter os serviços da Caixa? Quais são elas?
6. Quais são as principais dificuldades encontradas pela Prefeitura para promover a justiça social e o crescimento econômico do Município?
7. O que mais poderia ser feito pela Caixa e que teria resultados significativos no desenvolvimento sócio-econômico do Município?
8. Como o Senhor(a) avalia o atendimento da Agência da Caixa?

## ANEXO VI

### ROTEIRO DE ENTREVISTA/REPRESENTANTES DO SEGMENTO EMPRESARIAL DE BANANEIRAS

- 1 Qual tem sido a contribuição da Caixa no desenvolvimento de seu Município?
- 2 Que dificuldades o senhor (a) tem enfrentado para manter o seu negócio?
- 3 Em sua opinião, quais são as empresas mais beneficiadas com os investimentos da Caixa no Município?
- 4 Quais são os produtos e serviços oferecidos pela Caixa de maior interesse da sua Empresa?
- 5 As Empresas têm enfrentado alguma dificuldade em obter os serviços da Caixa? Quais são elas?
- 6 Na sua opinião, em que a Caixa poderia contribuir para melhorar os seus negócios?
- 7 Como o Senhor(a) avalia o atendimento da Agência da Caixa?

## **ANEXO VII**

### ROTEIRO DE ENTREVISTA/ BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA CAIXA DO MUNICÍPIO EM BANANEIRAS

1. Qual a contribuição da Caixa no desenvolvimento de seu Município?
2. Qual foi a contribuição da Caixa para a melhoria da sua qualidade de vida?
3. Você fez alguma comparação da taxa de juros da Caixa com relação a outros bancos?
4. Como cliente da Caixa, que outros serviços e produtos você gostaria de utilizar na Agência de Bananeiras?
5. Se hoje você precisasse pegar um dinheiro emprestado a quem recorreria?
6. Como você avalia o atendimento da Agência da Caixa?



## ANEXO VIII

### GLOSSÁRIO

- **BANCARIZAÇÃO** – Processo que possibilita o acesso de pessoas não bancarizadas aos serviços bancários;
- **CAIXA DO MUNICÍPIO** – Conjunto de ações promovidas pela Caixa Econômica Federal, com o objetivo de intensificar o relacionamento com os municípios, visando ao estabelecimento dos meios de cumprir o seu papel de principal agente de desenvolvimento social do Governo Federal.
- **CAIXA DO TRABALHADOR** – Convênio firmado entre a Caixa e entidades públicas ou privadas, com o fim de prestação de serviços bancários sob condições diferenciadas;
- **CAIXA EMPRESA** – Conjunto de produtos e serviços voltados especificamente para o público empresarial;
- **CANAIS ALTERNATIVOS** – Sistema de atendimento bancário que prioriza o auto-atendimento, através de máquinas e equipamentos, além da internet e correspondentes bancários;
- **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** – É aquele que, ao garantir as necessidades do presente, não compromete a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades, alimentando uma espiral crescente de progresso;
- **ESTRATÉGIA** – Conjunto de ações prioritárias de uma empresa, das quais resultam o atingimento dos objetivos definidos;
- **FLOAT** – Ganhos obtidos pelo Banco com a aplicação dos recursos

disponíveis no mercado financeiro;

- GIROCAIXA – Empréstimo que atende às necessidades de capital de giro de microempresas e empresas de pequeno e médio porte, sejam elas dos setores industrial (inclusive agroindústria), comercial e de serviços
- GIROCAIXA INSTANTÂNEO – Linha de Crédito onde a Empresa antecipa o fluxo de caixa, através de um limite de crédito rotativo flutuante, proporcional ao estoque de cheques pré-datados em custódia-caução. É definido com base em análise de risco realizada em uma agência da Caixa.
- NEGOCIAÇÃO – Processo no qual duas ou mais partes, com objetivos comuns e interesses antagônicos, discutem e confrontam propostas explícitas visando ao alcance de um acordo;
- PENHOR – Empréstimo onde as jóias dos clientes são empenhadas para garantir o crédito. No empréstimo sob Penhor da Caixa não há necessidade de cadastro ou de avalista e apresenta uma das menores taxas de juros do mercado
- 
- POLÍTICA DE CRÉDITO – Conjuntos de diretrizes e parâmetros definidos pela empresa para orientarem a concessão do crédito;
- PORTIFÓLIO – Conjunto de produtos e serviços oferecidos aos clientes por uma determinada empresa
- SEGMENTAÇÃO – Estratégia de prestação de serviços e oferta de produtos baseada nas características do cliente em termos de renda, comportamento de consumo, volume de negócios, etc.
- SPREAD BANCÁRIO – é a diferença entre a taxa de juros de captação e aplicação (empréstimos e financiamentos) das instituições financeiras;

- TAXA DE JURO – Remuneração paga pela utilização da unidade de capital (dinheiro) durante o período a que se refere;